

Economia e Política Argentina



Fernando Nogueira da Costa

Economia e Política Argentina

Fernando Nogueira da Costa

Sumário

Prefácio	4
Capítulo 1. Abordagem Histórica.....	11
Introdução.....	11
Releitura da Pressuposta Renda da Argentina em 1800.....	13
Por que a Argentina não era a Austrália?.....	19
Comparações entre Economias	19
Comparação Histórica.....	21
Argentália.....	24
Macroeconomia Argentina.....	28
Capítulo 2. Abordagem Estrutural.....	33
Produto Interno Bruto e Componentes	33
Relações com o Resto do Mundo.....	36
Crédito Bancário	46
Participação no PIB Mundial e Desindustrialização	48
Política e Governança	52
OCDE: Você não soube me amar... ..	55
Análise Gráfica	60
Protecionismo contra Importações	66
Capítulo 3. Abordagem Conjuntural.....	72
Antecedentes da Atual Conjuntura.....	72
Da Inflação à Hiperinflação	74
Dólar: História de uma Moeda Argentina	84
Efeito Gasto pelo Contínuo Aumento de Preços.....	88
Fuga de Depósitos em Dólares, Risco de Dolarização e Novo "Corralito" na Argentina.....	91
Dolarização sem Reservas Cambiais?!	94
Capítulo 4. Peronismo	99
Introdução.....	99
Três Princípios.....	100
Política em Quatro Dimensões	101
Capacidade Hegemônica	103
Utopia e Julgamento.....	106
Identidade, Bom Senso e Relações de Poder.....	108
Menemismo: Neoliberalismo e Peronismo.....	110
Convertibilidade e Dolarização	114
Peronismo na Oposição	119

Capítulo 5. Anti Populismo	121
Neoliberalismo contra Populismo	121
Breve História do Antipopulismo.....	122
Quem nomeia conquista.....	125
Argumentos sobre o Antipopulismo	127
Coda.....	130
Fontes	132
Referências Bibliográficas	133
Obras do Autor com links para download.....	134
Sobre o Autor.....	140

Prefácio

Na véspera do segundo turno da eleição presidencial na Argentina em 2023, com a ameaça do candidato da extrema-direita ser alçado ao cargo, é necessário conhecer mais o país vizinho. Conhecimentos mesmo gerais sobre sua história econômica e política ajudarão a circunstanciar a grave conjuntura vivenciada por *los Hermanos*.

Ao aprender sobre a Argentina, em análise comparativa com o Brasil (e a Austrália), conheceremos mais a respeito do nosso país à base de semelhanças e diferenças. Se os brasileiros e os argentinos tivessem mais informações sobre as experiências vivenciadas pelos vizinhos poderiam evitar a repetição de erros sabidamente cometidos por eles.

Retomarei aqui um estudo iniciado no primeiro semestre do ano corrente, quando fui convidado a palestrar na UNILA, em Foz do Iguaçu – PR, a respeito da comparabilidade (ou não) entre ambas as economias.

A descoberta de um site com posts sobre a História argentina – <https://www.joefrancis.info/> – ajudou-me a aprender a respeito. Vou resumi-la em “pílulas de conhecimento”, no capítulo inicial, destacando sua releitura a respeito da pressuposta renda argentina no século XIX.

Antes, vou avaliar neste prefácio a visão do economista Daron Acemoglu, professor do Massachusetts Institute of Technology e um dos autores do best-seller *Por Que As Nações Fracassam*, a respeito do Brasil para ver se aproxima-se da verdadeira realidade vivenciada por nós brasileiros. Caso contrário, desconfiarei também de seu julgamento da Argentina comparada à Austrália – tema também a ser tratado no primeiro capítulo.

Perguntado por qual razão a Austrália é rica e a Argentina não, embora tenham sido tão semelhantes no século XIX, Daron Acemoglu afirmou “a Austrália se tornou muito mais industrial”. Isto é “meia-verdade”.

A ênfase na exportação de *commodities*, em vez de bens manufaturados, acompanhou um aumento significativo nos termos de troca da Austrália, desde o início do século XX, devido ao aumento dos preços das suas *commodities*.

Acemoglu acrescentou em contraponto: “a postura da elite da Argentina explica a instabilidade política recorrente do país”. Ele faz uma ressalva: alguns analistas não consideram a Argentina ter sido tão desenvolvida quanto sua renda per capita indicava (6ª maior em 1896). Indicadores como altura média, expectativa de vida, matrículas no ensino fundamental e analfabetismo não se destacavam.

A Argentina foi um país muito rico no passado com uma economia baseada em *commodities*. A Austrália também é um grande produtor de *commodities* e tornou-se um país desenvolvido. Por qual razão a Austrália é hoje um país rico, e a Argentina não?

Segundo Acemoglu, “os recursos naturais foram cruciais na Austrália, mas inseridos em uma estrutura institucional muito, muito mais forte. [O país foi classificado em segundo lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2013.] A Austrália não se manteve apenas como exportadora de *commodities*. Desenvolveu um conjunto de indústrias de processamento em torno desses produtos”.

A Austrália é a 13ª. maior economia do mundo e tem a 13ª. maior *renda per capita*, superior ao do Reino Unido, Alemanha, França, Canadá e Japão – e em par com a do dos Estados Unidos. Ora, a chave disso é a Austrália, em 2019, possuir *uma população total de apenas 25,5 milhões de pessoas* – pouco maior diante da Grande São Paulo.

Evoluiu de uma economia baseada na agropecuária e mineração – *commodity* não explorada pela Argentina – para *uma economia orientada para o comércio internacional*. Equivocadamente, deduz Acemoglu, “a Austrália é um país industrial, não exporta uvas, exporta vinhos”.

Acrescenta: “a Argentina também exporta vinhos – e eles são ótimos –, mas os recursos naturais do país sempre motivaram um grande *conflito distributivo*. A elite econômica não queria dividir essa riqueza e não queria a democracia, porque tinha medo dela implicar

na repartição daquela riqueza. Algo similar moldou a política brasileira dos primeiros 50 anos do século XX”.

Lá como cá, sugere, “isso acirrou o conflito distributivo e levou a uma série de golpes militares e governos ditatoriais desastrosos, até hoje moldando a economia e a política argentina. Embora esta política argentina tenha melhorado, desde a última ditadura militar, é um processo lento”.

Acemoglu assume a posição *antipopulista* – examinarei essa postura elitista comum entre intelectuais esnobes no último capítulo. Ele tem uma *visão império-cêntrica* ao analisar os países somente por seus balanços comerciais.

“A Argentina oferece ao Brasil lições de erros a serem evitados. O Chile é um exemplo muito melhor. Também é abençoado por recursos naturais, mas soube desenvolver muitas indústrias, processando recursos naturais e financiando atividades. Houve um desenvolvimento mais amplo, apesar dos problemas com a desigualdade. O *populismo político* ganhou força em muitos países.”

Outro “detalhe” foi esquecido pelo Acemoglu. Em 2021, o Chile tinha 19,5 milhões habitantes diante dos 45,8 milhões da Argentina e dos 203 milhões do Brasil, ou seja, 1/10 da população brasileira.

Perguntado se vê uma causa comum para isso (“o populismo”) estar ocorrendo em sociedades tão diversas, Acemoglu responde essa ser uma questão desafiante para os autores das Ciências Sociais e Política – e não tem ninguém com a resposta completa.

Acemoglu, um dos mais influentes pesquisadores do mundo no estudo do desenvolvimento econômico, reconhece: *as instituições brasileiras se saíram bem na defesa da democracia*. “Se eu fosse brasileiro, sentiria algum orgulho pelo fato de a democracia brasileira ter resistido a esse período muito difícil.”

Dez anos antes da entrevista, realizada em 1º. de dezembro de 2022, quando saiu a primeira edição de *Por Que As Nações Fracassam*, os coautores estavam relativamente otimistas com o Brasil, por causa das reformas políticas e econômicas feitas, após o fim da ditadura militar. Mas, depois, o Brasil passou por diversas

crises e escândalos de corrupção. Mais recentemente, houve ameaças à democracia.

Como avalia o País hoje? Acemoglu disse: “havia um grão de verdade no otimismo. Também cometemos alguns erros”.

Compreenderam os problemas de corrupção no Brasil, mas subestimaram o quão profunda ela havia penetrado na coalisão presidencialista (ou semi-parlamentarista) brasileira. Não anteciparam como isso mudaria a face da política brasileira.

Apesar de todos esses altos e baixos, as instituições brasileiras sobreviveram durante a presidência de Bolsonaro. O visto com esse neofascista foi muito parecido com o acontecido nas Filipinas com Duterte, na Hungria com Orbán, na Turquia com Erdogan.

Bolsonaro foi tão antidemocrático quanto eles. Mas as instituições brasileiras resistiram ao desafio imposto por Bolsonaro.

Apesar de o Brasil ser provavelmente a democracia mais recente entre muitos desses países, em certo sentido, na sua transição política pós-ditadura, ele tem se saído bem. Alguns temiam um novo golpe militar. Não foi o caso.

Bolsonaro, apesar de ter instintos tão antidemocráticos quanto Trump, foi lhe imposto o reconhecimento de ter perdido a eleição. Protestou, inutilmente, incentivando seus adeptos quebrarem as sedes dos três Poderes da República – e estão sendo julgados e punidos com o atraso costumeiro da Justiça.

Houve períodos quando as instituições brasileiras funcionaram mal e foram capturadas para fins políticos ou corruptos. Mas, no geral, Acemoglu disse: “se eu fosse brasileiro, sentiria algum orgulho pelo fato de a democracia brasileira ter resistido a esse período muito difícil. Talvez melhor diante da democracia nos EUA, se considerarmos como o cenário institucional americano ter sido falho ante as ameaças à democracia”.

Na sua opinião, existe um elemento comum nos populistas de extrema-direita: o *nacionalismo*. Bolsonaro é nacionalista. Modi é nacionalista. Erdogan é nacionalista. Eles podem ter políticas econômicas muito diferentes, alguns são mais favoráveis aos

negócios diante dos outros, mas o elemento nacionalista é muito presente.

O *nacionalismo* é alimentado por vários fatores. Um deles é a globalização, porque ela ameaçaria as comunidades. Muitas coisas foram prometidas pela tecnologia e pela globalização, mas, para uma grande parcela da população, nada disso se concretizou.

A extrema-direita propagava para ela: quem estava se beneficiando eram as “elites globais”. “Então, por isso, Marine Le Pen, Bolsonaro e Trump sempre atacam essas elites globais. Estão exagerando, estão mentindo. Mas há um fundo de verdade”.

Teriam sido as multinacionais e as pessoas com formação universitária, estejam elas São Paulo, Nova York, Manila ou Londres, as principais beneficiárias da globalização e das mudanças econômicas. O *nacionalismo populista* foi uma reação esperada nos Estados Unidos e no Brasil – e agora na Argentina.

O *peronismo* é um movimento político argentino com evolução ao longo do tempo. Como mostrarei, no quarto capítulo, inclui diferentes facções e interpretações.

No entanto, algumas das principais ideias geralmente associadas ao peronismo destacam o peronismo, historicamente, defender *a igualdade* e *a justiça social*, buscando a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora e dos setores mais vulneráveis da sociedade.

O movimento promove um forte senso de identidade nacional e patriotismo argentino, frequentemente enfatizando a importância da independência econômica e política do país. Por isso, tende a favorecer políticas de proteção à indústria nacional e à economia, muitas vezes recorrendo a medidas de intervenção estatal.

O peronismo tem laços estreitos com o sindicalismo argentino e historicamente apoiou os direitos dos trabalhadores e a negociação coletiva. O líder fundador do movimento, Juan Domingo Perón, era conhecido por seu carisma e habilidade em mobilizar as massas, e o peronismo frequentemente valoriza líderes fortes com carisma político.

Na verdade, *o peronismo é um movimento complexo e diverso*, com variações significativas em suas interpretações e práticas ao longo do tempo. Portanto, diferentes governos e líderes peronistas podem enfatizar aspectos diferentes dessas ideias.

Sua contrapartida, o chamado “anti peronismo” (ou *anti populista*), apresentado no quinto capítulo, não é um movimento político organizado, mas uma expressão referente à *oposição ao peronismo* na Argentina. As ideias e posições dos grupos e indivíduos opositores ao peronismo variam amplamente, inclusive essa oposição incluem uma ampla gama de ideologias e perspectivas políticas dos neoliberais à extrema-direita.

Paradoxalmente, entre as críticas e ideias associadas ao *anti peronismo* inclui-se a defesa do *liberalismo apenas econômico*. Muitos opositores ao peronismo defendem políticas econômicas neoliberais ao enfatizarem a abertura de mercados, o livre comércio e a redução da intervenção estatal na economia.

Os grupos *anti peronistas* têm uma orientação política conservadora, em questões sociais e culturais, opondo-se a certas reformas progressistas promovidas pelo peronismo. A crítica ao centralismo do governo peronista levou-os a defender o fortalecimento dos governos provinciais, concedendo-lhes autonomias regionais.

Críticos do peronismo costumam caracterizar o movimento como “populista”. Eles se opõem a políticas de assistência social por as verem como manipuladoras politicamente ou insustentáveis em termos econômicos.

Os opositores ao peronismo destacam sobretudo a importância da estabilidade dos preços (prevenção contra a “eutanásia dos rentistas”) e da responsabilidade fiscal. Fazem um contraponto às políticas econômicas expansionistas associadas ao peronismo em algumas de suas fases.

Novamente, é fundamental destacar o *anti peronismo* ser uma coalizão de opositores ao peronismo com diferentes perspectivas políticas. Na atual campanha eleitoral, os neoliberais apoiam o candidato da extrema-direita, confirmando ser *liberais apenas na economia – e conservadores na política...*

Na Argentina, assim como em muitos outros países, as ideias e *posições da extrema direita* variam ao longo do tempo. No entanto, ela promove um nacionalismo xenófobo.

Enfatiza a identidade e os interesses nacionais argentinos. No entanto, na atual campanha seu candidato afirma ser “um país de merda” ao defender os jovens emigrarem e os idosos a fazerem uma fuga da moeda nacional para o dólar.

Alguns ideólogos da extrema direita advogam por políticas mais restritivas em relação à imigração. Argumentam ela representar uma ameaça à identidade e aos recursos nacionais.

Defendem também posições conservadoras em questões sociais, como oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e defesa de valores tradicionais. Acima de tudo, tendem a ser a favor de políticas violentas na aplicação da lei e da ordem, defendendo uma política de livre armamentismo dos cidadãos contra o crime.

Principalmente, a extrema direita se opõe ao socialismo praticando um anacrônico anticomunismo. Usam esse fantasma como uma ameaça à propriedade privada dos ingênuos crentes.

Alguns ignorantes da extrema direita se opõem até à globalização econômica e às instituições multilaterais. Acham o FMI prejudicar a soberania nacional.

A extrema direita na Argentina, como em outros lugares, é composta por uma variedade de grupos, partidos e indivíduos, e suas ideias podem ser diversas e multifacetadas. Além disso, o contexto político e social específico da Argentina desempenha um papel significativo na forma como essas ideias atualmente são expressas e influenciam a política do país.

Dado o contexto argentino atual com ameaça de dolarização, hiperinflação e neofascismo, fiz este estudo da economia e da política argentina. O país vizinho deve ser visto como um parceiro do Brasil.

Capítulo 1. Abordagem Histórica

Introdução

É um lugar comum a visão de a elite argentina ter se beneficiado da grande melhora dos termos de troca de suas *commodities* durante o século XIX até os primeiros anos do século XX. Essa melhora impactou diferentemente o interior e o litoral do país.

O interior foi colonizado antes, era um pouco mais populoso, mas não tinha mais propriedades para conquistar e expandir a fronteira de produção agropecuária. Logo, estagnou, enquanto o litoral, com solos urbanos disponíveis, tornou-se mais atraente.

Comparativamente, a população Argentina no fim do século XIX, segundo o Censo Demográfico, correspondia apenas a 4.044.911 de habitantes em 1895. Em 1900, a população brasileira era 17.438.434, tendo quase dobrado em relação a 1872: 9.930.478.

Com a ausência de terras livres para ocupar gratuitamente no interior, os agricultores e os pecuaristas não puderam fazer como nos Estados Unidos, cuja expansão ao oeste e o *Homestead Act* permitiram uma melhor distribuição de terras e menor desigualdade social à custa do genocídio dos nativos ocupantes das terras. Teve efeitos perenes para o desenvolvimento político-econômico do país.

Tampouco recursos foram alocados na indústria, pelo contrário, declinou com a concorrência dos manufaturados britânicos. No entanto, devido à pequena população, em 1913, a *produção industrial per capita* argentina era estimada em 1/2 da australiana, 1/5 da canadense e 1/10 da americana.

Além disso, os latifundiários conseguiram manter o controle político do governo federal em Buenos Aires, impedindo os agricultores/pecuaristas pobres de obterem terras ou melhores condições de vida. O racismo da elite de origem europeia dificultava a migração interna dos nativos para o litoral em ascensão.

A concentração de terras e o crescimento populacional mantinha os rendimentos dos pobres muito baixos. Desse modo, os capitalistas sempre tiveram poucos incentivos para investir em automação, porque era mais barato contratar trabalhadores adicionais quando necessário.

O conflito social se agravou com a *deterioração dos termos de troca*, no período entreguerras, e, principalmente, com a crise de 1929. Em 1930, ocorreria o primeiro golpe militar, apoiado pelos latifundiários. A partir dessa ditadura, a renda per capita argentina começa a cair e se descolar da de países similares.

O governo de Juan Domingo Perón (1946-1955) introduziu políticas de bem-estar social, proteção aos trabalhadores e nacionalização de indústrias com um projeto de industrialização liderado pelo Estado.

Considerando o crescimento médio anual da *renda per capita* de 1945 a 1975, A Argentina cresceu (2,1%) tanto ou mais acima de países similares, como a Nova Zelândia (2%), e maiores como os Estados Unidos (1,5%), mas quatro golpes em 30 anos limitaram o seu impacto. O Brasil cresceu bem mais (4,4%) nesse período de sua indústria nascente.

Corroborando a visão de Acemoglu, enquanto a Austrália atingiu mais de 25% de emprego industrial, durante três décadas entre os anos 1940 e 1970, a Argentina teve apenas estagnação entre os anos 1950 e 1960.

O golpe de 1976, não por acaso, foi precedido por anos de aumento de salários e queda de lucros. A elite, representada pelo ministro ultraliberal Martínez de Hoz, sonhava com os “anos dourados” agroexportadores.

Entre 1976 e 2002, a experiência neoliberal fez a *renda per capita* cair no país (-5%). O governo de Carlos Menem implementou reformas como a privatização de empresas estatais e a adoção do regime de câmbio fixo, ancorado “um para um” ao dólar.

Os governos Kirchner, apesar de todas as limitações e erros cometidos, fizeram a renda per capita aumentar 61% até 2015.

Depois, quando Macri assumiu o cargo presidencial, as políticas neoliberais voltaram mais uma vez sem sucesso.

Durante esse período recente, o país experimentou inflação persistente e restrições ao acesso aos mercados internacionais, devido à renegociação de sua dívida. Faltaram os dólares amados...

Em suma, o desempenho argentino desde o século XIX não foi nada excepcional. Na raiz da queda/estagnação, esteve a instabilidade política, provocada por elites nostálgicas da suposta prosperidade da Era Agroexportadora.

Releitura da Pressuposta Renda da Argentina em 1800

Quando um historiador econômico proeminente fornece uma nova estimativa de algo, é provável a estimativa ser tomada pelo valor verdadeiro. Outros historiadores econômicos irão citá-lo, de modo ele se tornar reificado, até ser tratado como fato, mesmo quando é pouco mais além de uma fantasia.

A estimativa de John Coatsworth do PIB da Argentina em 1800 fornece um exemplo disso segundo <https://www.joefrancis.info/>. Coatsworth (1998, p. 26, Tabela 1.1) afirma: o PIB per capita da Argentina, em 1800, era 2% superior ao PIB per capita dos Estados Unidos – uma conclusão repetida por outros historiadores econômicos.

No entanto, quando o artigo original de Coatsworth é examinado, é impossível ver como ele chegou a esse número. Além disso, um grande erro pode ser claramente visto na sua metodologia.

Na Tabela 1, os números em negrito são retirados de passagens do livro de Coatsworth, enquanto os outros números são cálculos. Como se pode ver, os números fornecidos por Coatsworth levam a uma renda per capita de 85 pesos em Buenos Aires e é impossível ver como ele chegou a 94 pesos.

Sua estimativa para Buenos Aires é, portanto, inexplicável. Quanto ao resto do país, Coatsworth não fornece detalhes metodológicos suficientes para sequer tentar replicar as suas descobertas.

Tabela 1: Dados de Coatsworth para Buenos Aires em 1800

	Urbano	Rural	Total
População	40.000	50.262	90.262
Força de trabalho ^a	25.600	32.168	57.768
Taxas salariais (por ano)	204	76,5	133
Renda (total) ^b	5.222.400	2.460.828	7.683.228
Renda (per capita) ^c	131	49	85

^a Estimada por cento da população.

^b Força de trabalho multiplicada pela taxa salarial.

^c Renda total dividida pela população.

No ensaio de Johnson (1990b), publicado no mesmo ano, havia uma tabela reproduzida abaixo. Ela sugere uma taxa salarial muito mais baixa, de apenas 61-70 pesos, para trabalhadores urbanos não qualificados.

Se os 61-70 pesos de Johnson forem usados em vez dos 204 pesos de Coatsworth, isso fará uma grande diferença na estimativa de rendimento global. Isto é mostrado na Tabela 2, onde, em vez dos 85 pesos sugeridos pelos dados de Coatsworth, os números de Johnson levam a um rendimento per capita global de, no máximo, 47 pesos.

Tabela 2: Dados corrigidos de Coatsworth para Buenos Aires

	Urbano	Rural	Total
População	40.000	50.262	90.262
Força de trabalho ^a	25.600	32.168	57.768
Taxas salariais (por ano)	70	76,5	74
Renda (total) ^b	1.792.000	2.460.828	4.252.828
Renda (per capita) ^c	45	49	47

^a Estimada por cento da população.

^b Força de trabalho multiplicada pela taxa salarial.

^c Renda total dividida pela população.

“A estimativa do PIB de Coatsworth para a Argentina em 1800 parece, portanto, ser completamente *insubstancial*. Não só é impossível replicar as suas descobertas utilizando os dados fornecidos por ele, mas uma parte crucial desses dados é refutada pelo próprio acadêmico citado por Coatsworth como fonte. O fato de os historiadores econômicos estarem dispostos a repetir a estimativa de Coatsworth como se fosse um fato diz, infelizmente, muito sobre o seu ofício”.

Joe Francis postou nova informação sobre o século XIX argentino em seu blog: <https://www.joe francis.info/tag/argentina/>. A "Nova História Econômica" procurou transformar o estudo da história aplicando técnicas econométricas ao passado.

Como tal, aumentou enormemente a procura de estatísticas históricas. O problema tem sido a oferta, pois simplesmente não existem dados de boa qualidade suficientes para aplicar técnicas econométricas a questões históricas.

O aparente declínio da Argentina durante o século XX é mais provavelmente uma ilusão criada por estatísticas inverossímeis do PIB no século XIX. Não houve a ascensão anterior para a queda posterior.

Recentemente, o *Economist* publicou um artigo de primeira página sobre "A Tragédia da Argentina: Um Século de Declínio". Ao resumir os estudos atuais sobre o 'paradoxo argentino', o artigo demonstra por qual razão o estudo da história do país continua tão necessário.

O artigo começa com a afirmação padrão de *a Argentina ter sido rica no início do século XX*:

"O país estava classificado entre os dez mais ricos do mundo, depois de países como a Austrália, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, mas à frente da França, da Alemanha e da Itália. O seu rendimento per capita era de 92% da média das 16 economias ricas."

Para ilustrar o que aconteceu a seguir, o *Economist* fornece um gráfico do PIB per capita da Argentina comparativo a oito países individuais e à média de 16 países da OCDE de 1900 a 2010. A fonte destes números é o Projeto Maddison, um grupo de investigação dedicado a dar continuidade ao projeto do falecido Angus Maddison de produzir *estimativas do PIB desde o ano zero*.

As próprias estimativas do PIB de Maddison para a Argentina ilustram a razão pela qual *as séries da Economist devem ser tratadas com um grau considerável de ceticismo*.

A Tabela 1 reproduz suas várias estimativas do PIB per capita da Argentina e de vários outros países em 1913, com todas referenciadas de modo a Grã-Bretanha ser igual a 100. Como pode

ser visto, há uma variação considerável nos níveis relativos do PIB da Argentina de uma base de dados para outra do modelo de Maddison.

Tabela 1
PIB internacional per capita em 1913

<i>Source:</i>	Britain = 100			
	Maddison (1988)	Maddison (1994)	Maddison (1995)	Maddison (2006)
<i>Benchmark:</i>	1980	1985	1990	1990
South America				
Argentina	58	57	75	77
Brazil	17	17	17	16
Chile	41	42	53	54
Northern Europe				
Britain	100	100	100	100
France	63	66	69	71
Germany	62	60	76	74
Southern Europe				
Italy	58	50	50	52
Spain	...	53	45	42
European offshoots				
Australia	111	110	109	105
Canada	90	85	84	90
United States	123	117	105	108

Nota: Os números mostram o PIB per capita do país em 1913, referenciado de forma que a Grã-Bretanha seja igual a 100. O valor de referência refere-se à estimativa da PPC a partir da qual as séries são extrapoladas de trás para frente.

Fontes: Maddison (1988, p. 19, Tabela 1.3; 1994, p. 22, Tabela 2.1; 1995, Tabela 1-3; 2006, II, pp. 438-39, 445, 466, 520, Tabelas 1b, 1c, 2c e 4c).

A comparação mais marcante vem da primeira e da última versão de seu banco de dados. Em 1988, Maddison calculou o PIB per capita da Argentina, em 1913, era 58% do nível da Grã-Bretanha. De acordo com esta medida, então, a Argentina estava ao mesmo nível da Itália, um dos países pobres da periferia sul da Europa.

Também ficou atrás da França e da Alemanha. Em 2006, porém, Maddison decidiu: a Argentina estava muito à frente destes

países, em 1913, pois o seu PIB per capita era de 77% do da Grã-Bretanha ou 25 pontos percentuais à frente da Itália. Também estaria à frente da França e da Alemanha.

Esta reavaliação da Argentina de Maddison (1988) para Maddison (2006) parece ter sido devida à *adição do setor informal ao ano base de 1990*. Maddison (1995, p. 143) escreveu:

"Um grande problema com as contas nacionais das economias latino-americanas é a avaliação da atividade no setor informal. As recentes revisões oficiais para a Argentina foram muito substanciais. Em vez de um PIB totalizando 2.830 milhões de austrais em 1980, é atualmente estimado em 3.840 milhões (quase 36% mais elevado)".

Com base nesta afirmação, a explicação lógica de como a Argentina, em 1913, se tornou tão mais rica "de um Maddison para o outro" é, *no fim do século XX, o governo argentino ter feito um ajuste na sua série oficial do PIB para ter em conta o crescimento do PIB com o setor informal*. Estimativas do PIB a partir de valor adicionado pela informalidade são precárias por definição: *informalidade não é registrada!*

Para compreender por qual razão um ajustamento ao PIB argentino do fim do século XX afetaria a estimativa de Maddison para 1913, é necessário revisitar os passos dos seus cálculos. 1

Ele começa com uma estimativa do PIB nominal em dólares americanos no seu ano base mais ou menos recente.

Ele ajusta essa estimativa às diferenças no nível de preços, a fim de chegar a uma estimativa em dólares de paridade de poder de compra internacional (PPC).

Ele extrapola para trás a partir dessa estimativa recente do ano base da PPC, utilizando um índice de volume do PIB histórico do país.

Tendo estes passos em mente, parece provável Maddison ter ajustado a sua série do PIB argentino adicionando o setor informal à sua estimativa do PIB do ano base (passo 1), ajustando pelo mesmo nível de preços (passo 2), e depois extrapolando novamente usando o mesmo índice de volume (etapa 3). 2

As estatísticas históricas do PIB de Maddison teriam de ser tão confiáveis quanto os seus números subjacentes para o PIB nominal do ano base, o nível de preços do ano-base e o índice de volume. O problema com as suas estimativas para a Argentina é o *PIB nominal do ano-base ter sido ajustado ao crescimento do setor informal*, mas o *índice de volume não*.

Portanto, ele extrapolou a partir da estimativa ajustada do ano-base usando *um índice de volume idêntico*. Isto é fatal para os cálculos de Maddison, porque *o setor informal cresceu desproporcionalmente*, razão pela qual o governo sentiu a necessidade de ajustar as suas estimativas oficiais do PIB no fim do século XX.

Nessa perspectiva, o aparente declínio da Argentina durante o século XX dever-se-ia ao *processo de urbanização*: enquanto a população emigrava para as cidades, houve a incapacidade de medir o *crescimento da renda obtida por serviços urbanos*. Eles representavam grande parte do “setor informal”.

Consequentemente, subestimou-se a extensão do crescimento do PIB como um todo. Os índices de volume utilizados por Maddison e outros resultaram então em superestimativas diante dos níveis calculados anteriormente do PIB.

Maddison parece ter agravado o problema quando ajustou o seu PIB do ano base para a presença do setor informal. Não levou em conta este ter crescido *desproporcionalmente* ao longo do tempo.

O caso da Argentina demonstra, desta forma, as margens de erro grandes nas *estatísticas históricas*. Como foi discutido em post anterior de Joe Francis, uma defesa apresentada é as margens de erro não serem suficientes para afetar significativamente a análise – a Argentina demonstra claramente, no entanto, este não ser o caso.

Mais plausível é o argumento de “somente após o uso de *números ruins* será possível encontrar *números melhores*”. No caso da Argentina, isto envolveria produzir um melhor índice de valor do PIB de modo a incluir tanto o setor formal como o informal. Sem esses dados, é impossível dizer se a Argentina diminuiu (ou não) de renda per capita ao longo de dois séculos.

Por que a Argentina não era a Austrália?

Pablo Gerchunoff e Pablo Fajgelbaum se perguntam: *por qual razão a Argentina não era a Austrália?* Com essa pergunta no título publicaram um livro, em novembro de 2019, do qual vou resumir o argumento central.

No século XIX e até 1930, Argentina e Austrália seguiram um caminho aparentemente em comum. Em 1901, um político australiano publicou um livro no qual apresentava o país sul-americano como seu grande rival.

Um século mais tarde, quando a disparidade de riqueza entre as duas nações é abismal, ninguém as consideraria “adversárias econômicas” da mesma estatura. Quais os fatores explicam a evolução em um caso e a deterioração no outro?

É possível encontrar “um momento australiano” anterior tornado semelhante ao presente argentino? E se assim for, será uma lição para os argentinos? Por qual razão a Argentina não foi a Austrália?

Comparações entre Economias

Argentina e Austrália compartilharam um conflito social e um infortúnio nacional ao longo da história. O *conflito social* residiu no fato de ambos os países, devido à sua dotação de fatores, produzirem e exportarem produtos como carne e lã, parte da cesta de consumo popular, e oferecerem mais ocupações às classes populares em *serviços não exportáveis* – e não tão rentáveis. O *infortúnio nacional* residia no fato de suas *commodities* perderem volumes e cotações nos ciclos de baixa dos mercados.

A breve história, contada por Pablo Gerchunoff e Pablo Fajgelbaum, *¿Por qué Argentina no fue Australia?*, combina a geoeconomia, a geopolítica, as instituições, os desfasamentos temporais e até mesmo os acontecimentos fortuitos.

Os coautores discutem por qual razão a Argentina não igualou o desempenho econômico da Austrália quando pelo menos até 1930 prometeu fazê-lo – e por qual razão agora ao não prometer nada, pode surpreendentemente fazê-lo.

A Austrália com US\$ 59.093 ocupa o 16º. lugar na classificação da *renda per capita PPC* (1º. no hemisfério sul) e a Argentina com US\$ 23.939 está em 62º – o Brasil com US\$ 22.754 em 65º. A Austrália alcança o 8º. lugar no ranking mundial de *Índice de Desenvolvimento Humano* (0,944) e a Argentina, 46º lugar (0,845) – o Brasil em 84º. (0,765) fica fora do grupo considerado de Alto Desenvolvimento Humano (acima de 0,800).

Na Austrália, os 20% mais ricos da população ganham renda média sete vezes acima da dos 20% mais pobres, ninguém vive com menos de dois dólares americanos por dia e o desemprego é de 5%. Na Argentina, os 20% mais ricos multiplicam por dezoito o rendimento dos 20% mais pobres, mais de 14% da população vive todos os dias com menos de dois dólares e o desemprego é superior a 12%.

A Argentina é um dos 5 maiores produtores mundiais de soja, milho, semente de girassol, limão, pera e erva-mate, um dos 10 maiores produtores mundiais de cevada, uva, alcachofra, tabaco e algodão e um dos 15 maiores produtores mundiais de trigo, cana-de-açúcar, sorgo e toranja. Embora seja o maior produtor de trigo da América do Sul, e esta cultura ser mais antiga, é na soja onde a economia do país vem mais se baseando, assim como Brasil e o Paraguai. O país também exporta milho, cevada, algodão, tabaco, limão, pera, maçã, e produz vinho com as uvas.

Na pecuária, a Argentina foi, em 2019, o 4.º maior produtor de carne bovina do mundo, com uma produção de 3 milhões de toneladas, atrás apenas dos Estados Unidos, Brasil e China. Foi o 4º maior produtor mundial de mel, o décimo maior produtor mundial de lã, além de estar entre os vinte maiores produtores do mundo de carne de frango, leite de vaca e ovo de galinha.

O país baseia sua economia na exportação de carne, mel e lã, além dos citados produtos agrícolas, desde o século XIX. Diferentemente, a economia da Austrália tem como maiores bases econômicas a mineração e a agropecuária, porque o país é:

- o maior produtor mundial de minério de ferro, bauxita e opala;
- o 2º maior produtor mundial de ouro, manganês e chumbo;

- o 2º maior exportador mundial de carvão;
- o 10º maior exportador de gás natural;
- o maior produtor de lã do mundo;
- o 5º maior produtor de carne bovina;
- o 7º maior do mundo em receitas turísticas; e
- um dos 10 maiores produtores mundiais de trigo, cevada e cana-de-açúcar e vinho.

Durante a Convergência (1884-1929), a Argentina apresentou a maior taxa de crescimento populacional de sua história graças à *imigração abundante*, mas ainda não era uma economia onde o trabalho explicava uma proporção significativa do rendimento de exportação. Este dependia principalmente das cotações e, depois, do volume.

A partir da crise de 1930, iniciou-se a Divergência porque os fatores favoráveis à Argentina inverteram-se subitamente. Focando apenas no *produto por habitante*, o declínio relativo na Argentina entre 1929 e 1945 (-1,47% ao ano) esteve ainda abaixo daquele correspondente ao desastre final (-2,15% ao ano) entre 1945-2002.

Durante um longo período, após a colonização dos primeiros colonizadores, existiram obstáculos institucionais e econômicos. Foram inibidores tanto da Argentina como da Austrália de embarcarem em um verdadeiro processo de acumulação de riqueza.

Comparação Histórica

O território australiano foi descoberto, no século XVI, por marinheiros espanhóis – senão antes por chineses –, mas tornou-se oficialmente propriedade da Inglaterra, após a chegada de James Cook em 1770. Rapidamente, foi considerada uma solução para a transbordante população carcerária das Ilhas Britânicas, entre 1788 e 1821, quatro prisões foram construídas lá.

Nesse último ano, mais de 65% dos habitantes da imensa ilha eram crianças e prisioneiros, e boa parte da atividade econômica

envolvia a destilação ilegal e o tráfico de bebidas alcoólicas. O rum funcionava como o único meio de troca.

Mas a partir da década de 20 do século XIX, a Austrália experimentou o seu primeiro surto pastoril. A imigração de trabalhadores da Grã-Bretanha e o aumento da população livre nascida nas colônias melhoraram a qualidade do capital humano.

Ao mesmo tempo, a abundância de pastagens e o clima ameno favoreceram a produção de lã fina de acordo com as exigências das indústrias têxteis do Yorkshire Britânico. Elas surgiram no calor da Revolução Industrial e não foram satisfeitas pela oferta europeia.

Entre 1830 e 1850, a produção de lã aumentou vinte vezes e a população multiplicou-se quase seis vezes, passando de 70.000 para 405.000 habitantes. A pequena população justificava a Austrália ter elevada renda per capita com base em exportação.

Na Argentina, o chamado de “ambiente favorável ao crescimento” surgiu cerca de meio século depois do *boom* da lã australiana. Embora o Vice-Reino do Rio da Prata tenha sido estabelecido quase ao mesmo tempo da conquista de James Cook, a história incessante de conflitos armados, internos e externos, prevalecendo até o último quartel do século XIX constituiu o outro lado da evolução pacífica das colônias australianas e inclusive suas independências sem guerras.

O caso argentino foi diferente: as lutas pela Independência foram sucedidas por confrontos internos entre forças unitárias e federais, guerras contra países vizinhos, principalmente pela Tríplice Aliança contra o Paraguai, rebeliões internas lideradas por líderes das províncias do interior.

Ao superar Urquiza na Batalha de Pavón, em 1861, Bartolomé Mitre garantiu a predominância de Buenos Aires e foi eleito como o primeiro presidente do país reunificado. Foi seguido por Domingo Faustino Sarmiento e Nicolás Avellaneda. Estas três presidências estabeleceram as bases do moderno Estado argentino.

Entre 1878 e 1885, sob a liderança do General Julio Argentino Roca, Ministro de Guerra de Avellaneda e, posteriormente, Presidente da República, a Argentina expandiu seu território para o sul,

conquistando a Patagônia, na chamada "Campanha do Deserto". Esse processo resultou no extermínio de grande parte dos indígenas patagônios e fueguinos. Assim, a consolidação de uma ordem institucional favorável ao progresso é datada apenas a partir de 1880.

Seria um erro equiparar a breve expansão da economia argentina, ½ século entre 1880 e 1930, com o crescimento secular australiano, alimentado pelo seu florescimento rural precoce.

Na realidade, a Argentina começou a produzir e exportar couro, carne seca e lã muito antes de 1880. Desde o estabelecimento do livre comércio, iniciou uma lenta e primitiva jornada rumo à integração com os fluxos de trocas mundiais.

Na aceleração do progresso argentino houve uma combinação feliz: o fortalecimento do Estado nacional coincidiu com um momento de sofisticação das relações econômicas internacionais e de evolução das técnicas de produção e transporte qualitativamente superiores às do início do século XIX. Foi possível obter lucros significativamente maiores com o comércio quando a máquina a vapor já estava inventada e as carnes artificialmente conservadas a frio.

Os australianos não precisaram esperar as condições excepcionais do contexto, tão bem aproveitado pela Argentina, porque uma descoberta em seu subsolo lhe permitiria desfrutar da maior renda per capita do mundo durante décadas. Em abril de 1851, em Bathurst - Nova Gales do Sul, ouve a primeira grande descoberta de ouro na Austrália. Foi seguida rapidamente por outras.

Isto provocou uma nova onda de imigração - a população triplicou em uma década -, atingindo 1,2 milhões em 1861. Voltou a fazê-lo nos trinta anos seguintes porque multiplicou o interesse do capital britânico.

Só quando conseguiu sair do clima de beligerância contínua e aproveitar os benefícios do comércio, a Argentina esteve em condições de experimentar um salto em direção ao progresso econômico equivalente ao experimentado pela Austrália, depois desta superar os vícios da sua estrutura penal e encontrar o metal valioso. Ambos os processos não aconteceram simultaneamente.

A partir de 1880, a Argentina inaugurou a sua própria história de prosperidade. Coincidiu com a época quando os elevados rendimentos da produção aurífera australiana já estavam em declínio.

Os pressupostos da hipótese de convergência implicam ela deveria acontecer de forma monótona até a renda per capita ser equalizada. Mas se tivesse sido esse o caso, não teríamos observado o declínio relativo da Argentina desde a Grande Depressão: outros fatores devem ter atuado.

Com a economia é possível explicar a aparente *convergência*, mas não a *divergência*. O fracasso da economia tem origem na ignorância de *cada caso ter sua particularidade*. Invalida a comparação os *acidentes históricos* com sua marca em cada país – e, obviamente, não idênticos.

Argentália

A Argentina e a Austrália tinham características comuns. Desse modo, permitiam a comparação por historiadores, mas economistas e politicólogos tiveram de identificar os fatores determinantes da bifurcação posterior a 1930.

Um terceiro objeto de comparação – um terceiro país idealizado – é ao qual Pablo Gerchunoff e Pablo Fajgelbaum, no livro *¿Por qué Argentina no fue Australia?*, se dedicam à descrição. Buscam extrair do emaranhado enredo da história os elementos presentes (convergentes e divergentes) em ambos os países.

Para fins puramente pedagógicos, apelam à licença para chamar Argentália para este país imaginário. Nessa mistura, ela possui uma variedade de climas, com predominância de temperaturas temperadas.

Na longa história do planeta, é uma nação jovem, pertencente àquele raro grupo conhecido como “regiões de colonização recente”, localizado no hemisfério Sul (Buenos Aires e Sydney estão no paralelo 34) e a grande distância dos centros de poder (Buenos Aires fica a 11.082 quilômetros de Londres e a 8.454 quilômetros de Nova York; Sydney, 16.997 e 15.989, respectivamente). Mas a Austrália está mais próxima da Ásia...

Argentália, desde a sua origem, teve uma pequena população e terras abundantes – em 1896, Argentina e Austrália eram os dois países com menor número de habitantes por quilometro quadrado de terras produtivas. Como consequência desta dotação de fatores de produção, com escassez de trabalhadores, teve salários relativamente elevados em relação à média mundial.

Como produtor de matérias-primas, Argentália viu os dois lados da moeda: durante décadas estabeleceu uma relação privilegiada com a potência dominante, exportando os produtos da terra necessitados pela Inglaterra para facilitar a sua industrialização e importando os insumos, bens de capital e mão de obra da qual necessitava para seu progresso. Contudo, desde a Grande Depressão na nova potência (Estados Unidos), o país sofreu em primeira mão o declínio do comércio de bens primários.

No calor da expansão do mercado interno e da evolução tecnológica dos processos produtivos, surgiram algumas manufaturas dentro de suas fronteiras, principalmente aquelas transformadoras das matérias-primas exportadas. Mas limitada como era pela escassez de mão de obra, Argentália não era um país bem equipado para enfrentar um processo de industrialização sustentado e diversificado.

Enquanto o intercâmbio global continuasse a ser vigoroso e a beneficiar à Argentália, o *comércio livre* seria conveniente para ambos os países, porque impulsionava o crescimento. Mas o *proteccionismo* passará a ser conveniente para os seus trabalhadores porque, dadas as condições estruturais do país, a proteção econômica aumentará o emprego e os salários reais, e melhorará a distribuição de rendimentos.

O proteccionismo melhorará o preço relativo daquilo importado. Considerando, devido à sua dotação original de fatores de produção – abundância de terras e escassez de trabalhadores –, Argentália importar bens relativamente intensivos em mão-de-obra, medidas protecionistas melhorariam o rendimento relativo do trabalho.

As políticas econômicas mais eficazes do ponto de vista do crescimento, por exemplo, *comércio livre ou quase livre*, determinariam uma distribuição de rendimento favorável os proprietários do fator de produção mais abundante, ou seja, a terra.

Essa lógica específica liga a dotação original de fatores à política econômica, tal como existe uma lógica ligando esta política à dinâmica do crescimento. Este *conflito distributivo* é característico de Argentália.

Quanto mais agudo for o conflito, mais distributivo será o protecionismo. E quanto mais protecionista for distributivo, mais intensivos em trabalho serão os setores industriais nascidos sob sua proteção, maior será a proporção do emprego total explicada pelas atividades protegidas e maior será a participação dos alimentos e lãs exportadas, componentes da cesta de consumo popular.

Quando o protecionismo distributivo já foi instalado como regime de política econômica, o risco é o *stop and go*, um termo familiar para argentinos e australianos. Quando se expandem, os setores industriais protegidos exigem importações (insumos e bens de capital) e não fornecem exportações, daí a sua contribuição para as exportações líquidas é baixa e pode até ser negativa.

Se as exportações de matérias-primas crescerem fracamente, haverá desequilíbrios recorrentes no balanço comercial e os governos tentarão corrigir com desvalorizações nominais. Mas, desta forma, os salários reais antes crescentes, devido ao protecionismo distributivo, serão reduzidos.

Enquanto os trabalhadores mantiverem a sua capacidade de resistência, isso resultará em aumento da volatilidade do crescimento e da inflação. Esta só será atenuada se as exportações de matérias-primas forem reavivadas ou os setores industriais começarem a dar uma contribuição positiva para as exportações líquidas.

Na fase de divergência, a Austrália teve um conflito distributivo e um ciclo de *stop and go* mais moderados diante dos da Argentina. Embora na Argentália o protecionismo seja distributivo, não implica as políticas distributivas terem necessariamente origem no protecionismo.

Na Austrália, assim como na Argentina, isto é, na Argentália, se existirem políticas distributivas não emergentes do protecionismo, o protecionismo será necessário para sustentá-las. Enfrenta, portanto, um *conflito distributivo* e um *ciclo de stop and go*, derivados da sua própria arquitetura econômica, moldada em grande parte pela

natureza e pela geografia – e sobre ela a política tem influência: para o mal, para o bem.

Cada um desses dois países é uma versão de Argentália, mas em algo eles diferem desse mix e em algo eles diferem um do outro.

Historiadores e economistas australianos concentraram-se no declínio da Austrália em relação aos países mais desenvolvidos do planeta. Em 1900, o país tinha o maior rendimento por habitante do mundo. Em 1950, caiu para o terceiro lugar. Em 1970, era o oitavo e na década de 1990 já não estava entre os vinte primeiros.

Exceto em períodos esporádicos, durante o século XX, o produto per capita dos dois países cresceu mais lentamente diante o do *painel das nações desenvolvidas*. Na Austrália, a relação começa nos 170%, quando os seus poucos habitantes eram “os mais ricos do mundo”, em renda per capita, e termina nos 90%. A Argentina começa com 75%, mas no fim da série o seu produto relativo por habitante é de 35%. Só.

Mesmo depois da grave crise económica do início do século XXI, a Argentina continuou a ter uma *economia de rendimento médio*. De um total de 179 países, segundo dados do FMI, em 2016, a Argentina ocupava a 61ª posição no ranking de renda per capita.

Embora longe dos padrões de vida da Europa Ocidental ou dos Estados Unidos, o rendimento por habitante argentino de 20.000 dólares (em PPC de 2016) era muito superior ao de quase todos os países africanos, e superior ao dos não-petroleiros do Médio Oriente, do Leste Europeu e as nações do Sul da Ásia.

Em 2021, com US\$ 9.997, em 66º lugar, Argentina já não era o país mais rico em renda per capita da América do Sul como foi durante a maior parte do século XX. Ficou abaixo do Uruguai (49º. US\$ 17.029), Chile (53º. US\$ 15.399) e Brasil (63º. US\$ 11.136). O seu rendimento per capita se tornou consideravelmente inferior ao de Portugal (37º. US\$ 23.030) – o país mais pobre da Europa Ocidental – e ao das economias mais ricas da Europa Oriental.

Alerto: *não se deve comparar renda per capita sem apresentar a população de cada país*. Quaisquer *commodities* com alta cotação de mercado, dada por fatores exógenos ao país exportador de

pequena população, pode lhe propiciar *elevada renda per capita* – sem ser ela bem distribuída.

Em 2008, dos quase 7,2 bilhões de habitantes do planeta, aproximadamente 5,8 bilhões viviam em países com rendimentos inferiores a US\$ 18 mil, e quase um bilhão em países com rendimentos superiores a US\$ 34 mil, considerados ricos. Em 2021, os *países de renda média do mundo* – 30 na faixa de renda per capita entre US\$ 11.355 (média mundial) e US\$ 27.871 (31º.) – eram poucos com população superior a 10 milhões.

Há cinco grandes grupos principais de *commodities*: petróleo, mineração, celulose, proteína animal e agrícolas. Em geral, as mais lucrativas, devido à demanda global e à volatilidade de preços, são na ordem: petróleo, minério de ferro, ouro, prata, cobre, café, soja, gás natural, milho. Falta ainda o gasoduto para conectar Vaca Muerta até o Brasil...

Conectaria essa região com grandes reservas de gás não convencional por 467 km a outro gasoduto já existente por meio de financiamento com o BNDES. Além disso, a Argentina tem grande potencial de obter futuro superávit comercial (e dólares em reservas) porque possui 21% das reservas mundiais de lítio (a 3ª. maior do mundo) e é a 4ª. maior produtora mundial desse mineral, “o petróleo branco”...

Macroeconomia Argentina

Miguel Braun e Lucas Llach escreveram *Macroeconomía Argentina: Manual para (tratar de) comprender el país* (1ª. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Sudamericana, 2018). Eles se perguntam se a Argentina foi um caso de estagnação?

Em primeiro lugar, perguntam-se: é uma economia rica (com elevado PIB per capita) ou uma economia pobre? É uma economia grande (com um PIB total elevado) ou pequena? Em segundo lugar, outra questão: ela era mais rica antes?

Apresentam primeiro a fotografia do presente antes de olhar para o filme do passado.

Mesmo depois da grave crise económica do início do século XXI, a Argentina continuou a ter uma economia de rendimento médio. De um total de 179 países, segundo a base de dados do FMI, em 2016, a Argentina ocupava a 61ª posição no ranking de renda per capita.

Embora longe dos padrões de vida da Europa Ocidental ou dos Estados Unidos, o rendimento por habitante argentino de 20.000 dólares (em PPC de 2016) era muito superior ao de quase todos os países africanos, e superior ao dos não-petroleiros do Médio Oriente, do Leste Europeu e as nações do Sul da Ásia.

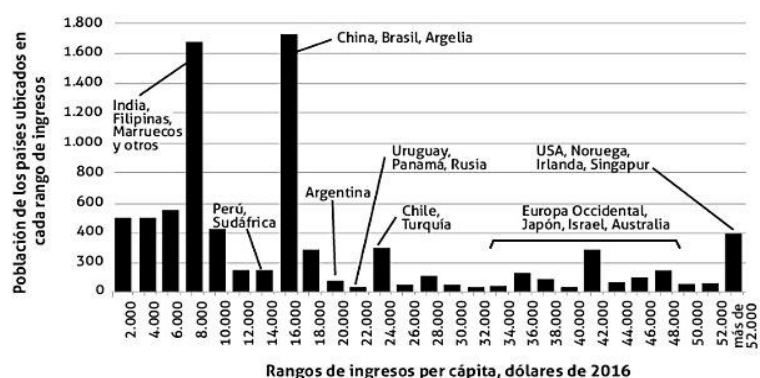
A Argentina já não era o país mais rico da América Latina em 2016 (como foi durante a maior parte do século XX), mas ainda era um dos mais ricos, juntamente com o Chile (24.000) e o Uruguai (21.600). O seu rendimento per capita era consideravelmente inferior ao de Portugal – o país mais pobre da Europa Ocidental – e ao das economias mais ricas da Europa Oriental, a maioria com aproximadamente 60 milhões habitantes.

Novamente, lembro: não se deve comparar renda per capita sem apresentar a população de cada país. Quaisquer *commodities* com alta cotação de mercado, dada por fatores exógenos ao país exportador de pequena população, pode lhe propiciar elevada renda per capita – sem ser ela bem distribuída.

A faixa de rendimento na qual a Argentina se encontra – uma espécie de classe média global – não é a mais comum. Dos quase 7,2 mil milhões de habitantes do planeta, aproximadamente 5,8 mil milhões viviam, em 2008, em países com rendimentos inferiores a US\$ 18 mil e quase mil milhões em países com rendimentos superiores a US\$ 34 mil, considerados ricos.

Os países de renda média do mundo – a ampla faixa de renda per capita entre 18.000 e 34.000 dólares – não eram muitos: considerando apenas aqueles com uma população superior a 10 milhões, só se encontravam Argentina, Rússia, Roménia, Chile, Turquia, Cazaquistão, Grécia, Malásia., Polónia e Portugal.

**FIGURA 2.7 Pobre ou rico?
População em cada faixa de níveis de renda**



Fonte: Banco Mundial.

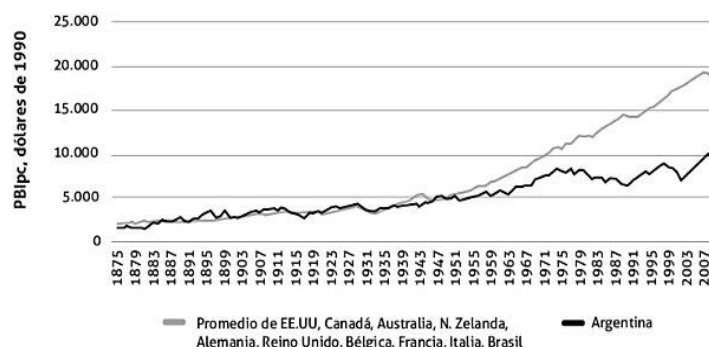
Quanto ao tamanho da sua economia, a Argentina é:

- inferior a dez países, ao mesmo tempo, mais populosos e ricos (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Rússia, Reino Unido, França, Itália, Turquia, Coreia e Espanha),
- menor de cinco outras nações mais ricas, mas menos populosas (Arábia Saudita, Canadá, Austrália, Polónia e Malásia), e
- abaixo de mais de dez economias mais populosas, mas mais pobres em termos de renda per capita (China, Índia, Indonésia, Brasil, México, Irão, Tailândia, Egito, Nigéria e Paquistão).

A economia argentina é, portanto, devido ao tamanho de sua renda per capita, a vigésima-sexta economia do mundo.

Para medir o desempenho de um país ao longo do tempo e detectar os melhores e os piores momentos, em termos de crescimento econômico, existem duas opções, significativas e úteis. Uma possibilidade é simplesmente indicar a taxa de crescimento de cada época. Outra é comparar o desempenho com o de um conjunto de países.

Ambas as evoluções estão resumidas no Gráfico 2.8. Por um lado, observa-se a linha histórica do rendimento per capita na Argentina. Além disso, é comparada com a linha correspondente ao PIB per capita médio de um conjunto de países para os quais temos dados de longo prazo.

FIGURA 2.8 Caminhos divergentes

Fonte: Maddison (2013).

Por diversas razões (geográficas, históricas, culturais), são adequados para fazer uma comparação. Há cinco países europeus, as quatro grandes colônias britânicas na América do Norte e Oceania e o Brasil.

Com algumas exceções, a Argentina foi considerada uma *economia em crescimento* durante todo o período. Mas as taxas de crescimento do PIB per capita foram maiores em alguns períodos diante de outros.

O desempenho também foi variável em comparação com outras economias: ora a Argentina cresceu mais acima diante o resto do mundo, ora menos.

O período de reaproximação mais rápida ocorreu antes da Primeira Guerra Mundial, quando a Argentina cresceu acima do resto do mundo e atingiu níveis comparáveis aos de países hoje muito mais ricos, como a França e o Canadá.

Nos seus melhores momentos (1909, 1929, 1949), a Argentina beirava o nível médio dos demais países da amostra. Mas esses pontos de máxima proximidade foram, ao mesmo tempo, o início de períodos de distanciamento.

A expansão da economia argentina, antes da Primeira Guerra, baseou-se, entre outras coisas, no crescimento do comércio exterior. Durante a década de 1910, marcada pela Primeira Guerra Mundial, e

a década de 1930, quando o comércio global de mercadorias se contraiu, devido aos efeitos da Grande Depressão, a Argentina sofreu mais intensamente diante de outras economias.

A aproximação com outros países no fim da década de 1940, durante o primeiro governo peronista, foi efêmera. A partir de 1949, o fosso com outras nações aumentou a tal ponto de a Argentina não conseguir aderir a um período de elevado crescimento na economia mundial.

Somente durante a década de 1960 a Argentina parou de perder posições no ranking mundial. O último quartel do século XX tem uma particularidade: não só se perdeu posições em relação a outros países, como nem mesmo em termos absolutos a Argentina conseguiu um aumento na sua renda.

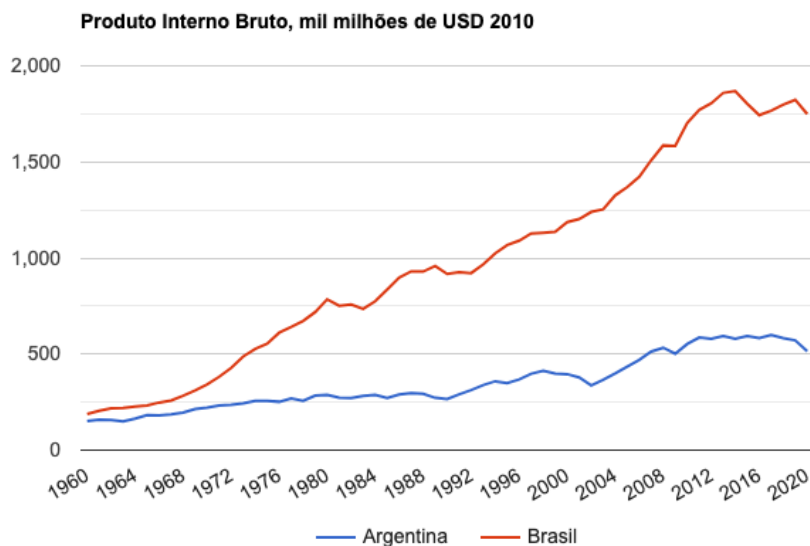
Fazendo uma média de momentos de alto crescimento (a maior parte da década de 1990 ou os primeiros anos após a crise de 2001-2002) com outros de declínio (década de 1980) ou declínio abrupto (a crise de 2001-2002), em 2005, a Argentina voltou a ter um nível de rendimento per capita pouco superior ao de uma geração atrás. Em 2012, iniciou-se *outra fase de estagnação*: em 2015, o PIB per capita era 3% inferior ao de 2011.

Enfim, colocando a renda per capita argentina e seu histórico de longo prazo em uma perspectiva internacional, *a Argentina pode ser entendida como um país de renda média*. Está entre as 25 maiores economias.

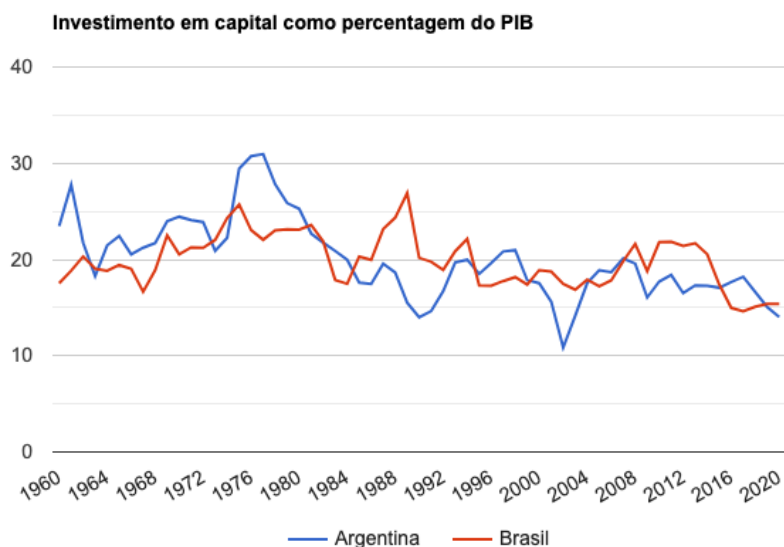
Porém, seu crescimento em relação ao resto do mundo tem sido variável: cresceu mais rápido diante a média das principais economias até 1930 – e depois abaixo dela. O último quartel do século XX foi especialmente negativo, porque a Argentina não só cresceu mais lentamente diante o resto do mundo, mas a sua taxa de crescimento foi próxima de zero.

Capítulo 2. Abordagem Estrutural

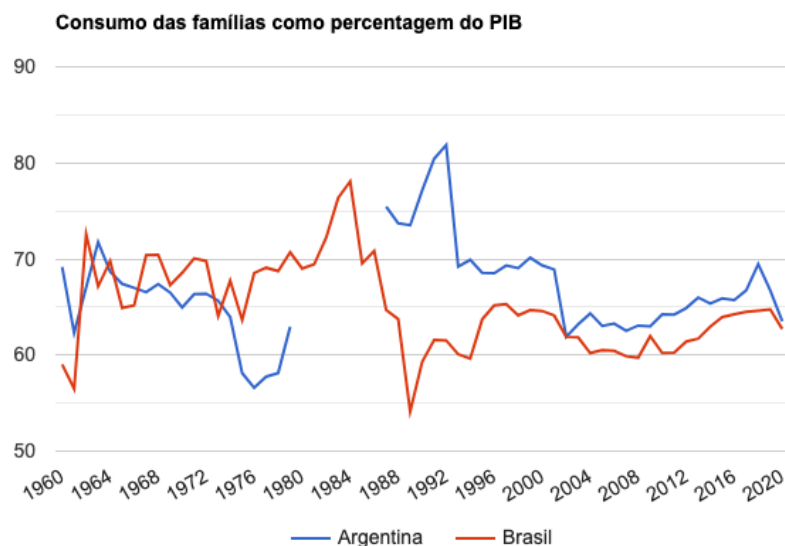
Produto Interno Bruto e Componentes



O PIB brasileiro em 1960 era US\$ 188,5 bilhões e o da Argentina, US\$ 150,8 bilhões. Em dólares constantes de 2010, em 2020, segundo The World Bank, o brasileiro atingiu US\$ 1.749,1 bilhões e o argentino US\$ 514,8 bilhões. Em 2014, o brasileiro tinha se multiplicado por 10 vezes com US\$ 1.868,5 bilhões. O maior argentino foi US\$ 598,8 bilhões em 2017. Multiplicou-se por 4 vezes em relação ao do ano inicial dessa série temporal de 60 anos.



Em Investimento como percentagem do PIB, o pico argentino foi 30,9% em 1977. O brasileiro foi 26,9% em 1989. Em 2020, a taxa de investimento no Brasil ficou em 15,4% e a da Argentina 14,02%. A média brasileira nos 60 anos (1960-2020) foi 19,9% do PIB, praticamente, empatando com a argentina: 20% do PIB.

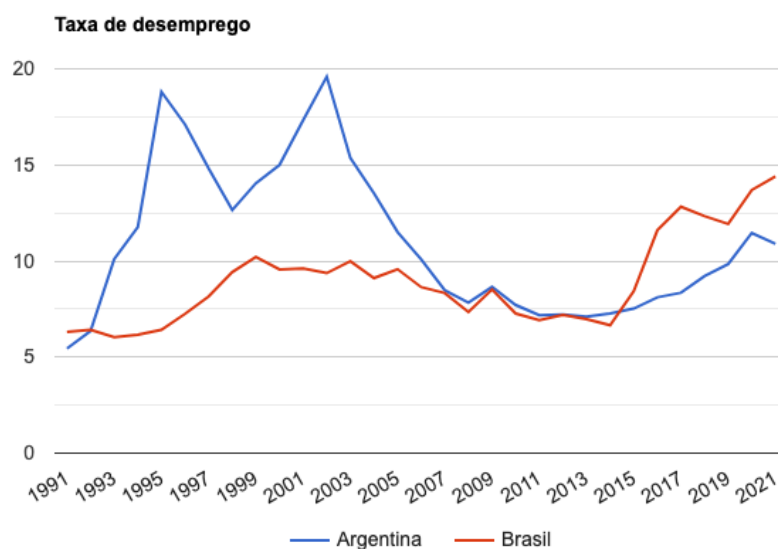


Em Consumo como percentagem do PIB, o pico argentino foi 81,9% em 1992. O brasileiro foi 78,1% em 1984. O fundo do poço foi em 1989 no Brasil (54,1%) e em 1976 na Argentina (56,6%).



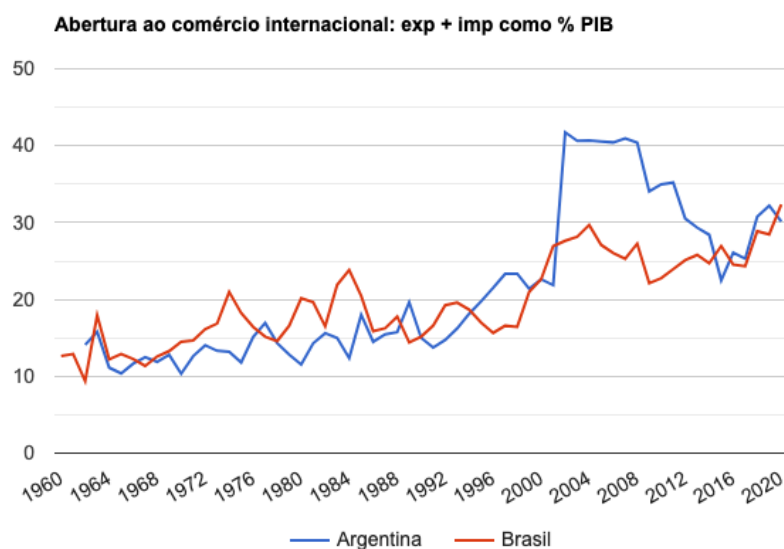
No Brasil, o IPC atingiu 2.947,7% no ano 1990. Depois do confisco do Plano Collor, em 1991, baixou para 432,8%. Em 1994, antes do Plano Real, cresceu 2.075,9%. Em 1995, caiu para 66%, em 1996 para 15,8% e daí em diante (1997-2020) a média anual foi 6% aa.

Quanto à força de trabalho, o pico no Brasil foi atingido em 2019 com 104,4 milhões de pessoas. No mesmo ano, na Argentina, 20,4 milhões de pessoas foi seu máximo, ou seja, 1/5 da brasileira.



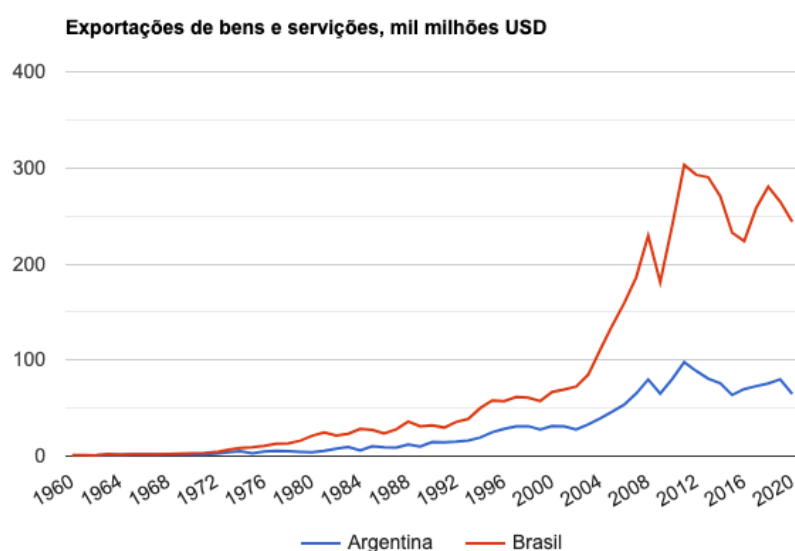
A taxa de desemprego no ano anterior à pandemia foi 11,9% no Brasil e 9,8% na Argentina. Nela, houve dois picos de desemprego: 18,8% em 1995 e 19,6% em 2002. A pior taxa na economia brasileira aconteceu em 2021: 14,4%. Sua média, no período 1991-2021 foi 8,9% e a argentina 11,0%.

Relações com o Resto do Mundo



O grau de abertura ao comércio internacional (exportação + importação / PIB) da economia brasileira entre 1960 e 1998 com regime de câmbio fixo foi em média anual 16,2%. Entre 1999 e 2020, essa média se elevou para 26,0% aa, sendo o pico no último ano da série temporal: 32,3%.

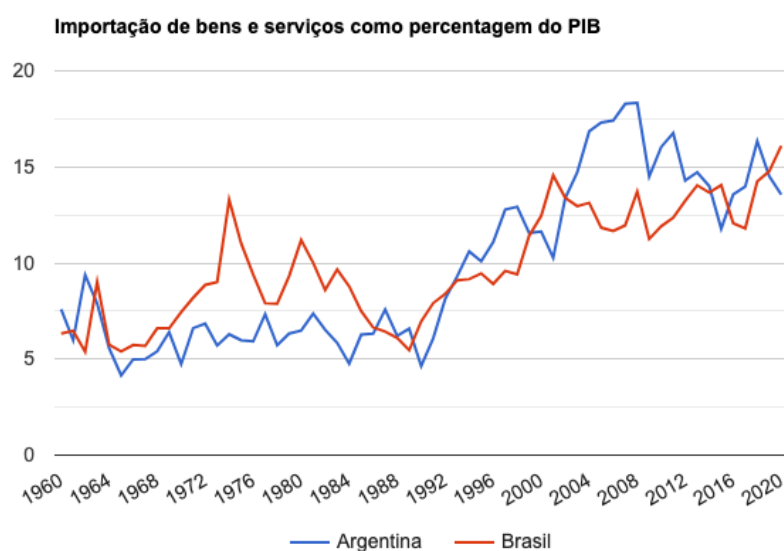
Por sua vez, a Argentina de 1962 a 2001 teve um grau de abertura média de 15,5%. Entre 2002 e 2008, atingiu 40,8% aa. Caiu a partir da crise mundial (2009-2020) para a média anual de 30,0%.



A média anual da exportação brasileira entre 1960 e 1979 foi US\$ 5,19 bilhões. Entre 1980 e 1999, elevou-se para US\$ 37,29 bilhões. Com o regime de câmbio flexível e maior abertura externa, elevou-se continuamente de US\$ 66,8 bilhões em 2000 até US\$ 240 bilhões em 2010 – média anual de US\$ 139,62 bilhões. Inclusive com exportação de petróleo do pré-sal, a média anual foi de US\$ 266,05 bilhões entre 2011 e 2020.

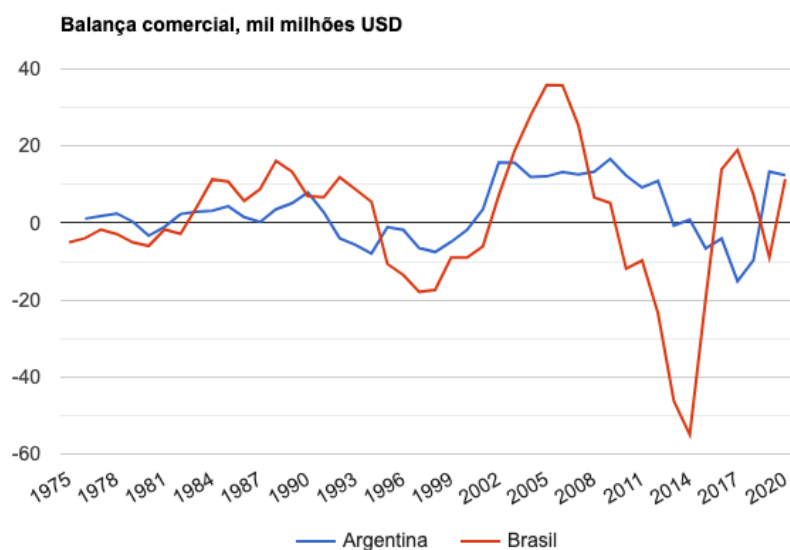
A maior alta da exportação argentina ocorreu após 2003 (US\$ 33,08 bilhões) até 2011 (US\$ 98,81 bilhões), quando ficou com a média anual de US\$ 62,24 bilhões. Depois, com a crise mundial, foi declinando o volume até 2020 (US\$ 64,59 bilhões), embora a média anual tenha ficado superior (US\$ 74,65 bilhões) nessa década.

A brasileira se tornou quase 9 vezes maior em contraste com o período 1962-1979, quando a média anual brasileira de US\$ 5,19 bilhões era menos de duas vezes a argentina de US\$ 2,84 bilhões.



Antes da mudança do regime de câmbio de fixo para flutuante, no período 1960-1998, a importação como percentual do PIB no Brasil era 8,1% em média anual. Depois, aumentou a capacidade de importação para 13,0% em média anual. O pico ocorreu no último ano da série temporal, o do início da pandemia, com 16,1% do PIB.

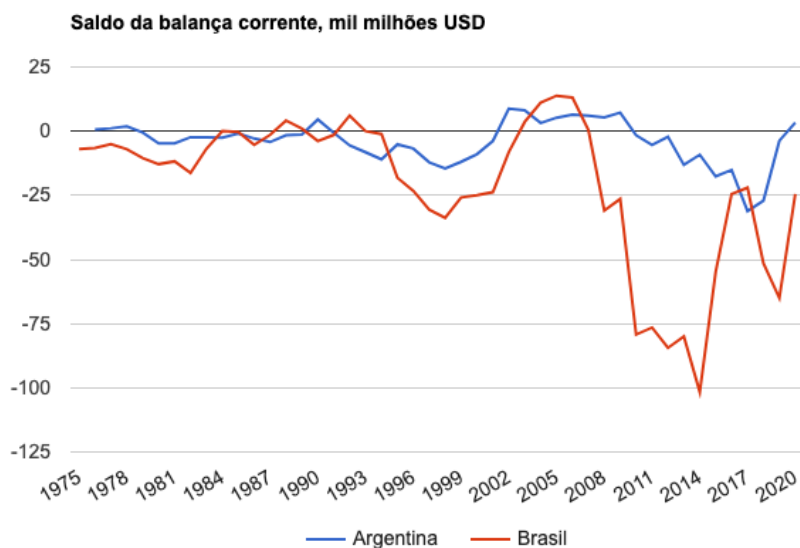
Comparativamente, na Argentina a média anual no período 1960-1998 foi 7,0%. Entre 1999 e 2020, dobrou-se para 14,7%.



O Brasil teve déficits no balanço comercial, de 1975 a 1982, em média anual de -US\$ 3,63 bilhões. Após duas maxidesvalorizações cambiais, em dezembro de 1999 e fevereiro de 1983, provocando a entrada em regime de alta inflação, obteve superávits de 1983 a 1994, em média anual de +US\$ 9,17 bilhões.

Os déficits comerciais vieram, de 1995 a 2001, em média anual de -US\$ 11,93 bilhões. Com a maxidepreciação cambial de 2002 ("culpa do favoritismo eleitoral do Lula"), voltaram os superávits comerciais até 2009, em média anual de US\$ 20,36 bilhões. Com a explosão da *Bolha de Commodities*, houve déficits de 2010 a 2015 em média anual de -US\$ 27,63 bilhões.

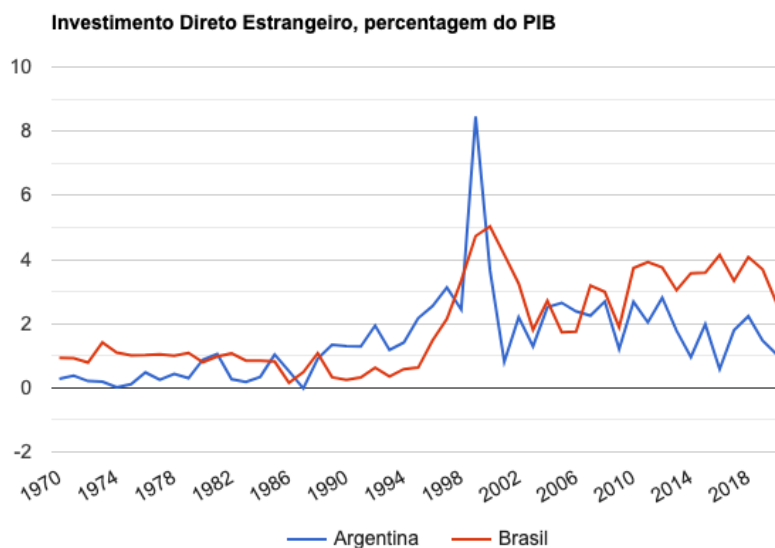
Depois, com a estagnação da economia brasileira, voltaram os superávits comerciais, exceto em 2019 com déficit de -US\$ 8,94 bilhões. A média anual do período foi +US\$ 8,56 bilhões.



Antes da Era Social-Desenvolvimentista, o Brasil só obteve Balanço de Transações Correntes superavitário em 1984 (+US\$ 30 milhões), 1988 (US\$ 4,16 bilhões), 1989 (US\$ 1 bilhão), 1992 (US\$ 6,09 bilhões), 1993 (US\$ 20 milhões).

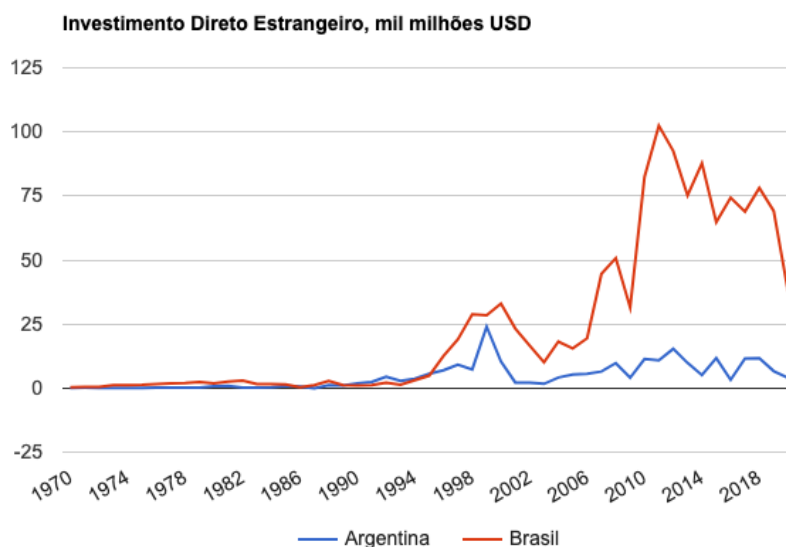
Os superávits em sequência de 2003 a 2007 – média anual de US\$ 8,41 bilhões, mas US\$ 11,09 bilhões em 2004, US\$ 13,84 bilhões em 2005 e US\$ 13,09 bilhões em 2006 – foram inéditos historicamente. Depois, de 2008 a 2020, a média anual do déficit no Balanço de Transações Correntes foi de -US\$ 55,50 bilhões.

A Argentina obteve superávit no Balanço de Transações Correntes de 1976 a 1978 (média de US\$ 1,21 bilhão) e depois só em 1990 (US\$ 4,55 bilhões), antes da sequência superavitária na chamada *Bolha de Commodities* de 2002 a 2009 com média anual de US\$ 6,33 bilhões. Após a explosão da Bolha, de 2010 a 2019, a média anual dos déficits foi -US\$ 12,61 bilhões. Em 2020, obteve superávit de US\$ 3,31 bilhões.



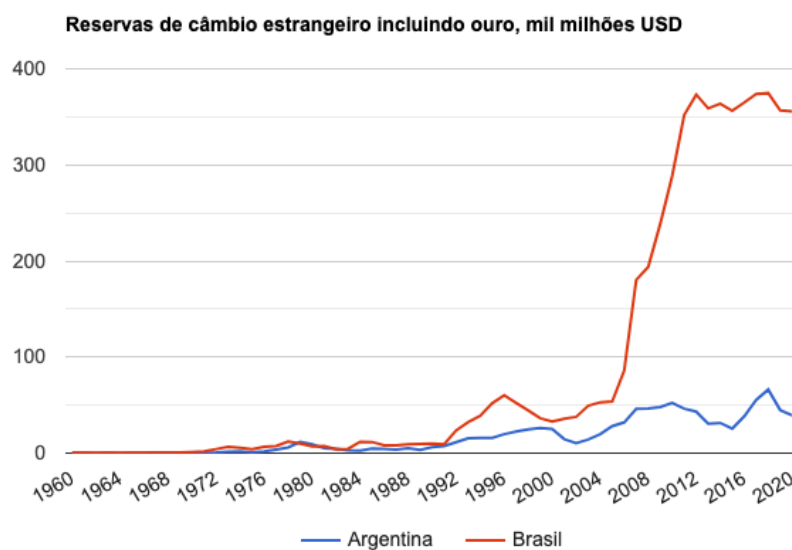
No Brasil, o Investimento Direto Estrangeiro em percentual do PIB teve uma média anual de 0,79% de 1970 até 1995. A partir de então até 2020, essa média se elevou para 3,1% do PIB. A estabilidade inflacionária parecer dar confiança aos investidores externos.

Na Argentina, de 1970 até 1987, quando alcançou -0,02% do PIB, indicando desinvestimento ou fuga de capital, a média foi 0,38% do PIB, abaixo da brasileira no período. Após 1989, a Argentina superou a brasileira por dez anos, quando em 1999 atingiu o pico de 8,5% do PIB. Nas duas primeiras décadas do século XXI, oscilou em torno da média anual de 2,0% do PIB, cerca de 2/3 da brasileira.



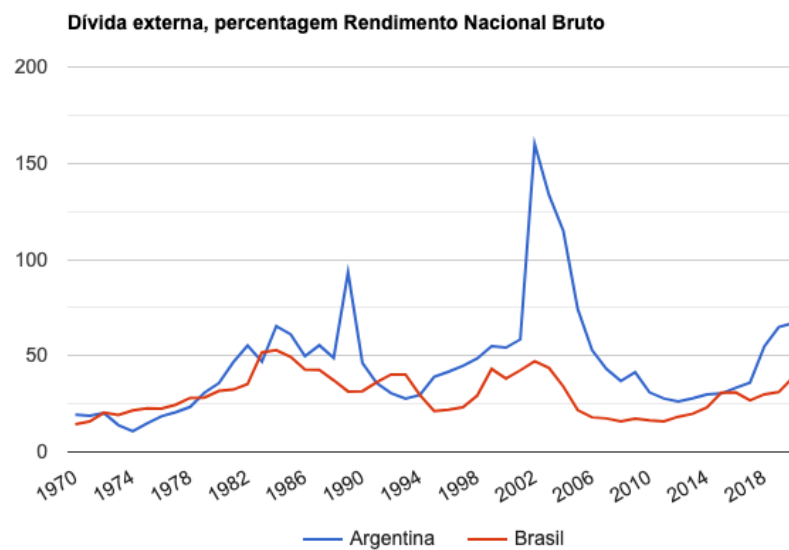
Entre 1970 e 1995, o IDE no Brasil foi em média anual apenas US\$ 1,68 bilhão. Após, foi crescente (média anual de US\$ 33,52 bilhões) até o pico de US\$ 102,43 bilhões em 2011. A partir de então a tendência foi de queda até US\$ 37,79 bilhões, em 2020, com uma média anual de US\$ 72,06 bilhões.

Na Argentina, a média anual de 1970 a 1995 do IDE em US\$ 1,07 bilhão foi cerca de 2/3 da brasileira. De 1996 a 2020, a média se multiplicou por oito (US\$ 8,01 bilhões), mas ficou em cerca de 1/6 da brasileira (US\$ 47,40 bilhões) no mesmo período.



As *reservas cambiais brasileiras* giravam em torno de US\$ 5,14 bilhões de 1960 a 1991. Elevaram-se para a média anual de US\$ 40,60 bilhões de 1992 a 2002. O “grande salto” ocorreu desde então, pronunciadamente, em 2007 (de US\$ 85,84 bilhões para US\$ 189,33 bilhões), até ficar no patamar médio de US\$ 363,02 bilhões na segunda década do século XXI.

Em contraste, as *reservas cambiais argentinas* giravam em torno de US\$ 2,89 bilhões de 1960 a 1991. Elevaram-se para a média anual de US\$ 18,41 bilhões de 1992 a 2002. Essa relação de serem quase a metade das reservas brasileiras desapareceu de 2003 a 2020: as argentinas ficaram em média anual de US\$ 39,33 bilhões, ou seja, pouco mais de 1/10 das brasileiras.

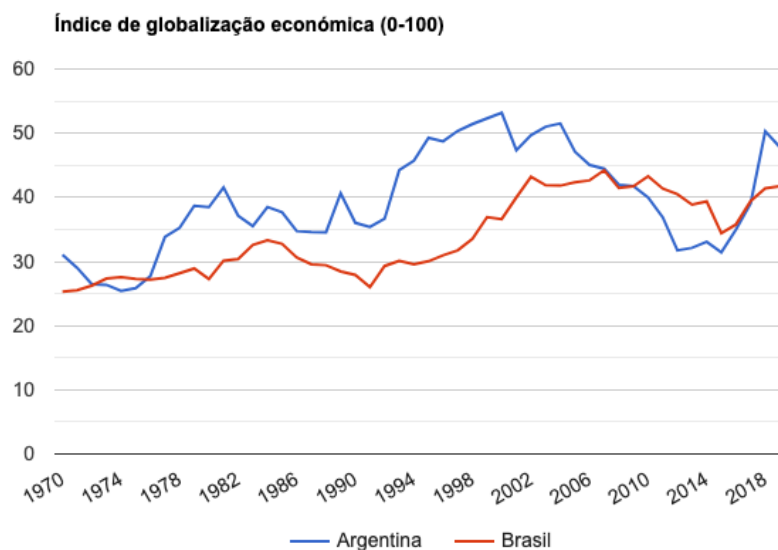


Pior, desde 1970, a *dívida externa brasileira* em termos da Renda Nacional Bruta só superou a argentina de 1972 a 1978 (média brasileira de 22,72% da RNB contra 17,49% da RNB argentina), de 1991 a 1993 (36,23% versus 31,32%) e em 2015 (30,73% versus 30,37%). Em todos os demais anos, os percentuais argentinos foram superiores, tendo um pico destacado em 2002, quando escalou 159,89% da RNB.

No período 1994-2020, a média anual brasileira foi 27,55% e a argentina 53,97%. O endividamento externo da vizinha foi quase o dobro em termos da Renda Nacional Bruta.

A globalização econômica tem duas dimensões: fluxos econômicos reais e restrições ao comércio e ao capital.

- O *subíndice de fluxos econômicos reais* inclui dados sobre comércio, IDE (Investimento Direto Estrangeiro) e investimento em carteira.
- O *subíndice de restrições* leva em consideração barreiras ocultas de importação, tarifas médias, impostos sobre o comércio internacional (como parcela da receita corrente) e um índice de controle de capital.



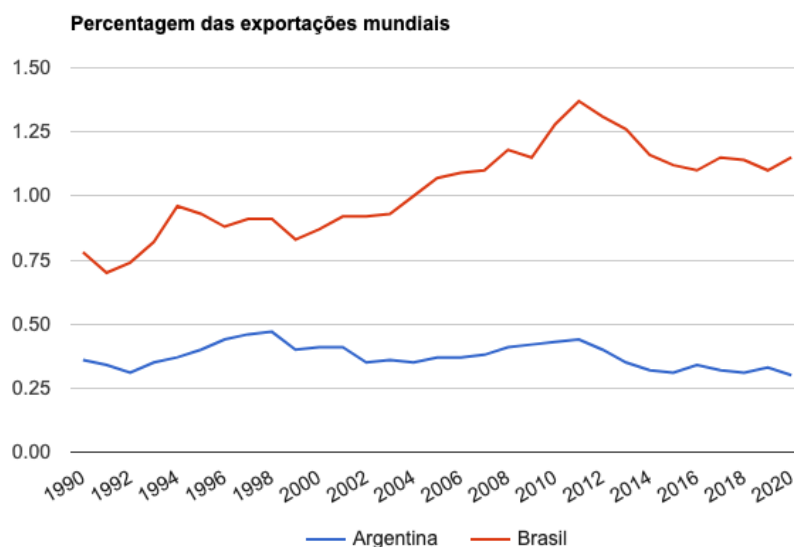
Somente de 1973 a 1975 o Índice de Globalização Econômica brasileiro foi um pouco superior ao argentino, além do período 2010-2015, quando também o superou. Observa-se uma nítida tendência de crescimento na globalização da Argentina de 1974 (24,41) a 2004 (51,51), caindo desde então até 2015 (31,43) e só recuperando o patamar anterior em 2018 (50,29).

Enquanto isso, observa-se no gráfico acima, nitidamente, *dois ciclos brasileiros em globalização*. O primeiro de 1970 (25,3) a 1991 (25,99) com média de 28,6. Depois há um ciclo até 2015 (34,41) com média de 37,74. Retoma posteriormente até atingir 41,74 em 2019.

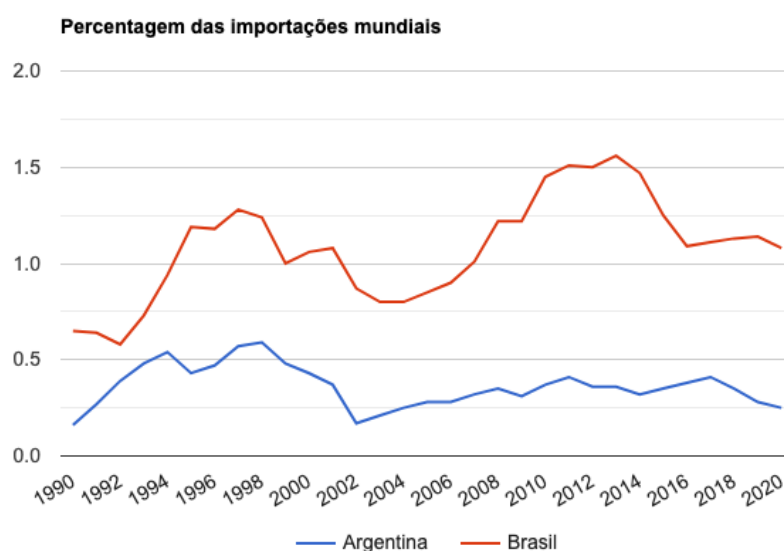
Portanto, *a globalização econômica brasileira é inferior à argentina*. Isto ocorre apesar das distintas participações nas exportações mundiais. Equivale às exportações de um determinado país como porcentagem do total das exportações de todos os países ao redor do mundo.

As exportações de bens e serviços representam o valor de todos os bens e outros serviços de mercado fornecidos ao resto do mundo. Eles incluem o valor da mercadoria, frete, seguro, transporte, viagens, royalties, taxas de licença e outros serviços, como serviços de comunicação, construção, financeiros, informações, negócios, pessoais e governamentais. Eles excluem remuneração de funcionários e rendimentos de investimento (anteriormente

chamados de serviços de fatores) e pagamentos de transferência. Os dados comparativos foram cotados em dólares americanos atuais.



Entre 1990 e 2020, a média brasileira foi apenas 1,0%, embora tenha se elevado do piso 0,7% em 1991 até o pico 1,4% em 2011. A média argentina foi ainda menor (0,4%) nessas três décadas. Seu pico (0,44%) foi também em 2011, quando explodiu a “Bolha de *Commodities*”.



As importações de bens e serviços representam o valor de todos os bens e outros serviços de mercado recebidos do resto do mundo. Eles incluem o valor da mercadoria, frete, seguro, transporte, viagens, royalties, taxas de licença e outros serviços, como serviços

de comunicação, construção, financeiros, informações, negócios, pessoais e governamentais. Eles excluem remuneração de funcionários e rendimentos de investimento (anteriormente chamados de serviços de fatores) e pagamentos de transferência.

A participação média brasileira no total de importações mundiais nessas três décadas foi de apenas 1,1%. Mesmo sendo diminuta, superou a argentina de só 0,4%. Ambas são economias extremamente fechadas.

O pico brasileiro foi atingido em 2013 com 1,6%. O argentino foi em 1998 com 0,6%.



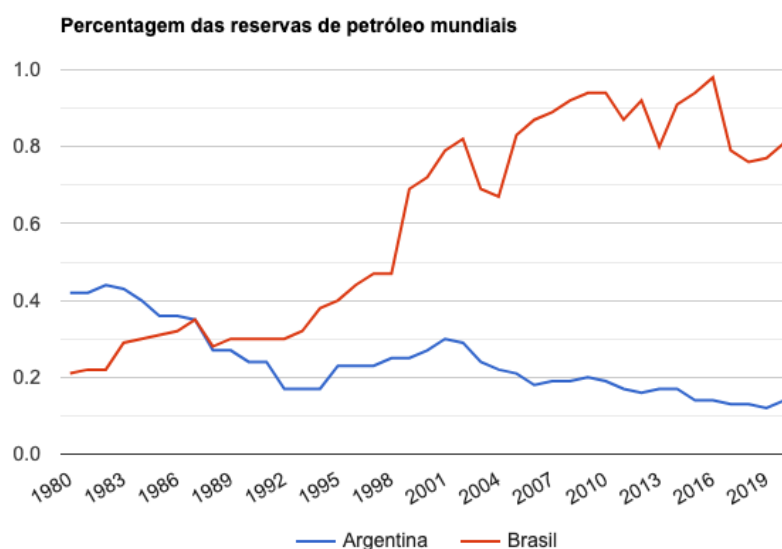
O investimento direto estrangeiro refere-se aos fluxos de capital de investimento direto na economia. É a soma do capital próprio, reinvestimento de lucros e outros capitais.

O investimento direto é uma categoria de investimento transfronteiriço associado a um residente em uma economia com controle ou um grau significativo de influência na gestão de uma empresa residente em outra economia. A titularidade de 10% ou mais das ações ordinárias do capital votante é o critério para determinar a existência de uma relação de investimento direto. Os dados comparativos foram cotados em dólares americanos atuais.

No ano inicial dessa série temporal, em 1993, o Brasil saiu de 0,6% no total mundial e atingiu, excepcionalmente, o máximo de 8,6% em 2018. Sua média nessas quase três décadas foi 2,9%.

A média argentina foi cerca de $\frac{1}{4}$ ou 0,7%. Seu máximo aconteceu em 1999 com 2,0%. *É uma economia com bem menos capital estrangeiro instalado.*

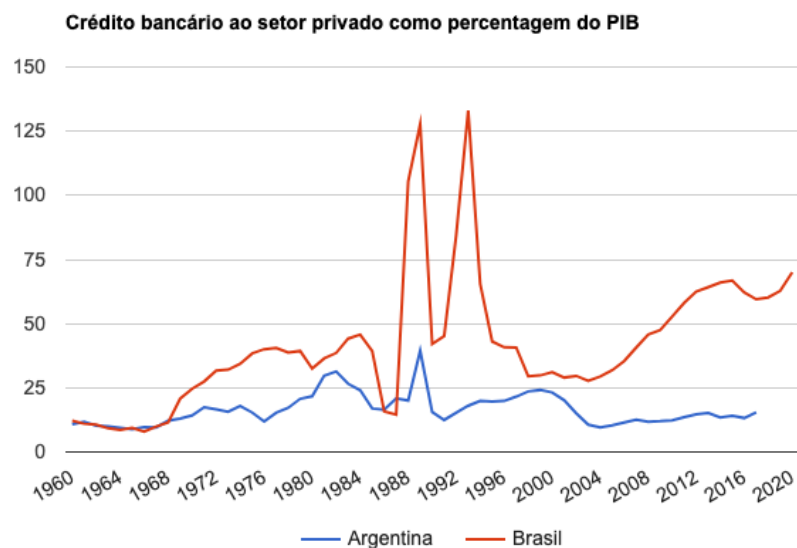
A parcela das reservas mundiais de petróleo é calculada como as reservas provadas de petróleo de um país como porcentagem do total de reservas provadas de petróleo para o mundo. Recentemente, após a exploração do pré-sal, isso começa a fazer bastante diferença para as relações externas brasileiras.



O Brasil partiu de 0,21% das reservas mundiais de petróleo, em 1980, e em tendência crescente atingiu maior patamar após 2007 (0,89%) até 2016 (0,98%). Sua média no período foi 0,60%, acima da argentina de 0,24%. Após a produção de petróleo no pré-sal, tornou-se autossuficiente, embora importe derivados refinados.

Crédito Bancário

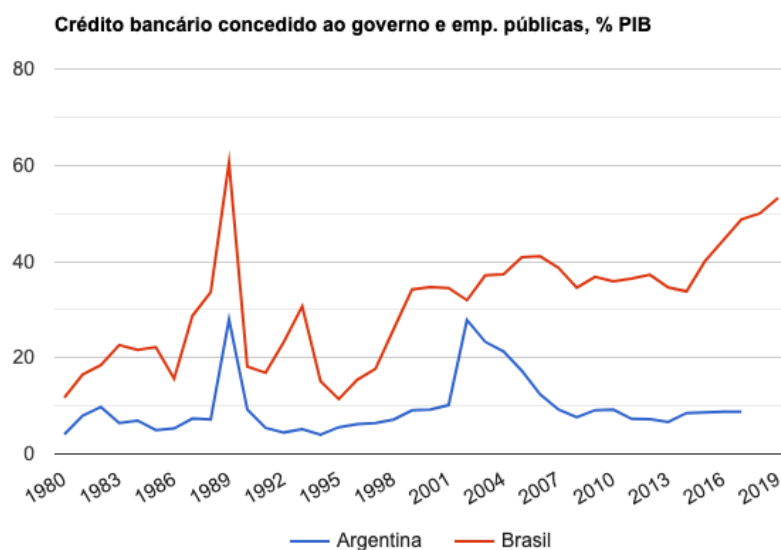
O crédito doméstico ao setor privado por bancos refere-se a recursos financeiros fornecidos ao setor privado, isto é, empresas não-financeiras, por outras empresas depositárias (sociedades captadoras de depósitos, exceto bancos centrais), tais como empréstimos, compras de títulos não patrimoniais e créditos comerciais e outras contas a receber, nas quais se estabelecem um pedido de reembolso. Para alguns países, essas reivindicações incluem crédito para empresas públicas.



De 1960 a 2020, a média brasileira resultou em 41,7% do PIB, mas no gráfico acima observa-se nitidamente a tendência crescente, em especial após 2003 (27,7%) até 70% do PIB no fim da série. Ocorreram dois “picos fora-da-curva”, em 1989 (127,74%) e 1993 (133,1%). Foram anos durante o Regime de Alta Inflação com experiências de congelamento de preços em vãs tentativas de estabilidade.

No caso argentino, de 1960 a 2017, a média foi apenas 16,4%. Demonstra a precariedade da função *financiamento* em seu sistema financeiro nacional.

Os dados brutos do crédito bancário concedido ao governo e empresas públicas em % do PIB são da versão eletrônica das Estatísticas Financeiras Internacionais do FMI. O PIB em moeda local é do IFS.

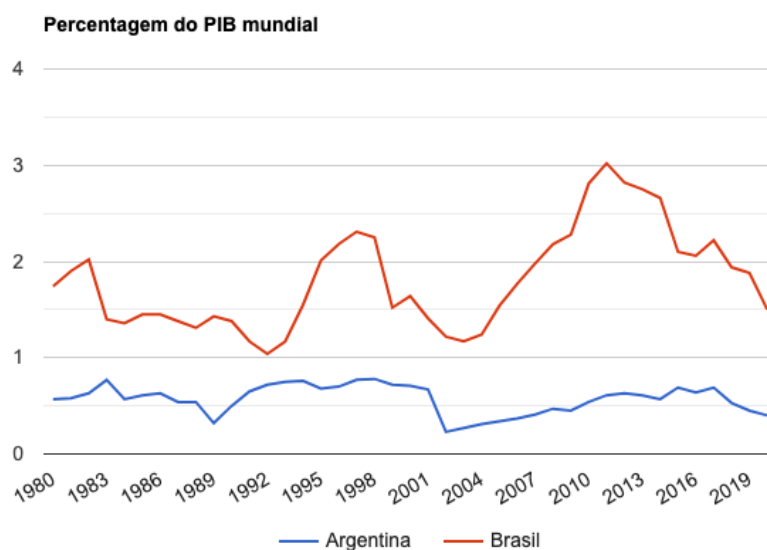


Nesse indicador, em 2019, o Brasil ficou em segundo lugar no ranking mundial, apenas abaixo do Catar. Curiosamente, tanto o país (60,6% do PIB) quanto a Argentina (28,0% do PIB) atingiram um pico em 1989, tendo o país vizinho atingido outro em 2002 (27,8% do PIB).

Em média anual, de 1980 a 2017, no caso argentino, foi apenas 9,6% do PIB. Em forte contraste, com tendência crescente, a média brasileira foi 31,1% do PIB, saindo de 1980 com 11,7% do PIB e indo até 53,2% do PIB em 2019.

Participação no PIB Mundial e Desindustrialização

Como os citados indicadores são em relação ao PIB, vale lembrar o pequeno peso do PIB de cada uma dessas economias latino-americanas no PIB mundial.



A participação média do PIB brasileiro no mundial de 1980 a 2020 foi de 1,8%. O pico foi atingido, em 2011, com 3,0%, quase o dobro da relativa estagnação econômica, desde o fim da Era Desenvolvimentista em 1980, com a Era Neoliberal (1980-2002). Em setembro daquele ano explodiu a *bolha de commodities*. A economia mundial já tinha entrado em crise no último trimestre de 2008.

A participação média do PIB argentino no mundial de 1980 a 2020 foi de 1/3 da brasileira (0,6%). A melhor fase aconteceu antes do "corralito" de 2001, embora a Argentina vivesse em meio a dívidas, com uma economia em completa estagnação (uma recessão de quase três anos) e uma taxa de câmbio fixada por lei em 1 dólar dos Estados Unidos por 1 peso argentino.

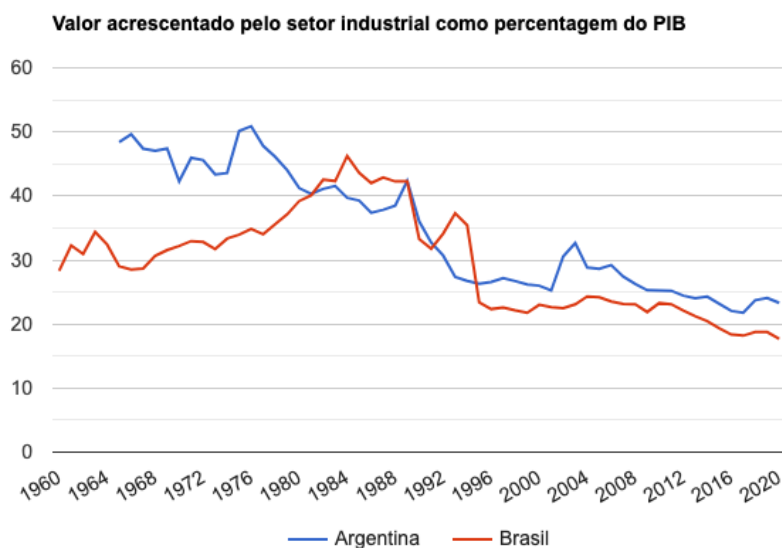
Isso tornava as exportações não competitivas e efetivamente privaram o Estado de ter uma política monetária independente. Muitos argentinos, mas principalmente empresas, temendo um colapso econômico e possivelmente uma desvalorização, estavam convertendo pesos em dólares e sacando-os dos bancos em grandes quantidades, geralmente transferindo-os para contas no exterior em fuga de capitais.

Em 1º de dezembro de 2001, para impedir essa drenagem destruir o sistema bancário, o governo congelou todas as contas bancárias, inicialmente por 90 dias. Apenas 250 pesos eram permitidos para retirada semanal, apenas de contas denominadas em pesos.

Não eram permitidos saques de contas denominadas em dólares americanos, exceto se o proprietário concordasse em converter os fundos em pesos. As operações com cartões de crédito, débito, cheques e outros meios de pagamento podiam ser realizadas normalmente, mas a falta de disponibilidade de dinheiro causou inúmeros problemas para a população em geral e para as empresas.

A Argentina só veio a recuperar uma participação média mais próxima do período 1990-2001 (0,7%) dez anos depois de 2011 a 2017 (0,63%). Pode ter sido devido a um menor ritmo de crescimento do PIB mundial.

Há um falso debate, quando se trata da atividade econômica como um dos componentes de um sistema complexo, emergente de interações entre múltiplos componentes, inclusive instituições financeiras e outras, além de interferência de diversos instrumentos de política econômica e social. Trata-se da causa maior explicativa da perda de posição de países da “periferia”, outro reducionismo binário ao tratar dessa complexidade: problema de ordem monetário-financeira, como a incompreendida “financeirização”, ou problema de ordem produtiva, como a malfadada “desindustrialização”.

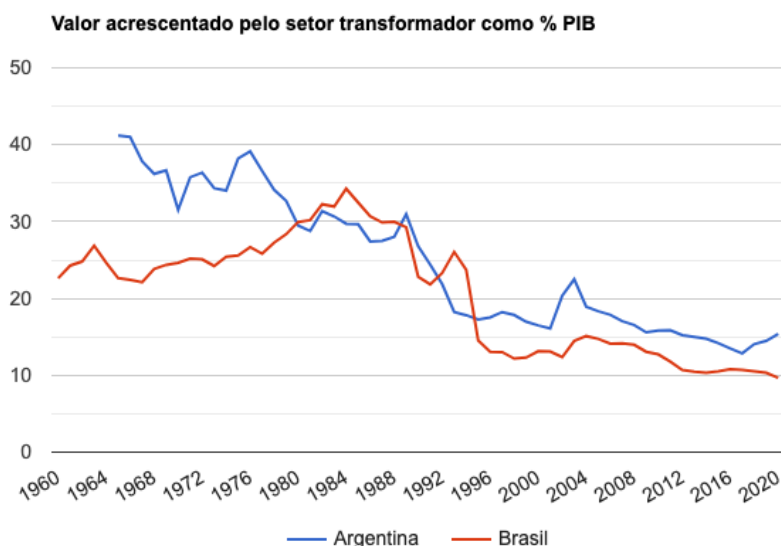


A indústria geral inclui a indústria de transformação, conhecida como manufatura. Inclui valor agregado em extrativa de mineração e petróleo, manufatura, construção e serviços de utilidade pública como eletricidade, água e gás.

O valor adicionado é a produção líquida de um setor depois de somar todas as saídas (valor de produção) e subtrair as entradas de matérias primas (consumo intermediário). É calculado sem fazer deduções por depreciação de bens fabricados ou obsolescência, além de depreciação de recursos naturais. Para alguns países, o valor agregado bruto ao custo dos fatores é usado como denominador de indicadores relativos.

Apesar da marcante tendência de queda de 50,9% do PIB em 1976 para 23,3% do PIB em 2020, a média do Valor Adicionado da Indústria Geral no PIB da Argentina em 55 anos (1965-2020) foi 34,4% do PIB, ou seja, superior à média brasileira em 60 anos (1960-2020) de 29,6% do PIB. Esse valor adicionado industrial brasileiro teve uma evolução nitidamente cíclica: saiu do “vale” em 1960 (28,3% do PIB), para subir até o “pico” em 1984 (46,3% do PIB), e depois declinar acentuadamente até 1995 (23,4% do PIB).

De 1995 a 2014, a média anual baixou para 22,7% do PIB. Piorou mais depois da Era Social-Desenvolvimentista: média de 18,5% do PIB. No primeiro ano da pandemia (2020), foi 17,7% do PIB.

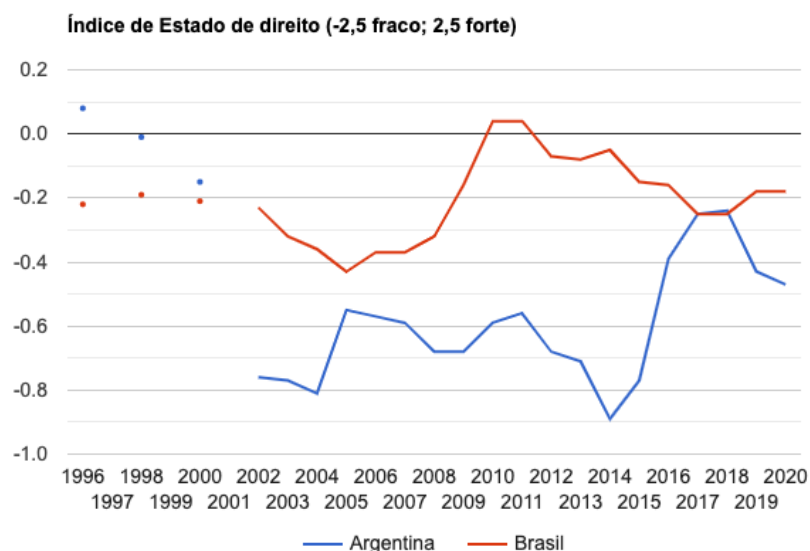


As formas das curvas do valor adicionado da Indústria de Transformação no PIB dos dois países não se diferenciam muito das do VA da Indústria Geral. Como esperado, os valores relativos são menores.

Na Argentina, saiu-se de 41,2% do PIB, em 1965, seguindo uma nítida tendência de queda até 15,4% do PIB em 2020. No Brasil, partiu-se de 22,6% do PIB, em 1960, para atingir o pico de 34,3% do PIB, em 1984, ano do fim do regime ditatorial-militar. No ano final da série (2020), o valor adicionado da Indústria de Transformação representou apenas 9,7% do PIB!

Política e Governança

O Índice para o Estado de Direito captura percepções do grau de confiança dos agentes no cumprimento das regras da sociedade e, em particular, a qualidade da execução de contratos, direitos de propriedade, polícia e tribunais, bem como a probabilidade de crime e violência.

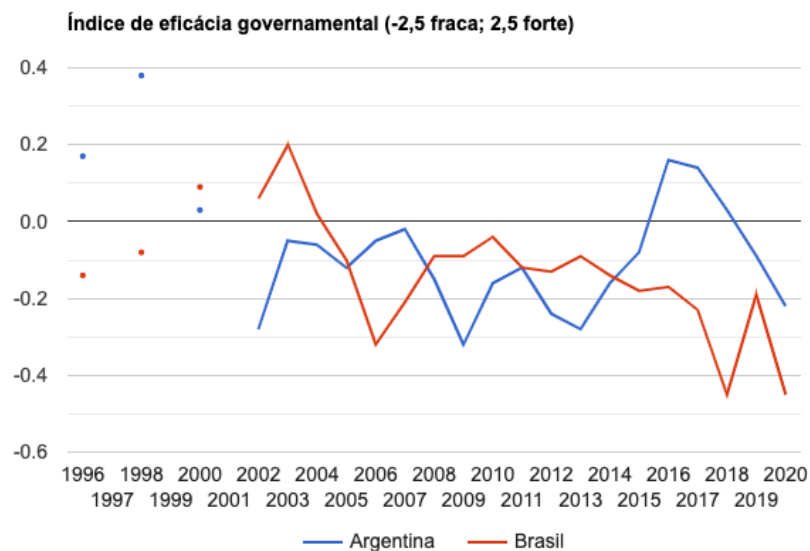


Apenas em 2010 e 2011 o Brasil atingiu o patamar positivo quando o Estado de Direito é considerado forte. Pior ainda esteve a Argentina, pois somente em 2017 e 2018 empatou com o Brasil em -0,25.

Quanto ao Índice de Eficácia do Governo, ele capta:

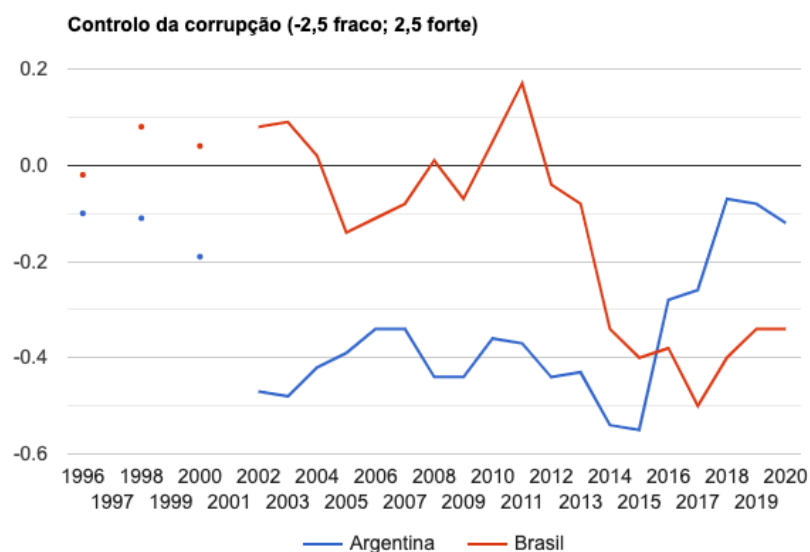
1. as percepções da qualidade dos serviços públicos,
2. a qualidade do serviço público,
3. o grau de independência das pressões políticas,

4. a qualidade da formulação e implementação de políticas e
5. a credibilidade do compromisso do governo com tais políticas.



Esse Índice no caso brasileiro só foi positivo de 2000 a 2004, com média anual de +0,09. De 2005 a 2020, ele ficou negativo em média -0,2.

Enquanto isso, o Índice argentino só foi positivo de 2016 a 2018 com média de +0,11. De 2002 a 2015, foi negativo com média de -0,15.

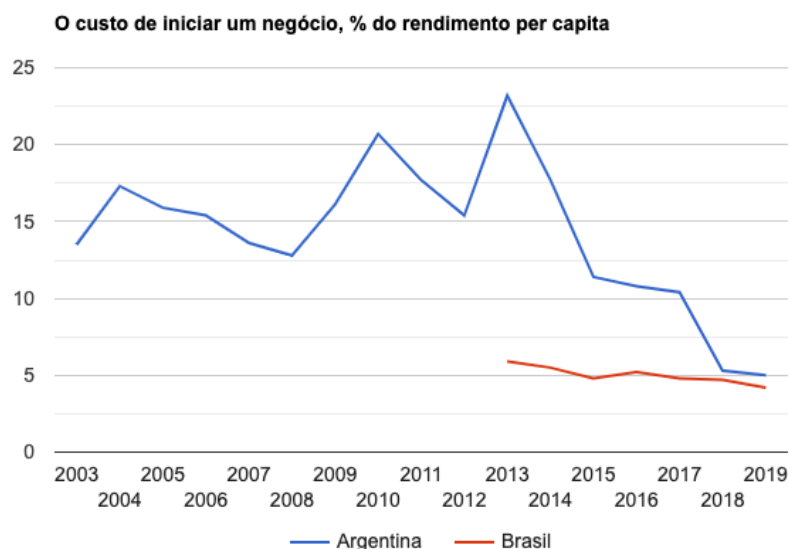


Esses maus indicadores devem se correlacionar com o índice de Controle da Corrupção. Este índice captura percepções da extensão

na qual o *poder público é exercido para ganho privado*, incluindo pequenas e grandes formas de corrupção, bem como a captura do Estado por elites e interesses privados.

No Brasil, esse índice foi positivo em 1998 (+0,08), 2000 (+0,04), 2002 a 2004 (média de +0,06) – nos intervalos não é disponível. De 2005 a 2020, foi negativo em todos os anos em torno de -0,19.

Na Argentina, esse índice na série temporal foi sempre negativo, embora tenha ficado “menos ruim” após 2016. De 1996 a 2020 oscilou em torno da média -0,33.



O indicador do gráfico acima, cuja fonte é também *The World Bank*, inclui todos os honorários oficiais e honorários por serviços jurídicos ou profissionais, se tais serviços forem exigidos por lei. A legislação societária, o código comercial e os regulamentos específicos e tabelas de taxas são utilizados como fontes para o cálculo dos custos. O indicador exclui *subornos*.

Só foi calculado esse custo de iniciar um negócio para o Brasil de 2013 a 2019, resultando na média de 5% da renda per capita. Na Argentina, de 2003 a 2019, essa média foi 14,2%, ou seja, um custo mais elevado, embora tenha caído em 2018 para 5,3% e em 2019 para 5%.

OCDE: Você não soube me amar...

Argentina: demanda, producción y precios

	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	Precios corrientes, en ARS mil millones	Cambios porcentuales, volumen (precios de 2004)				
Argentina						
PIB a precios de mercado	21 558.4	-9.9	10.4	5.2	-1.6	1.1
Consumo privado	14 256.1	-13.7	10.0	9.4	-1.8	1.2
Consumo del gobierno	3 544.9	-1.9	7.1	1.8	-1.8	0.6
Formación bruta de capital fijo	3 061.1	-13.0	33.4	10.9	-6.7	0.9
Demanda interna final	20 862.1	-11.8	12.8	8.4	-2.6	1.1
Acumulación de existencias ¹	2.4	1.6	0.2	-0.4	-1.4	0.0
Demanda interna total	20 864.4	-10.2	13.2	8.0	-4.2	1.1
Exportaciones de bienes y servicios	3 864.3	-17.7	9.2	5.7	3.5	2.4
Importaciones de bienes y servicios	3 170.3	-18.5	22.0	17.4	-7.9	2.2
Exportaciones netas ¹	694.0	-0.5	-1.5	-1.6	1.8	0.1
<i>Partidas de informe</i>						
Deflactor del PIB	–	40.1	54.2	69.7	100.8	86.8
Índice de precios al consumidor	–	40.4	48.0	72.4	106.9	88.3
Saldo por cuenta corriente (% del PIB)	–	0.7	1.4	-0.5	0.0	0.2

1. Contribución a las variaciones del PIB real, cantidad en la primera columna.

Fuente: OCDE, base de datos de Perspectivas Económicas 113.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com 38 países membros, para estimular o progresso econômico e o comércio mundial, é também conhecida como “clube dos ricos”. Prega a Argentina manter o ímpeto das reformas econômicas liberalizantes, feitas nos anos (2015-2019), do não reeleito governo Maurício Macri. Buscariam os *benefícios de uma maior integração no comércio mundial*.

O governo Macri seguiu uma *orientação econômica neoliberal*. Foi marcado pela disparada da inflação, corte de subsídios e pedidos de ajuda ao FMI.

O estudo da OCDE prescrevia a *ladainha costumeira dos neoliberais*: a política fiscal bem usada restaura a confiança, melhora o desempenho macroeconômico e promove um crescimento mais inclusivo. Convenceria os mercados de as autoridades argentinas estarem dispostas a resolver os graves desequilíbrios fiscais acumulados ao longo de vários anos. Haveria espaço fiscal para as transferências para os grupos vulneráveis.

A redução das barreiras regulatórias domésticas ao empreendedorismo e à entrada no mercado, inclusive ao nível do governo provincial e local, fortaleceria a concorrência e aumentaria os níveis de atividade. Isso garantiria recursos fiscais suficientes para o cumprimento governamental de sua missão social. Seriam medidas também para *melhorar o ambiente de negócios*.

A fé nesse credo de, em condições de livre-mercado, *a iniciativa particular espontaneamente brotar e empreender* é inquestionável por seus crentes. Isto apesar do insucesso costumeiro em encontrar empreendedores, nos países latino-americanos, com capital suficiente e por si só capazes de enfrentar as multinacionais detentoras de tecnologia mais avançada na disputa do mercado local com a abertura externa.

Os capitalistas locais sempre solicitam subsídios fiscais e creditícios aos governos. E protecionismo do mercado interno contra a concorrência das importações!

O estudo da OCDE apontava a inserção da Argentina na economia mundial ser consideravelmente menor diante de outras economias emergentes, justamente, por possuir altas barreiras tarifárias protecionistas das empresas contra a concorrência internacional. Impediam sua integração nas *cadeias globais de valor* (CGV).

Para promover a integração da Argentina na economia mundial, o estudo destacava a necessidade de reduzir as barreiras tarifárias e não tarifárias, a começar pelos bens de capital e insumos intermediários. Com a redução das barreiras comerciais, o poder de compra dos consumidores, principalmente das famílias de baixa renda, aumentaria e os custos de insumos das empresas diminuiriam. Isso também forçaria as empresas em indústrias ou setores antes protegidos a aumentar sua produtividade.

O estudo reconhecia, embora o aumento dessa integração internacional melhorar o padrão de vida de todos os argentinos, também implicaria “desafios para os trabalhadores”. Leia-se: haveria *desemprego*, pelo menos temporário, devido à necessidade de mobilidade entre as empresas fechadas e as eventualmente abertas (caso fossem capazes de concorrer com as importações) – e porventura novos setores.

No entanto, apelava a OCDE, “essas mudanças na estrutura da economia são necessárias, pois muitos empregos estão atualmente presos em atividades com poucas chances de gerar aumentos de produtividade e aumentos salariais”. Provavelmente, caso a plena abertura externa fosse implementada, aumentaria sim a prestação de serviços urbanos informais como *estratégia de sobrevivência* abaixo da linha da pobreza.

Para esses trabalhadores encontrarem novos empregos, segundo a OCDE, será essencial melhorar o acesso a uma formação profissional de qualidade. Com o atual sistema de proteção trabalhista baseado em verbas rescisórias, *o custo de terminar um vínculo empregatício é muito alto*, enquanto os trabalhadores do mercado informal não têm acesso a nenhuma proteção.

A OCDE usa o velho argumento pré-keynesiano de “salário como custo”, aparentemente verdadeiro sob um ponto de vista microeconômico, mas falso ao considerar a massa salarial como um componente da demanda agregada macroeconômica. Afirma: “as altas remunerações desestimulam a criação de empregos formais”.

Demagógica e compensatoriamente, a OCDE afirmava: “as políticas também devem apoiar os trabalhadores ao longo desse processo de transição. Neste contexto, as principais prioridades políticas são assegurar uma forte *rede de segurança social* e promover *programas de formação profissional e educação de adultos*”.

Sem piedade, a OCDE apelava: “de qualquer forma, os desafios colocados por esse processo de ajuste *não justificam a manutenção do status quo*, pois muitos empregos estão presos em atividades de baixa produtividade. A única forma de os rendimentos aumentarem de forma sustentável é as empresas e os trabalhadores encontrarem novas formas de serem produtivos”. *Simples, né? Como fazer essa transição?*

Sem dúvida, o comércio internacional dá dinamismo ao crescimento econômico no mundo. Contribui para elevar o padrão de vida em países acima da linha do Equador (mais a Oceania), reduzir a pobreza e tentar a convergência de economias emergentes com economias desenvolvidas, embora as exportações líquidas no PIB sejam diminutas.

Tanto os consumidores quanto os produtores, nos países integrados às CGV, se beneficiam de uma maior integração na economia global, por causa das oportunidades.

Para os *produtores*, o acesso a bens de capital e insumos mais baratos e de melhor qualidade representa ganhos de produtividade significativos, possibilitando o aumento dos salários reais. Para os *consumidores*, por sua vez, o comércio externo pode baixar os preços, aumentar a variedade de produtos e disponibilizar bens de melhor qualidade, melhorando, sobretudo, o poder de compra das famílias de baixa renda.

Tá tudo muito bom; tá tudo muito bem; mas, realmente... Eu preferia ter dólares!

Desde o início do século XX, a Argentina e o Brasil não levaram ao máximo sua integração na economia mundial. Para evitar os *choques externos* – como as Guerras Mundiais e a Grande Depressão –, planejaram sair da posição de exportadores de produtos primários ao adotar um *modelo de industrialização com substituição de importações*, baseado no tripé Estado-Capital Nacional-Capital Estrangeiro.

As multinacionais exigem *remessa de lucros e dividendos*, fora os juros do *carry-trade* e os *royalties*. Resulta em um balanço de transações correntes deficitário mesmo com grandes superávits comerciais como os obtidos pelo Brasil.

Os fluxos exportações e importações representam menos de 30% do PIB da Argentina, só acima dos indicadores dos Estados Unidos e Brasil no ranking mundial. Portanto, a integração desses latino-americanos na economia mundial é significativamente menor se comparada à de economias emergentes de tamanho semelhante.

Mas as economias maiores – Brasil e Estados Unidos abaixo de 30% do PIB, mais Japão, Austrália, China, Índia e Rússia em torno de 40% – tendem a ter uma relação fluxo comercial / PIB baixa. Têm comércio interno mais intensivo de bens finais.

Segundo a OCDE, “esse é o resultado de várias décadas de *políticas isolacionistas*, incluindo a estratégia de industrialização por substituição de importações”. Ao recorrer pouco ao comércio externo,

a Argentina e o Brasil também permaneceram à margem das *cadeias globais de valor*, perdendo boas oportunidades de crescimento e bem-estar.

A única conexão discernível da Argentina em termos de *cadeias de valor* é com seu vizinho Brasil, enquanto muitas economias asiáticas e europeias estão altamente interligadas por meio de suas relações comerciais, tanto entre si quanto com outras economias avançadas. A indústria automobilística conhece bem as vantagens de produzir em um país carente de reservas cambiais e, por isso, a maior parte das montadoras instaladas no Brasil também tem fábricas em Córdoba no norte da Argentina – e faz intercâmbio comercial e/ou arbitragem.

A distância dos centros industriais internacionais, a frágil infraestrutura de transporte e a baixa integração comercial na América Latina ajudam a explicar *a pouca integração das economias latino-americanas nas cadeias globais de valor*. Novamente, as economias com mercados internos maiores, como Argentina, EUA e o BRIC tendem a estar menos envolvidas nas cadeias globais de valor e no comércio internacional: a proporção de valor adicionado estrangeiro nas exportações brutas é cerca de 10% – na Argentina é metade.

Exceto o Brasil, a Argentina comercializa relativamente pouco com outros países latino-americanos. Reflete tanto a falta de acordos bilaterais, além do Mercosul, quanto a falta de infraestrutura e desafios logísticos.

A principal razão pela qual a Argentina está mal integrada à economia mundial e às cadeias globais de valor são suas *altas barreiras tarifárias e não tarifárias*. Aumentam substancialmente os custos de importação e os preços para os consumidores, inclusive porque diminui a competição com produtos importados.

A OCDE se queixa: “como resultado dessas barreiras tarifárias e não tarifárias, muitos setores são dominados por produtores nacionais. Levando em conta a população da Argentina ser de 45 milhões de habitantes, a forte presença de produtores nacionais é surpreendente”. Esse número de habitantes não evitaria a desnacionalização?

Alega, além de preços mais baixos, os consumidores teriam acesso a produtos e serviços de maior variedade e qualidade. Do ponto de vista fiscal, a redução das barreiras comerciais não causaria perdas fiscais significativas, porque as receitas das tarifas de importação representam apenas cerca de 0,7% do PIB e as medidas não tarifárias são fiscalmente neutras. *Se é assim tão fácil, por qual razão não foi feito há muito tempo?!*

Análise Gráfica

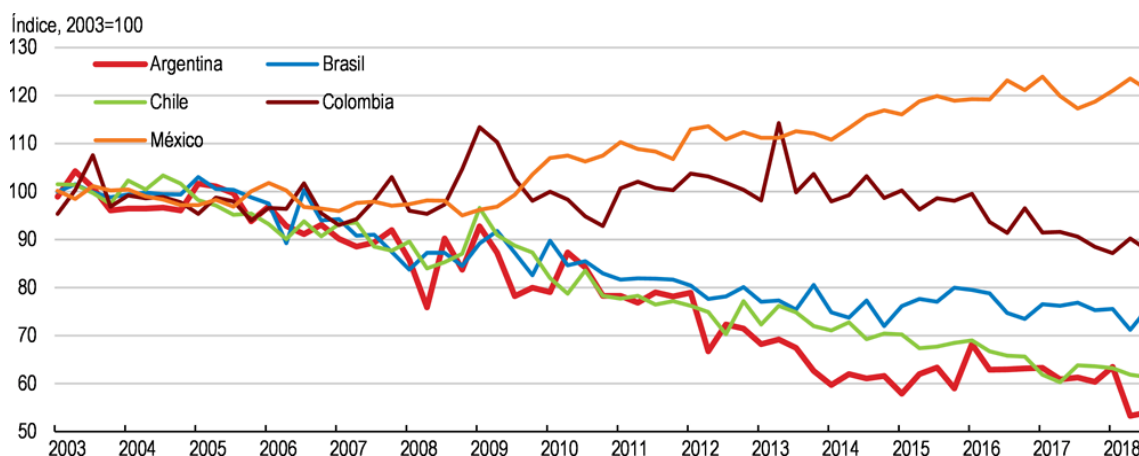
Gráfico 1.1. La exposición al comercio es baja



Observações: As economias maiores tendem a ter uma relação comércio/PIB mais baixa, porque têm mais comércio interno (mais intensivo de insumos intermediários e bens finais). Entre as economias menores, a Argentina tem a menor relação comércio/PIB.

Fonte: Perspectivas Econômicas Mundiais do FMI; Banco de Dados de Perspectivas Econômicas da OCDE.

Gráfico 1.2. Evolução das Exportações



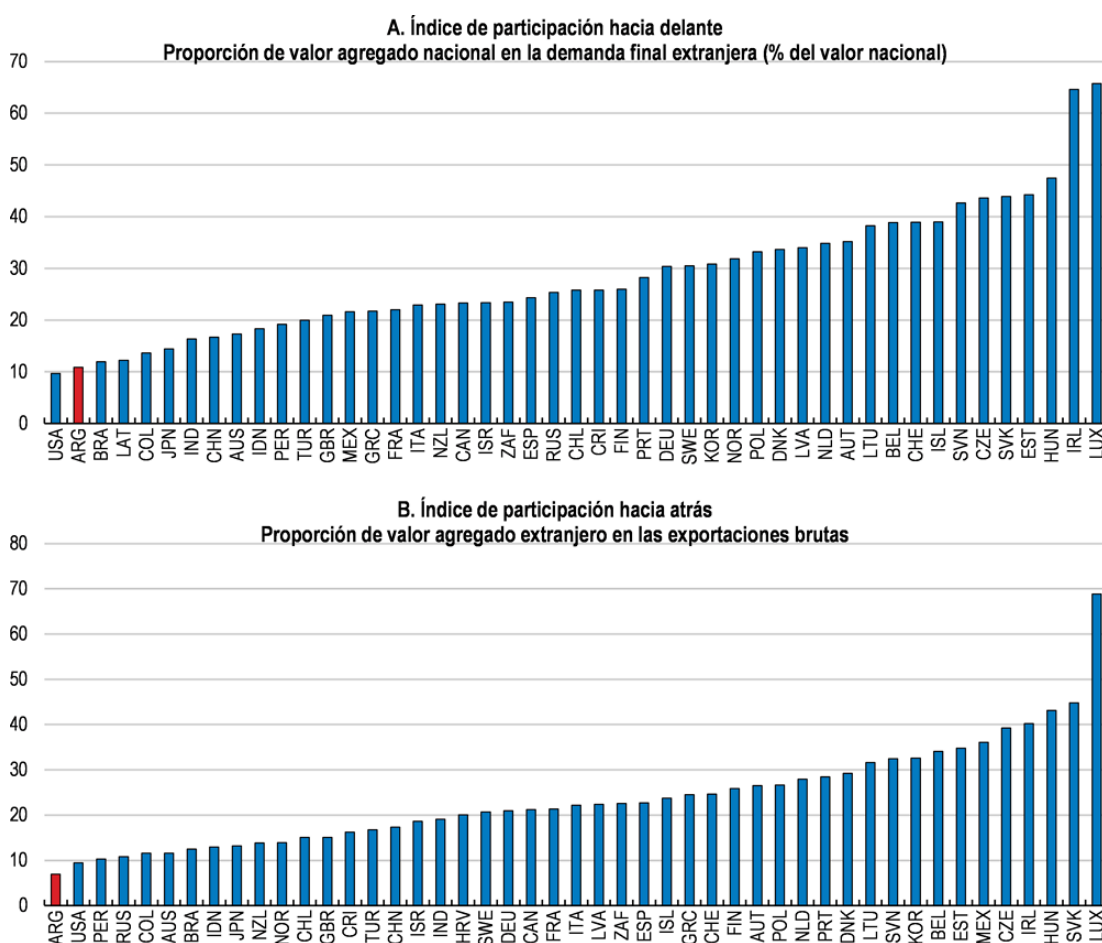
Nota: A evolução das exportações é calculada como o crescimento real em relação ao crescimento dos mercados de exportação do país, que representa o crescimento potencial das exportações de um país assumindo que as suas quotas de mercado se mantêm inalteradas.

Fonte: Banco de Dados de Perspectivas Econômicas da OCDE.

Em relação à participação nas cadeias globais de valor, a Argentina é uma das economias menos integradas (Gráfico 1.3). Exporta apenas uma pequena parte de seu valor agregado nacional, ou seja, *sua taxa de integração para frente (distribuição) nas cadeias globais de valor é baixa*.

Por sua vez, *o valor do índice de integração para trás (insumos) também é baixo*, ou seja, as empresas utilizam pouco bens intermediários e serviços estrangeiros, bem como bens de capital estrangeiros. Esta é uma das principais razões para o fraco desempenho das empresas argentinas em termos de exportações.

Gráfico 1.3. Baixa Integração da Argentina nas Cadeias Globais de Valor



Nota: As economias maiores tendem a estar menos envolvidas nas cadeias globais de valor e no comércio internacional.

Fonte: OCDE, Banco de Dados de Comércio de Valor Agregado (TiVA) (setembro de 2018).

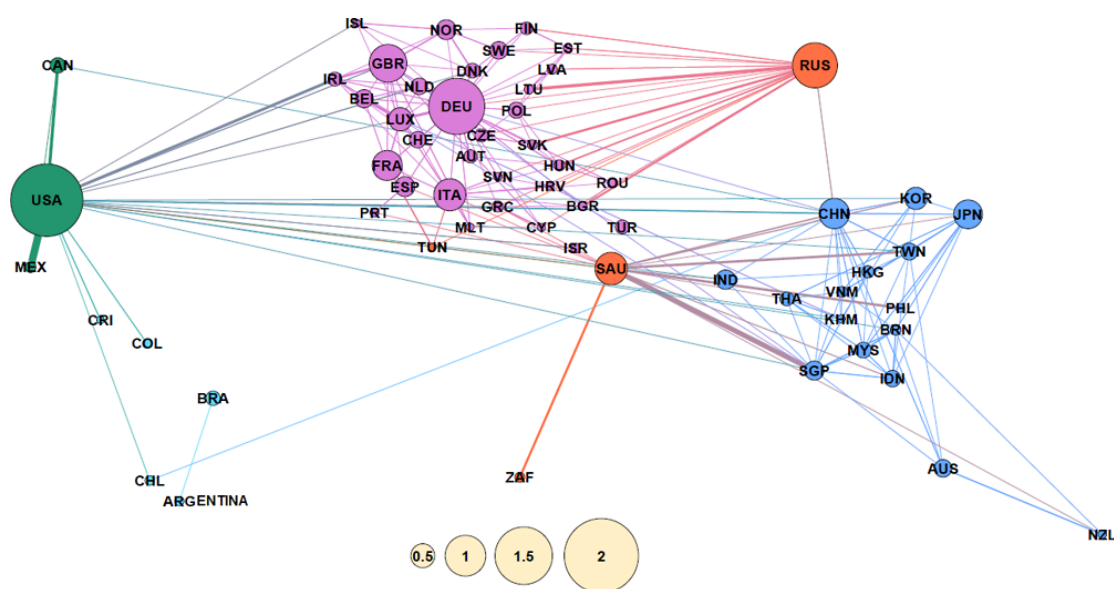
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933943037>

A única conexão discernível da Argentina em termos de cadeias de valor é com seu vizinho Brasil, enquanto muitas economias asiáticas e europeias estão altamente interligadas por meio de suas relações comerciais, tanto entre si quanto com outras economias avançadas (Gráfico 1.4).

A distância dos centros industriais internacionais, a frágil infraestrutura de transporte e a baixa integração comercial na América Latina ajudam a explicar a baixa integração das economias latino-americanas nas cadeias globais de valor.

Gráfico 1.4. Argentina à Margem das Cadeias Globais de Valor

Mapa Simplificado das Principais Cadeias Globais de Valor



Nota: Quanto maior o círculo, mais conectada a economia está às redes globais de produção. As linhas refletem os fluxos de insumos que ultrapassam 2% do total de insumos utilizados na economia de importação ou exportação.

Fonte: (Crisciolo e Timmis, 2018[6])

As exportações são dominadas por *commodities* agrícolas. Elas representam cerca de 48% de todas as mercadorias exportadas. Os produtos alimentícios processados representam cerca de 17%.

A Argentina é o maior exportador mundial de farelo e óleo de soja e somando as exportações de soja a esse total, *o complexo soja responde por 27% do total exportado* (Tabela 1.1).

Outros importantes produtos agrícolas destinados à exportação são milho e trigo (11%), carne bovina (2,2%), mariscos (2,1%) e vinho (1,3%). Entre *as principais exportações do setor manufatureiro* estão os automóveis (8%), exportados predominantemente para o Brasil, embora as exportações para outros mercados latino-americanos tenham aumentado nos últimos anos.

Entre as principais importações estão automóveis e autopeças, petróleo e gás, equipamentos elétricos e de escritório, máquinas e produtos farmacêuticos.

Tabla 1.1. Estructura de las exportaciones y las importaciones

Diez principales productos exportados e importados en 2017
(porcentaje del total de exportaciones e importaciones de mercancías, respectivamente)

Exportaciones (% total exportaciones de mercancías)		Importaciones (% total importaciones de mercancías)	
Harina de soja	15,6	Automóviles y otros vehículos de motor	9,4
Maíz	6,7	Componentes y accesorios para vehículos	4,2
Aceite de soja	6,4	Aparatos eléctricos para líneas de teléfono o telégrafos	3,4
Vehículos para el transporte de mercancías	5,6	Gases del petróleo y otros hidrocarburos gaseosos	3,3
Granos de soja	4,7	Vehículos para el transporte de mercancías	3,1
Trigo	4,0	Aceites de petróleo, aparte del petróleo crudo	3,0
Oro	3,9	Máquinas automáticas de procesamiento de datos y componentes	2,0
Automóviles y otros vehículos de motor	2,6	Medicamentos	1,9
Preparaciones aglutinantes para moldes o para núcleos de fundición	2,2	Componentes de maquinaria	1,9
Crustáceos	2,1	Otras aeronaves (por ejemplo, helicópteros, aeroplanos); naves espaciales	1,6

Fuente: Cálculos de la OCDE a partir de la base de datos WITS para exportaciones e importaciones de mercancías.

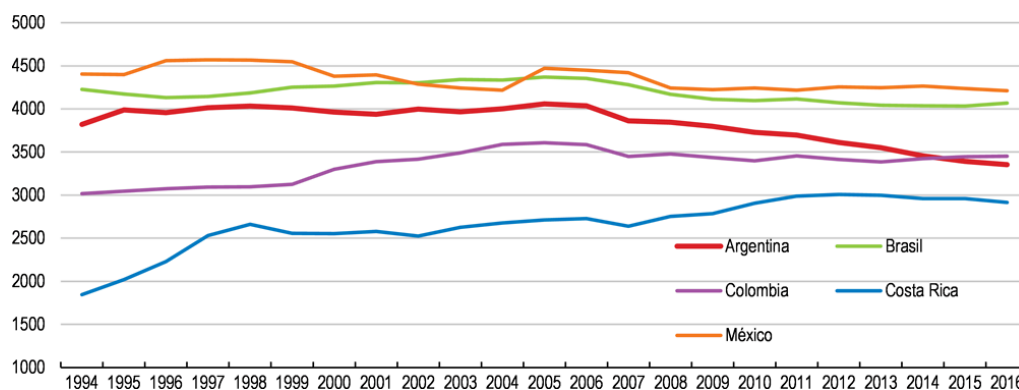
Em geral, a diversificação das exportações de mercadorias diminuiu na última década (Gráfico 1.5). Isso reflete, em parte, o aumento das exportações do complexo soja, mais acentuado em relação a outros países da América Latina.

Os principais destinos das exportações são Brasil, União Européia, China e Estados Unidos, que também são os principais parceiros das importações (Gráfico 1.6).

Além do Brasil, a Argentina comercializa relativamente pouco com outros países latino-americanos, refletindo tanto a falta de acordos bilaterais além do Mercosul quanto a falta de infraestrutura e desafios logísticos.

Gráfico 1.5. Redução da Diversificação das Exportações

Número de Produtos Exportados

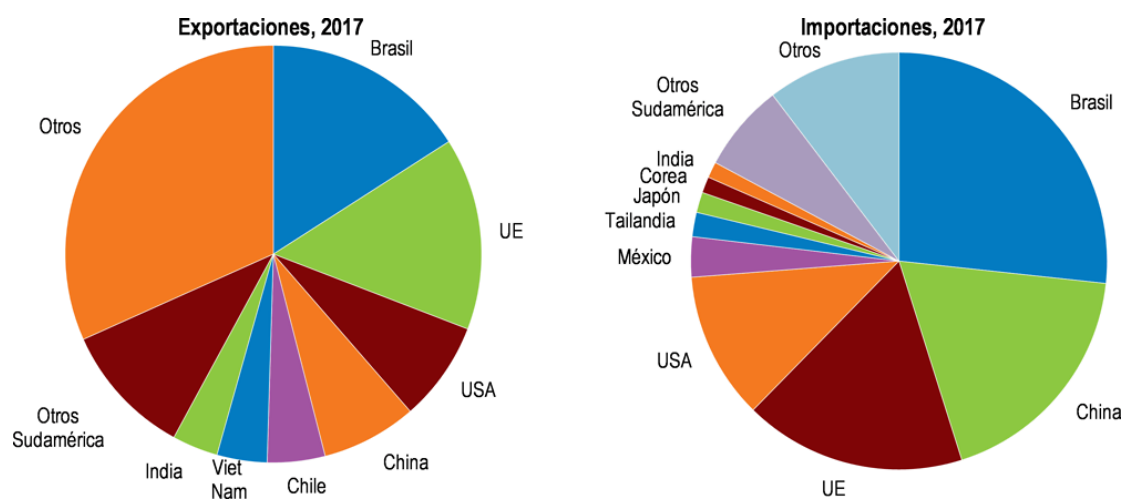


Nota: Entende-se por produto a categoria de produto com código de seis dígitos no âmbito da classificação do produto do Sistema Harmonizado (SH).

Fonte: Banco de Dados WITS (2018).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933943056>

Gráfico 1.6. Principais Parceiros Comerciais da Argentina



Fonte: Cálculos da OCDE a partir da base de dados WITS (2018).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933942562>

Além das exportações de mercadorias, *as exportações de serviços, baseados em conhecimento, aumentaram desde o final da década de 1990 até 2017*. Já representam quase 9% do total das exportações de bens e serviços. Este grupo inclui principalmente serviços empresariais, serviços profissionais e técnicos, bem como serviços de informática e *software*, incluindo serviços audiovisuais.

Os principais destinos da exportação de serviços são os Estados Unidos, com 41%, e a União Europeia, com 26%, mas também outros países da América Latina. *As importações de serviços baseados no conhecimento* também aumentaram, principalmente como insumos intermediários para a produção de bens e serviços, e representam cerca de 8% das importações de bens e serviços.

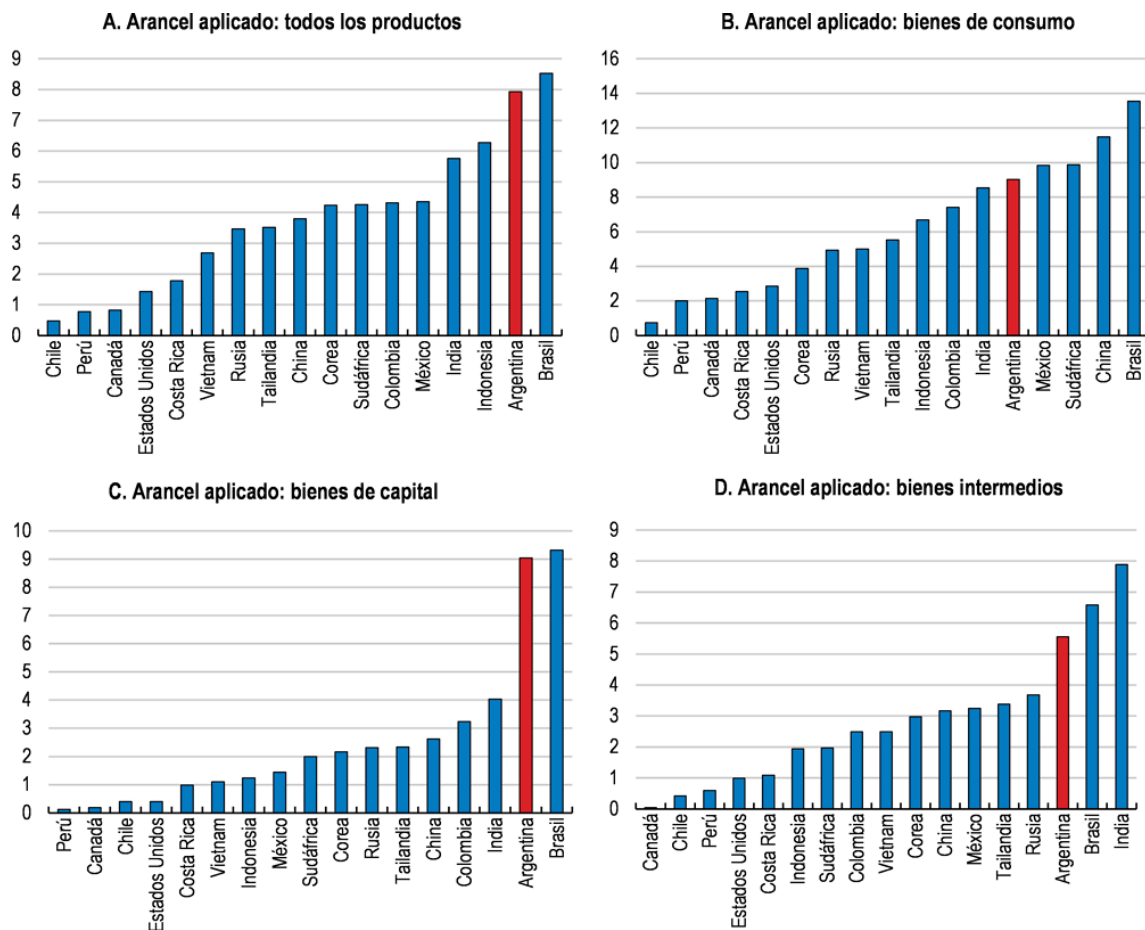
Protecionismo contra Importações

A principal razão pela qual a Argentina está mal integrada à economia mundial e às cadeias globais de valor são suas *altas barreiras tarifárias e não tarifárias*. Aumentam substancialmente os custos de importação.

As tarifas não são apenas altas na média, mas também afetam particularmente os insumos intermediários e bens de capital, aumentando assim os *custos de produção* para toda a economia (Gráfico 1.7). A proteção tarifária não apenas aumenta os preços ao consumidor, mas também prejudica a competitividade e a produtividade das empresas, bem como sua capacidade de geração de empregos.

Gráfico 1.7. Elevada Proteção Tarifária, Especialmente para Bens de Capital e os Insumos Intermediários

Tarifas Médias Aplicadas por Tipo de Produto para 2017 (%)



Nota: As tarifas médias aplicadas por tipo de produto refletem a média ponderada das tarifas efetivamente aplicadas entre diferentes produtos do mesmo tipo, porque as tarifas são ponderadas pelo valor do montante de cada produto.

Fonte: Banco de Dados WITS (2018).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933942885>

Por trás da alta tarifa média está *uma forte heterogeneidade nas tarifas das diferentes indústrias* (Gráfico 1.8). As indústrias têxtil, do vestuário e do calçado, veículos e móveis são *altamente protegidos*, com tarifas médias superiores a 20%.

Da mesma forma, outros setores produtores principalmente de bens intermediários e de capital têm tarifas em torno de 15%, por

exemplo, produtos de metal, produtos de borracha e plástico, ou máquinas e equipamentos.

Embora as tarifas de computadores, *tablets* e *laptops* tenham sido eliminadas em 2017, a tarifa média para equipamentos de escritório, contabilidade e informática ainda está em torno de 11%. Por outro lado, para petróleo, gás, produtos minerais e outras matérias-primas, as tarifas são baixas. *A Argentina é um importador líquido de petróleo e gás.*

Gráfico 1.8. Numerosas Indústrias Protegidas com Elevadas Tarifas de Importação

Tarifas Média por Setor em 2018 (em %)

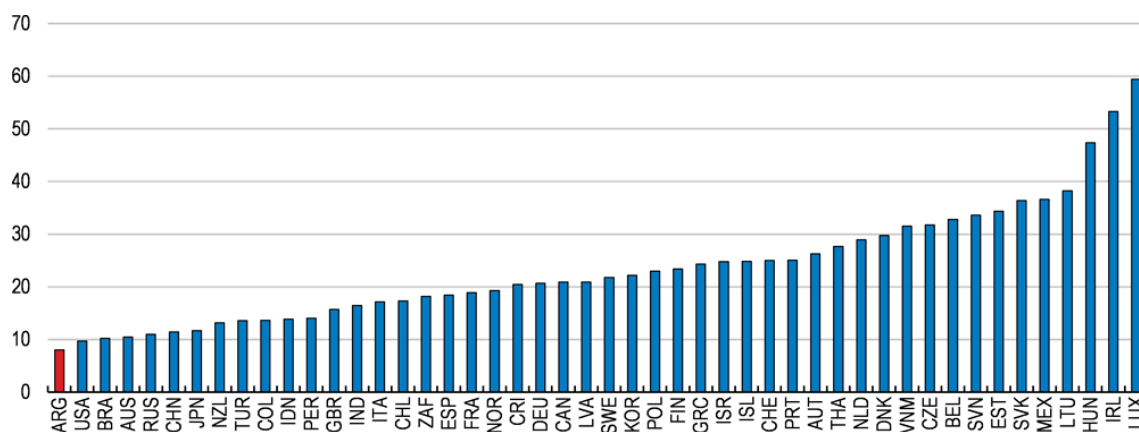
Fonte: Ministerio de Producción y Trabajo (junio de 2018).



StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933943075>

Gráfico 1.9. Baixo Uso de Insumos Intermediários Importados

Proporção de Insumos Importados em relação aos Insumos Totais



Fonte: OCDE, base de dados sobre comércio em termos de valor agregado (setembro de 2018).

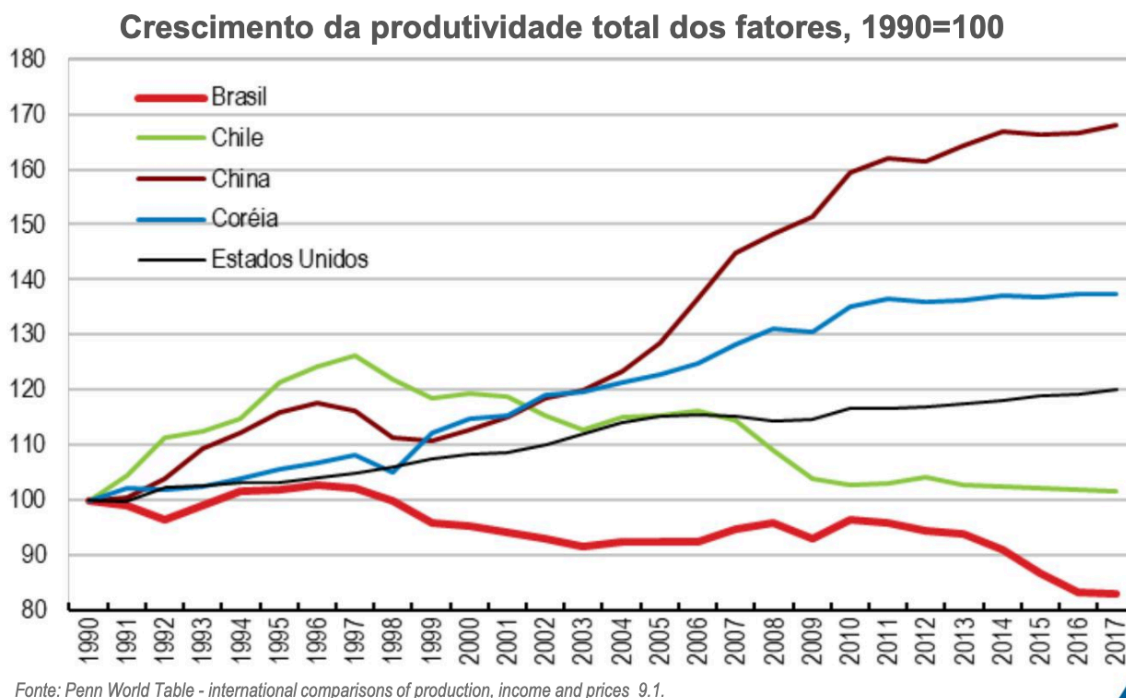
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933943170>

Vale observar as recomendações da OCDE aos brasileiros serem praticamente iguais às feitas aos argentinos.

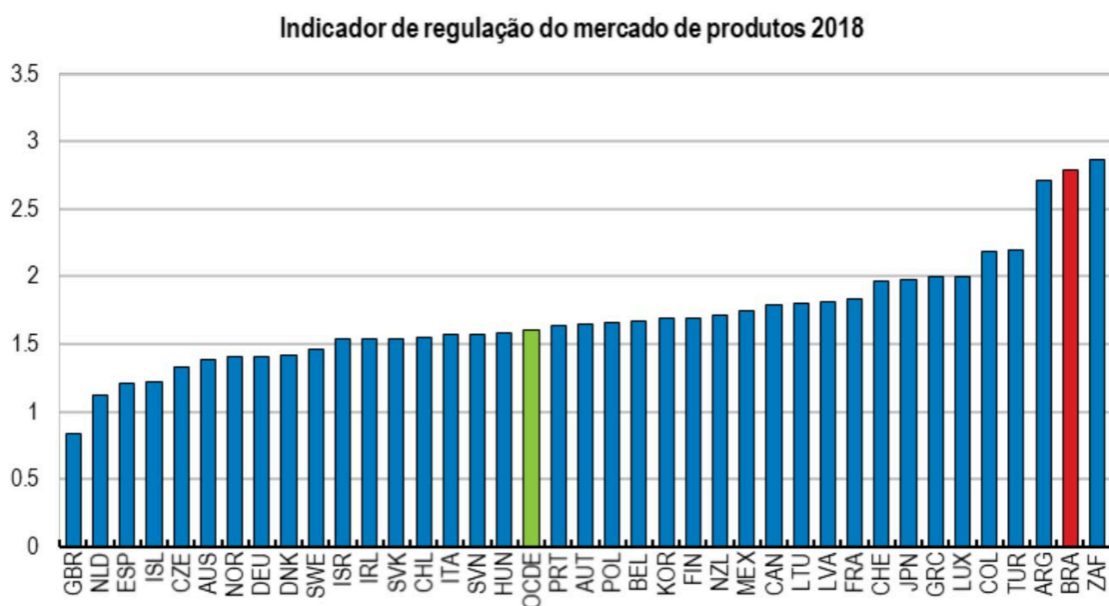
“São necessárias *reformas estruturais* na economia brasileira para incrementar a produtividade competitiva em preços mais baixos e o crescimento inclusivo. As políticas sociais devem preparar os trabalhadores para as mudanças necessárias, particularmente, em capacitação profissional”.

Justifica com base na *produtividade dos fatores* no Brasil ser muito inferior à dos demais países competitivos. Ora, os acordos com as agências multilaterais (FMI, WB, OMC, OCDE etc.), praticamente, impuseram as reformas neoliberais nos anos 80s e 90s, levando às *duas décadas perdidas* em termos de crescimento.

Depois do Plano Real, adotou-se em 1999 um *tripé macroeconômico* – regime de câmbio flexível, superávit primário e regime de meta inflacionária –, defendido até hoje por economistas neoliberais midiáticos. Com o conseqüente baixo crescimento, naturalmente, em relação aos fatores de produção disponíveis, há baixa produtividade. Veja o gráfico abaixo, é simples assim...



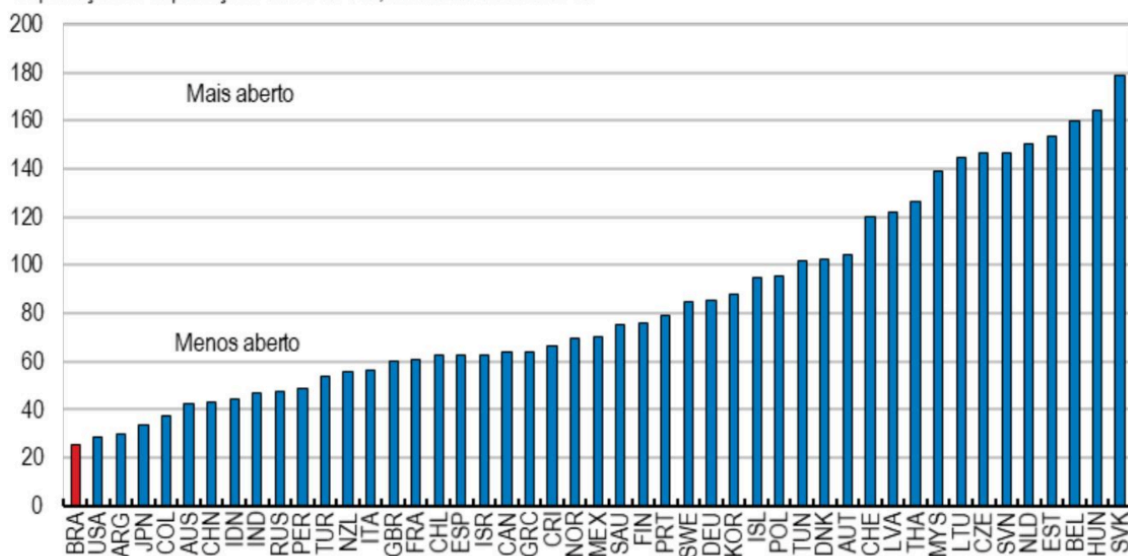
As regulações no mercado de produtos no Brasil são muito restritivas. Ficam um pouco acima da Argentina e só abaixo da África do Sul.



Devido à sua geoeconomia, a *economia brasileira ainda está muito fechada ao comércio internacional*. Na média de 2010 a 2019, a importação mais a exportação foi pouco acima de 20% do PIB, a

menor entre os países comparados; abaixo até dos Estados Unidos e Argentina com menos de 30% do PIB.

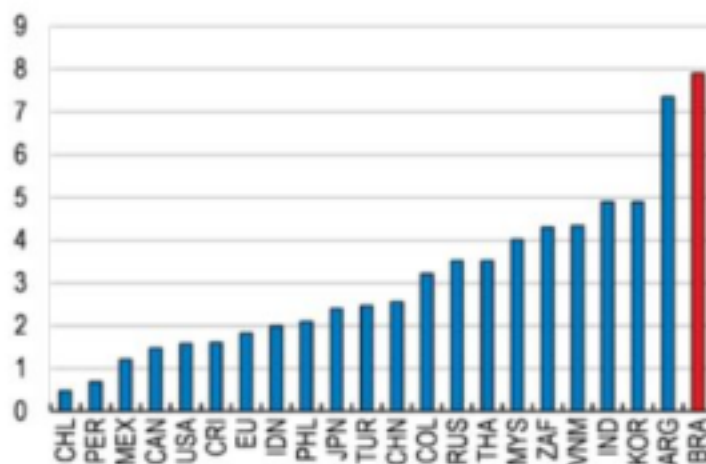
Importações e exportações em % do PIB, média de 2010 a 2019



Fonte: Base de dados OECD Economic Outlook, IMF International Financial Statistics.

As *barreiras comerciais* são muito elevadas no país. O Brasil tem a maior tarifa aplicada a todos os produtos, destacando-se dos demais junto com a Argentina, embora pouco acima dela. Ficou um pouco abaixo da vizinha em tarifas aplicadas aos bens de capital.

Figura 6. As tarifas de importação são elevadas



Fonte: Wits, Banco Mundial.

Os impostos exigem um alto custo para serem cumpridos. Exigem cerca de 1600 horas diante de 400 horas do 2o. pior.

Capítulo 3. Abordagem Conjuntural

Antecedentes da Atual Conjuntura

Para um *anti peronista*, não há dúvida: tudo de errado começou em 1946, quando o governo de Juan Domingo Perón nacionalizou o Banco Central argentino. “A partir de então, exatamente no mesmo ano da nacionalização do Banco Central, a inflação apareceu: foi de 26% naquele ano e não parou até chegarmos à hiperinflação em 1989”.

Na verdade, O Banco Central entrou em operação em 6 de junho de 1935 como uma *entidade mista*, cujo capital era composto igualmente pelo Governo Nacional, e a outra metade por bancos nacionais e estrangeiros estabelecidos no país. Ele foi *nacionalizado* em 25 em março de 1946 por um decreto assinado pelo presidente Edelmiro Farrell. Mas a Carta Orgânica (Lei 24.144) define em seu artigo 1º o Banco Central da República Argentina como uma *entidade autônoma* do Estado nacional.

Dois anos antes, representantes de 44 países haviam se reunido na cidade de Bretton Woods, nos Estados Unidos, onde estabeleceram o dólar norte-americano seria a moeda das transações internacionais. *Missão dada, missão cumprida* pelos argentinos... até para as transações locais!

O fato de a Argentina ter inflação desde meados do século passado não significa os argentinos terem começado, imediatamente, a comprar dólares. Isso exigiu um processo de “familiarização” com uma prática antes completamente fora das pessoas comuns, embora se argumente as elites argentinas viverem em viagens internacionais – e guardarem dólares para elas.

O primeiro momento quando a moeda norte-americana foi capa dos jornais argentinos e virou notícia foi em janeiro de 1959. Foi quando o presidente Arturo Frondizi lançou seu plano de estabilização.

De 1931, ano da primeira regulamentação do mercado de câmbio na Argentina, até 1959, a discussão sobre se o Estado

deveria ou não intervir no mercado de câmbio, ou se o câmbio estava caro ou barato, era uma discussão de especialistas em Economia, de exportadores e importadores. Não era uma discussão pública como é hoje.

A partir de 1959 – em meio a um debate sobre a inflação, mas também sobre a abertura ao capital internacional e aos investimentos estrangeiros – ocorreu *um processo de popularização do dólar*. Só aumentou desde então.

Na primeira intervenção do mercado de câmbio, na Argentina, a moeda estrangeira mais importante para os argentinos era a libra esterlina. Em 1931, no auge da Grande Depressão, o governo britânico revogou a conversibilidade da libra esterlina, rompendo com as regras do padrão-ouro.

Na segunda metade da década de 1970 – com a liberalização do mercado cambial e a política de abertura financeira do regime militar –, o dólar se tornou uma ferramenta de operações diárias. Dado o “choque do petróleo” pelo cartel da OPEP, o processo inflacionário duraria uma década, incluindo os sete anos de ditadura (1976-1983).

A especulação com o dólar se tornou o principal método de poupança. O peso já não servia mais como reserva de valor.

Não se pode falar da obsessão dos argentinos pelo dólar sem falar de sua relação conflituosa com a moeda nacional argentina. Ela *mudou quatro vezes* nos últimos 50 anos.

Embora a Argentina tenha tido a mesma moeda (*o peso moneda nacional*) de 1881 a 1970, a partir de então a inflação obrigou-a a mudar de nome – *peso ley* - *peso argentino* – *austral* - *peso* – e a remover zeros das notas com maior frequência. Juntamente com os *golpes de Estado* (seis no século XX), a constante desvalorização da moeda tem sido um dos traumas permanentes deste país.

Da Inflação à Hiperinflação

Veronica Slink (BBC News Mundo), em 15 de novembro 2021, ou seja, há praticamente dois anos, já noticiava a inflação acumulada em 12 meses ter chegado a 52,1%, segundo os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC). Tirando a hiperinflação da Venezuela — estimada em 2.700% ao ano em 2021 pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) —, a inflação da Argentina era, de longe, a mais alta da região.

A terceira maior economia da América Latina tinha então uma inflação quase cinco vezes a da maior economia regional, a do Brasil (10,7%) – agora está pela metade –, e mais de oito vezes a da segunda maior, a do México (6,2%), de acordo com os indicadores oficiais para outubro de 2021.

Os custos aumentavam a cada semana, pulverizando a renda dos argentinos e era um dos principais motivos da disparada da pobreza. Atingia entre 42% e 50% da população, segundo números oficiais.

Viver com inflação alta não era novidade para os argentinos. O país teve aumentos de preços muito mais vertiginosos nos últimos 50 anos.

O pior momento foi a hiperinflação de 1989, quando os preços subiram mais de 3.000%, levando à queda do governo de Raúl Alfonsín. Ele havia assumido após o retorno da democracia e da adoção do peso, moeda usada até hoje.

A título de comparação, a inflação brasileira chegaria a 2.477%, em 1993, já na preparação do plano de estabilização com troca de moedas passando por um simulacro do dólar: a URV. Aconteceu no ano antecedente do Plano Real, dando fim à transição pela hiperinflação.

Depois da crise de 1989, a Argentina adotou a conversibilidade. Consistia basicamente em atrelar o peso ao dólar: *1 dólar valia 1 peso*.

Esta paridade com o dólar terminou em dezembro de 2001. As poupanças em dólares foram confiscadas pelo Estado e devolvidas em pesos no famoso “corralito”.

Na década de 1990, a chamada “convertibilidade” atrelou o peso argentino ao dólar. Fez a inflação desaparecer.

Mas Lei da Convertibilidade na Argentina não se sustentou devido a várias razões, como as seguintes.

A taxa de câmbio fixa em paridade com o dólar levou à *sobrevalorização do peso argentino*. Isso tornou as exportações argentinas mais caras no mercado internacional, reduzindo a competitividade do país e prejudicando setores-chave da economia, como agricultura e manufatura.

A fixação da taxa de câmbio impediu a capacidade do governo de ajustar a política monetária e cambial de acordo com as necessidades da economia. Isso resultou em *desequilíbrios crônicos*, incluindo déficits no balanço de pagamentos e uma crescente dívida externa denominada em dólares.

Para manter a taxa de câmbio fixa, o governo teve de implementar *políticas fiscais restritivas*, limitando seus gastos. Isso resultou em uma redução nos investimentos públicos e serviços sociais.

Para manter a paridade cambial, o governo argentino teve de tomar empréstimos em moeda estrangeira. Aumentou a *dívida externa* do país de forma significativa.

A fixação da taxa de câmbio incentivou a *fuga de capitais*. Argentinos mais ricos preferiram manter suas economias em dólares em vez de pesos, devido à instabilidade econômica.

A Argentina também foi afetada por crises financeiras internacionais, como a crise do México em 1994, a crise asiática em 1997 e a crise da Rússia em 1998. Tiveram grande impacto na economia argentina devido à sua dolarização.

Todos esses fatores contribuíram para o colapso da Lei da Convertibilidade. A crise resultante atingiu seu ápice, em 2001-2002, com uma grave depreciação do peso, altas taxas de desemprego,

desvalorização dos ativos e uma crise bancária. O governo argentino finalmente abandonou a fixação da taxa de câmbio em favor de uma flutuação controlada do câmbio, marcando o fim da Era da Conversibilidade.

Acabou catastroficamente com o *corralito* (em espanhol significa cercadinho) em dezembro de 2001. O governo proibiu grandes saques em caixas eletrônicos, ajudando a alimentar o caos social.

Determinou também o congelamento dos depósitos bancários e limites semanais para retiradas. Gerou violentos protestos e a renúncia do presidente Fernando De la Rúa.

A crise econômica e política, no início deste século, *reabriu o ciclo inflacionário*. Voltou a se acelerar durante o segundo governo de Cristina Fernández de Kirchner (2011-2015). Superou a barreira dos 50% no fim do mandato de Mauricio Macri (2015-2019).

Embora a desaceleração da economia em 2020, devido à pandemia do coronavírus, tenha reduzido a inflação argentina a 36%, no ano seguinte ela voltou a uma taxa acumulada em 12 meses de 52%.

Mas por qual razão a Argentina tem esse problema há tanto tempo e de forma tão mais grave face aos demais países da região?

Os economistas ortodoxos garantem a razão subjacente ser simples – a mesma de sempre em todos os lugares e os tempos: *o país sistematicamente gasta mais do possível pela arrecadação fiscal*.

As estatísticas mostrariam isso com clareza: nos últimos 60 anos, foram apenas seis anos sem déficit fiscal, entre 2003 e 2008, quando os preços internacionais das matérias-primas foram recordes. Geraram um grande aumento na arrecadação.

A Argentina, segundo o Banco Mundial, *é um dos países com maior carga tributária sobre a economia formal do mundo*.

Mas, mesmo assim, a arrecadação fiscal não é suficiente para manter os gastos públicos. Então, sucessivos governos têm recorrido a duas ferramentas para se financiarem: *o endividamento externo e a emissão monetária interna*.

O primeiro levou a Argentina ao *calote* — ou ao *default* de sua dívida — *nove vezes*. Isso prejudicou sua capacidade de obter empréstimos a taxas semelhantes às pagas por seus vizinhos.

Essa limitação tornou o país cada vez mais dependente da segunda opção para manter a carteira volumosa do Estado: a impressão de cédulas, chamada pelos economistas de *política monetária expansionista*. Essa emissão, segundo a Teoria Quantitativa da Moeda, geraria a inflação.

A Argentina é o único país da região — exceto a Venezuela — ainda com um problema de inflação tão alta.

Na década de 1980, vários países latino-americanos sofreram crises inflacionárias. Mas, inclusive devido à globalização, na década de 1990, todos entraram em *processos de desinflação*, incluindo a Argentina.

Mas, no início do século XXI, ao contrário do resto da região, a Argentina perdeu uma oportunidade sem precedentes de construir uma moeda e manter as taxas de inflação baixas.

Todo o resto da região aproveitou o cenário global de desvalorização do dólar e os altos preços das *commodities*, devido ao inédito crescimento de todos os países do mundo, especialmente em 2004. Aumentaram suas reservas cambiais.

Na primeira década dos anos 2000, também passaram a proteger suas moedas com taxas de juros positivas. Assim, valorizaram suas moedas, aplicadas em títulos de dívida pública, como reserva de valor.

A Argentina, recém-saída da crise de 2001, tinha sistematicamente uma taxa de juros fixada em cerca da metade da taxa de inflação.

O governo de Néstor Kirchner (2003-2007) priorizou o curto prazo e manteve o peso barato para torná-lo mais competitivo. Isso permitiu ao país crescer a “taxas chinesas” (muito altas) por alguns anos.

Com um superávit fiscal sem precedentes, o governo Kirchner entrou em um cenário de políticas sociais muito expansionistas, com uma política agressiva de distribuição de renda.

Apesar de a alta de preços da soja ter desacelerado e “os dólares acabarem” com a Grande Crise Financeira mundial, quando sua esposa e sucessora, a vice-presidente Cristina Kirchner (2007-2015), tomou posse, o governo continuou a expandir seus gastos. Em 2009, a Argentina mais uma vez voltou a ter suas contas fiscais no vermelho.

Durante o *kirchnerismo*, o salário real subiu 50%, e incorporaram-se 3 milhões de aposentados, dobrando o número total. Eles não haviam feito as contribuições previdenciárias correspondentes, gerando déficit estrutural para a Previdência Social.

Embora a arrecadação tenha crescido de 19% para 34% do PIB, com as políticas fiscais expansionistas do kirchnerismo, o gasto público passou de 25% para 41% do PIB. Isso gerou uma deterioração muito grande da macroeconomia argentina, com uma taxa de câmbio defasada e uma inflação com dois dígitos em 2006, desencadeando o processo inflacionário em vigor até hoje.

O único *governo não kirchnerista* da Argentina durante este século, o de Mauricio Macri (2015-2019), chegou ao poder em grande parte devido ao *descontentamento popular com o aumento da inflação*. Ele manteve altos gastos do Estado, durante os primeiros dois anos, mas em vez de imprimir dinheiro, foi financiado pela emissão de dívida, cerca de 2/3 com correção cambial.

Isso conseguiu desacelerar brevemente a inflação em 2017. Mas os fundos de investimento estrangeiros, compradores de grande parte dos papéis emitidos pela Macri, atraídos pelos juros altíssimos, acabariam gerando uma grave crise econômica.

Três indicadores mostram a delicada situação pela qual a economia do país estava passando no fim do governo Macri.

1. deterioração das reservas em dólar;
2. depreciação do peso argentino;
3. empréstimos do FMI.

Poucas reservas cambiais nos cofres do Banco Central da Argentina e pouca liquidez nos bancos são dois dos principais males

da economia argentina, ciclo após ciclo econômico, e mantêm o país sob ameaça de *calotes*. A quebra dos compromissos financeiros com emprestadores de dinheiro ao governo argentino, via compra de títulos de dívida pública levou à perda de credibilidade desse instrumento-chave para reter aplicações em moeda nacional – e não em dólar.

As reservas em dólar têm uma importância crucial para uma economia como a da Argentina. São uma ferramenta vital de política monetária para evitar a desvalorização de sua moeda e o indicador mais confiável da solvência do país. Indicam se o Estado pode ou não administrar os pagamentos com os quais se comprometeu.

A posição da Argentina, sofrendo com a falta de moeda estrangeira, foi agravada pela insistente fuga de capitais do país.

As reservas internacionais de dólares no Banco Central estavam, no fim de setembro de 2019, em US\$ 54,09 bilhões, segundo comunicado oficial. Isso significava US\$ 12,21 bilhões a menos em comparação com 9 de agosto, dois dias antes das eleições primárias.

Na tentativa de conter a depreciação do peso argentino, o Banco Central estava usando uma média de cerca de US\$ 300 milhões por dia, segundo a mídia local. Mas sua intervenção no mercado de câmbio não conseguia deter a desvalorização.

A depreciação da moeda nacional afeta o bolso dos cidadãos: recebem salários em pesos, pagam impostos com eles, mas compram bens de maior valor com unidade de conta em dólar.

A moeda argentina perdeu mais de 33,5% de seu valor antes do evento eleitoral em 2019. Para comprar um dólar, eram necessários aproximadamente 60 pesos. Com isso, as empresas com dívidas em dólar tinham mais dificuldade para fechar as contas.

Os argentinos sabiam bem o significado. No país, existe uma memória muito viva sobre a ligação direta entre desvalorização cambial e inflação – e entre inflação e pobreza.

A economia argentina se contraiu 5,8% no primeiro trimestre de 2019, depois de ter caído 2,5% no ano anterior. Em 2018, 3 milhões de pessoas entraram na pobreza.

Em uma tentativa desesperada de evitar o esgotamento das reservas em dólares do Banco Central, a equipe de Macri impôs uma das medidas mais criticadas de sua antecessora, Cristina Kirchner: o *controle do câmbio*.

Empresas teriam de solicitar permissão do Banco Central para vender pesos, adquirir moeda estrangeira e fazer transferências para o exterior. Os cidadãos poderiam comprar dólares até um máximo de US\$ 10 mil por mês em uma tentativa de conter a sangria das reservas internacionais.

Durante o governo de Cristina Kirchner (2007-2015), os argentinos também foram obrigados a pedir autorização para comprar dólares e fazer transferências para o exterior, pagando uma taxa adicional pela compra por meio de cartões no exterior. Isso levou ao surgimento de um mercado informal de moedas e o que ficou conhecido como "dólar azul" ou dólar paralelo.

A aplicação dos controles cambiais criou dúvidas de se o FMI conferiria, em setembro de 2019, uma nova extensão do resgate solicitado pelo governo Macri em 2018. FMI e Argentina têm um longo histórico de empréstimos com 21 acordos feitos desde 1958.

Uma corrida cambial em 2018 levou a uma "megadesvalorização" do peso. Ela foi automaticamente repassada aos preços. A inflação duplicou em um único ano, chegando a quase 48%.

Macri perdeu as eleições de 2019. Terminou o mandato com a maior inflação das últimas duas décadas: 53,83%.

Ele procurava adiar o pagamento da dívida ao FMI para enfrentar a crise. Uma delegação do órgão visitou a Argentina e se reuniu com autoridades do governo Macri e do Banco Central, além do ainda candidato presidencial Alberto Fernández e sua possível equipe econômica.

Os resultados eleitorais permitiram o retorno ao poder do kirchnerismo, depois de ter governado por 12 anos, entre 2003 e 2015, com uma forte intervenção estatal na economia e retórica antimercado. Embora Macri tenha prometido reduzir a inflação e levar a pobreza a "zero", ambas aumentaram durante seu governo.

A situação mais grave ocorreu em 2018, quando o peso argentino perdeu mais da metade de seu valor em relação ao dólar. A inflação disparou. O governo teve de pedir um empréstimo significativo ao FMI.

A Argentina entrou em recessão e registrou uma inflação de 22% durante o primeiro semestre do ano de 2019. Além disso, entrou em uma nova *crise de dívida*, após ter negociado com o FMI o maior empréstimo de sua história.

Os dólares não chegaram em sua totalidade, mas o empréstimo voltou a deixar o país com um pesado compromisso com o elevado grau de endividamento externo. Se a dívida externa não fosse negociada com sucesso, poderia resultar em um novo calote.

Como se tudo isso não bastasse, em março de 2020, chegou a *pandemia*. Sem acesso a crédito, o novo governo de Alberto Fernández teve de apelar para *mais emissão de moeda* para aliviar a crise sanitária e econômica.

Mas sua decisão de impor uma das quarentenas mais longas do mundo obrigou o Banco Central a imprimir um número recorde de papel-moeda. Isso representou pressão inflacionária extra.

Além de uma emissão monetária elevada, a Argentina enfrentava outra peculiaridade muito influente sobre a alta dos preços. O fato de ter uma moeda em constante desvalorização e taxas de juros em pesos historicamente abaixo da inflação fez os argentinos economizassem (e pensassem a unidade-de-conta) em dólares.

Como a Argentina não gerava dólares suficientes para atender à demanda, os governos aplicavam *controles de capital*, conhecidos localmente como “armadilhas cambiais”. Isso gerava outro fenômeno pressionador da inflação: a chamada “*brecha*” cambial.

Por não conseguirem comprar dólares no mercado oficial — além de ser restrito a US\$ 200 (na época R\$ 1.086) por pessoa ao mês, tinham taxas correspondentes a 65% — empresas e poupadores recorriam aos *mercados paralelos*. O mais famoso deles era o informal, chamado localmente de “*dólar blue*”.

Diante da desconfiança gerada pelo peso, o preço do “*dólar blue*” é considerado por muitos argentinos como referência na hora de realizar grandes transações. É o caso de imóvel, aluguel, compra de suprimentos para construção, produtos eletrônicos ou automóveis.

Por isso, quando o preço desse *dólar paralelo* fica bem acima do *dólar oficial* — a diferença entre um e outro chega a mais de 100% — isso leva a um aumento de alguns preços em pesos. A moeda local fica muito desvalorizada em termos de poder aquisitivo.

Há muitos preços na economia indexados em dólar mais parecido com o oficial em vez de ser com o “*blue*”. Se desvalorizassem o dólar oficial, a inflação ficaria muito maior.

Mas o governo e os economistas heterodoxos estão convencidos de não ser nem a questão monetária nem o hiato da taxa de câmbio as causas da alta dos preços, mas sim “os grupos concentrados de poder”. *A inflação é multicausal*, mas um dos principais fatores é a concentração dos setores da economia, principalmente na produção e distribuição de alimentos. Os oligopólios têm a capacidade de fixar preços.

Esses setores desejam o retorno em dólares, porque a maioria é estrangeira. Então, eles querem poder remeter dólares independentemente da taxa de câmbio.

Eles fixam os preços em pesos, mas pensam em dólar. Isso contribui fortemente para *a inflação de oligopólio*.

Seguindo a mesma linha de pensamento, o governo de Alberto Fernández restringiu as exportações de carnes para o preço local cair. O kichnerismo já havia adotado no passado essa medida: levou à *redução da produção pecuária*.

Poucos dias antes das eleições legislativas de 14 de novembro de 2021, o governo também recorreu a outra ferramenta utilizada durante o governo de Cristina Kirchner: *o congelamento de preços*.

O Ministério do Comércio Interno emitiu uma resolução ao final de outubro de 2021. Estabelecia a fixação de preços máximos para mais de 1,4 mil produtos de consumo de massa até janeiro de 2022.

Embora ambas as medidas tenham sido duramente criticadas pela oposição, o chefe do governo da cidade de Buenos Aires, Horacio Rodríguez Larreta, considerado o sucessor político de Macri, concordou *os setores concentrados da economia serem parte do problema inflacionário*.

Há a pretensão de combater os monopólios para haver competição real. Os monopólios não ajudam a baixar a inflação.

Mas, para além das discussões sobre *a causa da inflação na Argentina*, há um diagnóstico consensual: é um processo complexo (emergente de muitos componentes interativos) e com *retroalimentação*. No caso, uma ação não consegue ser controladora mesmo com o conhecimento do efeito de sua resposta, porque *causa-e-efeito se revezam – e se confundem*.

Esse processo tende a se converter em *inércia inflacionária*. Ele faz todos os formadores de preços usarem como referência a inflação passada, ou seja, o pico prévio de renda real.

Quando todos buscam recuperar seu máximo, não há consenso sobre reajustar com base na média de renda real. Tem de ser imposto por um governo com reservas suficientes para colocar a cotação do dólar em um regime de banda cambial.

Estima-se pelo menos 40% do núcleo da inflação de um mês ser explicado pela inflação do mês anterior. Todos tendem a indexar contratos, por exemplo, de aluguéis. Os sindicatos negociam reajustes anuais de salários com reposição de toda a perda inflacionária.

Depois, certos oligopólios com *fix price* aumentam os preços todo mês com margem de segurança maior por precaução para reposição de estoques. Como não se sabe o possível de acontecer, todos os agentes econômicos tentam se proteger na medida do possível.

Esses *comportamentos inerciais* fazem a inflação auto propagar.

Como interromper esse ciclo vicioso?

- Para o governo peronista/populista e para quem tem uma visão heterodoxa: *com mais intervenção do Estado.*
- Para organizações como o FMI, a OCDE e muitos economistas ortodoxos: *a solução é corrigir o problema subjacente, ou seja, reduzir os gastos fiscais.*

A questão é como fazer isso sem prejudicar ainda mais uma população já abatida e sem gerar as crises de governabilidade vividas em outros países, quando tentaram ajustar gastos, como Colômbia e Equador. O problema, nesse conflito distributivo, é todos concordarem a respeito do gasto ser reduzido, mas todos concordam: *os outros cidadãos deve fazer o ajuste.*

Dólar: História de uma Moeda Argentina

Matías Zibell (BBC News Mundo), em 2 novembro 2023, comenta “os argentinos acordam todas as manhãs e verificam três informações essenciais: o clima, o trânsito e a cotação do dólar”.

Mariana Luzzi e Ariel Wilkis, em seu livro *El dólar: Historia de una moneda argentina (1930-2019)*, afirmam: “o valor da moeda norte-americana integra as informações básicas comunicadas pela imprensa argentina. Principalmente em tempos de turbulência monetária”.

A ironia do título do livro perder-se-ia caso o país finalmente se dolarizasse, como propõe o candidato Javier Milei, político inconsequente na disputa pela presidência da Argentina contra o ministro da Economia, Sergio Massa. O segundo turno da eleição ocorrerá em 19 de novembro de 2023.

O dólar é onipresente no noticiário na Argentina. A cotação do dólar aparece em todos os celulares, chega pelo aplicativo do banco onde se tem conta ou pela carteira eletrônica usada. Ao ligar a televisão, aparece junto com a temperatura a partir das 10h da manhã, quando o mercado abre. Está na boca do povo, na piada, no meme...

Na verdade, não se conhece a quantidade de dólares diferentes existentes no país. Há diversas cotações.

1. O *dólar oficial* é o ponto de referência com o qual são realizadas as operações de exportação e importação.
2. O *dólar blue*, normalmente valendo o dobro da cotação oficial, é a referência das ruas, o *dólar ilegal* chamado por alguns meios de comunicação de “informal” como eufemismo.
3. O *dólar turístico* é o comprado pelos turistas.
4. O *dólar Catar* é a taxa com a qual foram administradas as despesas com cartão de crédito dos argentinos na viagem à Copa do Mundo.
5. O *dólar luxo* é para bens de luxo comprados na Argentina.
6. O *dólar soja* é para os produtores de soja.
7. O dólar líquido é da reserva bancária.
8. O *dólar futuro* é uma profecia de como será o dólar daqui a um ano.
9. O *dólar Coldplay* foi uma cotação para a banda com uns 15 shows em estádio na Argentina, ou seja, ganharam nessa cotação paga a eles.
10. O dólar de “cabeça grande” e o dólar de “cabeça pequena” são as efígies dos americanos impressas nas notas de dólar.

Na Argentina, não se compram as notas com “cabeça pequena”, embora elas sejam perfeitamente legais. Senão, os cambistas te dão menos dinheiro por elas.

Há inclusive outros nomes para dólares. Se você quer trocar dólares pessoalmente com um conhecido, diz: “bom, esse é o *dólar amigo*”. Isto porque está oferecendo “uma taxa de câmbio amigável”.

A última edição do dicionário da Academia Argentina de Letras foi publicada em 2019 apresentou o ABC do dólar na língua argentina:

- A: Arbolito
- B: Bicileteo
- C: Cueva

A definição de *arbolito* se aplica ao *doleiro ilegal*, como se fosse uma arvorezinha, plantado na calçada, se oferecendo para trocar dólares com o grito "cambio, cambio". Essas pessoas se concentram principalmente nos entornos da City portenha, como é chamada a região do centro de Buenos Aires, onde se concentram as sedes das principais instituições financeiras do país.

O *bicicleteo* (pedalada) se refere a todas essas especulações de vender dólar pela manhã, comprar dólar à tarde. É uma especulação contínua.

A *cueva* (caverna), é a agência de câmbio ilegal. O *cuevero* é relacionado à *cueva* de câmbio como membro ou funcionário de uma *cueva* de câmbio.

Na letra D, refere-se a "dolarizar" e "desdolarizar"...

Há duas grandes explicações econômicas para a obsessão pelo dólar na Argentina:

- uma é ser vista como o *efeito* da inflação persistente quando, na verdade, é a *causa* dessa inflação; e
- outra se refere à condição de economia periférica de o país gerar através da exportação de *commodities* menos dólares diante do necessitado para importar bens e serviços e pagar juros da dívida externa, ou seja, o superávit balanço comercial não é suficiente para evitar o déficit no balanço de transações correntes.

Essa situação obriga a se contrair mais dívida externa, caso não se consiga Investimento Direto Estrangeiro suficiente para o cobrir. Mas este IDE também provoca retroalimentação com a futura remessa de lucros para o exterior.

Em síntese, para os neoliberais, o dólar é o instrumento usado pelo argentino para enfrentar a destruição histórica do peso pela política econômica argentina há mais de 80 anos. Assim, a única forma de poupar para a grande maioria dos argentinos não tem sido a moeda nacional, mas a moeda americana.

Isso exclui, é claro, aqueles com os recursos e o conhecimento para utilizar outros instrumentos financeiros, como ações ou títulos de dívida, ou simplesmente sem a possibilidade de poupar.

Além da poupança, há outro uso para o dólar. Se quiser fazer uma transação imobiliária, por exemplo, tem de se pagar em dólar. Se quiser usar pesos, precisaria alugar um caminhão para colocar todas as notas necessárias na transação...

Psicólogos diagnosticam: a argentinidade sofre de *transtorno de estresse pós-traumático* por conta de, sobretudo, mensagens dúbias. Gera transtornos psicológicos.

As “mensagens dúbias” – *dizer uma coisa e fazer outra* – têm sido muito típicas na história dos argentinos trocarem o peso pelo dólar.

Por exemplo, Lorenzo Sigaut, ministro da Economia de abril a dezembro de 1981, durante o governo ditatorial de Roberto Eduardo Viola, de fato disse “quem aposta no dólar perde”. Poucos dias depois, o peso se desvalorizou em 30%.

No “corralito”, um governo democrático aprovou uma lei de intangibilidade dos depósitos com o qual pretendia proteger todos os depósitos, à vista ou a prazo, em pesos ou moeda estrangeira, proibindo o Estado nacional de alterar condições pactuadas entres depositantes e instituições financeiras. Poucos meses depois, confiscou todos os depósitos em dólares.

Em outubro de 2023, o Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC) da Argentina informou que a inflação de setembro foi de 12,7%, o valor mensal mais alto dos últimos 32 anos. E a taxa acumulada em 12 meses ultrapassou 138%.

Superclássico das Américas

Argentina versus Brasil em números

Indicador	Brasil	Argentina
IDH	0,754/87 ^{º*}	0,842/47 ^{º*}
PIB per capita US\$ (2022)	9.455,32	13.619,87
Crescimento PIB (% , 2022)	2,90	5,20
Investimento estrangeiro direto (% do PIB 2022)	4,80	2,40
Índice de Gini	0,529	0,42
Inflação - 12 meses set (%)	5,19	138,3
Taxa de desemprego (%. 1^º sem/23)	8%	6,2%
Taxa de pobreza (%)**	5,8	40,1
Esperança de vida (anos)	73	75

Fonte: Banco mundial, FMI, IBGE, Indec e ONU. Elaboração: Valor Data. * posição no ranking mundial

** parte da população vivendo com menos de US\$ 1,90/dia; ** Em 2021, ao nascer

Com regimes de inflação tão elevados como o argentino, no nível da experiência pessoal, já não se tem referências, os preços relativos se perdem, já não se sabe *o que é caro e o que é barato*. A ausência de referenciais impede qualquer possibilidade de planejamento financeiro da vida profissional.

A relação da Argentina com o dólar tem a ver com a dificuldade do país em construir estabilidade e previsibilidade. O dólar aparece como uma resposta quase intuitiva.

Em *economês*, o dólar na Argentina é a reserva de valor utilizada também como unidade de conta. Com sua cotação em disparada pela pressão da demanda social, quando se converte para pagar com a moeda nacional, usada como meio de pagamento oficial, surge a *hiperinflação*. É simples assim...

Efeito Gasto pelo Contínuo Aumento de Preços

De acordo com o INDEC, o instituto de estatísticas argentino similar ao IBGE, a atividade econômica no segundo trimestre de 2023 encolheu 4,9%, na comparação com o mesmo período de 2022.

Mas com uma inflação de 103,2%, acumulada nos nove primeiros meses deste ano (138% em 12 meses), uma taxa de

desemprego de 6,2% em setembro e com uma desvalorização de janeiro a setembro do chamado *dólar blue* (paralelo) em cerca de 190%, há um *efeito antecipação de gasto*. Ao contrário de situação de *deflação*, quando se posterga o gasto, pois se espera no futuro estar mais barato, na *hiperinflação* se antecipa o gasto em consumo.

Observa-se, em Buenos Aires, os consumidores ávidos atrás de bens duráveis, como fogões, TVs e geladeiras, ou formar grandes filas na porta de restaurantes.

Como não há um modo seguro de poupar dinheiro, porque a inflação corrói o poder aquisitivo do peso a cada dia, os argentinos saem comprando bens duráveis como uma forma de, ao acumular patrimônio, protegerem o valor do salário. As saídas em busca do prazer de degustar uma boa comida e beber um bom vinho também são consideradas um investimento na boa vida, no presente, dado o futuro estar incerto, ou melhor, com certa perda do poder de compra.

Quando não é possível trocar os pesos por dólar por conta da escassez da divisa americana, torna-se mais adequado simplesmente gastar com a moeda local em vez de esperar encontrar dólares disponíveis porquanto o peso perde valor todos os dias. Com isso, sustenta-se o nível de consumo e de emprego.

A possibilidade de proteger seu poder compra é usá-lo de imediato na compra de bens duráveis. Quando não dispõem de renda suficiente, os consumidores adquirem esses bens em parcelas sem juros, com o cartão de crédito, ou com uma taxa de juros real negativa em comparação com a inflação em curso.

Passa-se o cartão de crédito ao pagar a conta e, quando a fatura chega, semanas depois, o valor do jantar ou do almoço terá sido “comido” pela inflação. Quanto o salário, existem os chamados “gatilhos” para amenizar a perda do poder aquisitivo.

Os salários têm recebido reajustes periódicos para acompanhar a evolução incessante dos preços. Apesar disso, a perda de poder de compra se mantém.

Em 2017, o salário médio do país cobria com alguma folga o custo da cesta básica argentina. Do fim de 2019 para cá, a relação é

de 80%: o salário médio – cerca de US\$ 840 por mês, segundo o WorldData – é inferior ao custo da cesta.

De acordo com o INDEC, em dado relativo ao primeiro semestre de 2023, 40,1% dos 46 milhões de argentinos vivem abaixo da linha da pobreza, equivalente a quase 18,5 milhões de pessoas.

Há negociações constantes para aumentos salariais nos setores formais. Neste governo peronista, há uma política de recuperação através de subsídios capazes de aliviar um pouco o impacto da inflação.

Os salários dos trabalhadores formais estão quase empatados com a variação da inflação de 2019 para cá, com uma perda pequena. Os informais vivem de maneira muito mais difícil, porque o nível de renda é menor. Os informais são em torno de 35% da força de trabalho.

O governo argentino tem procurado minimizar o problema com o pagamento de auxílios de 94 mil pesos (cerca de R\$ 1.300) em outubro e novembro. Estima-se a perda de poder aquisitivo para o trabalhador formal argentino ter sido de 20% nos últimos cinco anos, mas os informais teriam perdido em torno de 40%.

Com o cenário político nebuloso, muitas pessoas ansiosas estocaram não só produtos básicos para o dia a dia, como alimentos e de higiene, mas também bens duráveis, como eletrodomésticos. Afinal, têm receio de futuras medidas do presidente a ser eleito...

Esse consumo é desenfreado pela gana de se aproveitar um produto com preço menor hoje, pois amanhã estará mais caro. Entretanto, não se investe em bens de valor mais alto, como apartamento e carro.

Praticamente inexistente crédito para isso na Argentina — equivale, no caso do crédito imobiliário, a menos de 1% do PIB. A classe média acaba gastando seu salário na compra de eletrodomésticos, de modo a usufruir minimamente de seu salário mensal.

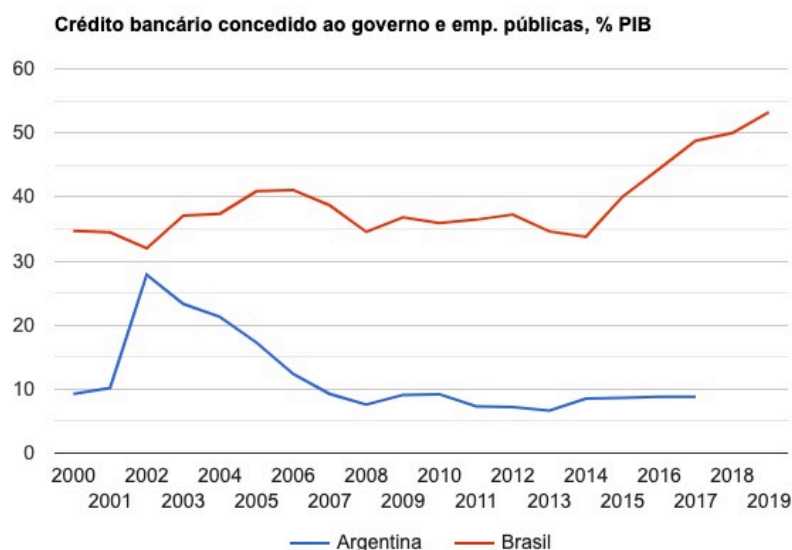
Isso se reflete até mesmo nos dados econômicos do INDEC, como o Índice Mensal de Atividade Econômica, com o dado de julho deste ano apontando queda de 1,3% na atividade econômica face ao

mesmo mês de 2022. Mas o setor de "hotéis e restaurantes" ficou entre as três atividades com os maiores aumentos interanuais.

A maior esperança é, em 2024, não se repetir a terrível seca deste ano. Afetou a produção agropecuária da Argentina pela terceira safra seguida e comprometeu as exportações.

A perda de receita com o comércio exterior foi de 40%. A volta à normalidade deve trazer os dólares da exportação de volta, irrigar a economia e tornar a taxa de câmbio mais estável segundo os otimistas.

Fuga de Depósitos em Dólares, Risco de Dolarização e Novo "Corralito" na Argentina



Os argentinos pessimistas e desconfiados sacaram pouco mais de US\$ 1 bilhão de depósitos em dólar do sistema bancário do país no início do segundo semestre do ano passado.

Os poupadores começaram a sacar seus dólares de contas bancárias em ritmo acelerado quando o ex-ministro da Economia Martín Guzmán renunciou, em 2 de julho de 2022, mergulhando o governo ainda mais na crise. O terceiro ministro da Economia do governo de Alberto Fernández, Sergio Massa, desfrutou de uma breve recuperação do mercado após assumir, antes de os depósitos caírem novamente.

Embora alguns *depósitos em dólar* constituam ainda uma parte das reservas de moeda forte da Argentina, também estão em declínio. Eles não são considerados parte das reservas líquidas do Banco Central porque, normalmente, não podem ser usados para sustentar a moeda.

Os depósitos totais caíram para US\$ 14,55 bilhões, em 16 de agosto de 2022, menos da metade do nível de cerca de US\$ 32 bilhões visto em 2019, antes de uma votação primária mostrar a forte possibilidade de o presidente Alberto Fernández ganhar a eleição.

Os argentinos retiraram vários bilhões de dólares dos depósitos entre sua votação majoritária e sua posse. Esses depósitos oferecem um indicador quase em tempo real das expectativas econômicas dos argentinos anti peronistas.

A Argentina fez um pagamento de US\$ 2,6 bilhões ao FMI (Fundo Monetário Internacional), no dia 31/10/23, cumprindo suas principais obrigações com o organismo multilateral antes do segundo turno das eleições presidenciais.

A equipe econômica, liderada pelo ministro e agora candidato Sergio Massa, pagou o FMI no mesmo dia quando o Banco Central do país informou: as *reservas internacionais* caíram para US\$ 21,9 bilhões, o nível mais baixo desde 2006. Com o pagamento, a Argentina evitou atrasos em seu programa de US\$ 43 bilhões com o fundo.



Com um nível extremamente reduzido de reservas líquidas, a Argentina utilizou uma linha de troca cambial da China e o valor restante dos direitos de saque especiais do FMI de um desembolso de agosto. Ainda não está claro quanto do crédito com a China foi gasto para efetuar o pagamento ao FMI. Autoridades argentinas confirmaram a China ter disponibilizado mais US\$ 6,5 bilhões da linha de US\$ 18 bilhões.

A Argentina deve ao FMI mais US\$ 1,77 bilhão em pagamentos de principal e juros em novembro e dezembro, de acordo com o site do FMI.

Massa fez pagamentos ao FMI no limite do prazo, algumas vezes este ano. Utilizou vários empréstimos e moedas, diante da falta de dólares da Argentina, apesar das tentativas de controles cambiais.

A escassez de dólares do governo desencadeou outro problema, nos últimos dias antes do segundo turno eleitoral, com longas filas de carros dando volta nos quarteirões para abastecer nos poucos postos com gasolina. Parte do problema foi o governo não ter pago pelas importações em navios-tanque ancorados na costa argentina.

Massa enfrentará Javier Milei na votação do dia 19 de novembro de 2023, com o futuro do acordo com o FMI em jogo. Não conseguiu cumprir as principais metas impostas por ele neste ano.

Dolarização sem Reservas Cambiais?!

No fim de outubro, as reservas internacionais da Argentina caíram para US\$ 21,9 bilhões, o nível mais baixo desde 2006. Para comparação, as reservas brasileiras somaram US\$ 344,2 bilhões em agosto de 2023.

Dolarizar a economia para abandonar o peso argentino é uma das principais promessas do candidato populista de direita, ultraliberal ou "libertário" na economia, Javier Milei, na eleição no dia 19 de novembro de 2023 . Ele também quer "dinamitar" o Banco Central e "passar um motosserra" nos gastos do Estado.

"Quando falo em queimar o Banco Central, não é uma metáfora, quero explodir, mas isso é literal: fazer implodir e deixar todo o entulho para trás", disse Milei. Seu plano é o país parar de imprimir cédulas e todas as transações serem feitas em dólares.

Porém, *para dolarizar é preciso ter um estoque de dólares*. Como visto, justamente isso a Argentina pouco tem, porque as reservas internacionais do país diminuíram drasticamente, logo, a disponibilidade de dólares é limitada.

Milei disse já ter um caminho para obter os dólares a um valor de mercado, só não explicou como. Segundo estimativas do grupo de assessores do candidato, atualmente são necessários cerca de US\$ 35 bilhões para implementar a ideia.

O fechamento do Banco Central pelo ignorante permitiria os dólares até então como reservas internacionais pudessem ser colocados em circulação. E os pagamentos futuros dos compromissos internacionais?!

Antes de avançar para a dolarização, diz Milei, ele flexibilizaria o mercado de trabalho e abriria a economia. O passo seguinte, segundo ele, seria eliminar o órgão regulador das instituições financeiras para haver "competição entre moedas". Na esperada "corrida bancária", para sacar todos os depósitos, quem salvaria o sistema bancário?!

"Depois de você desregulamentar, você escolhe o que quer. Você pode usar ouro, franco suíço, libra", afirmou *o idiota* – sem

consciência do malfeito a si e aos outros – em declarações à imprensa local.

A última fase para conseguir a dolarização seria trocar alguns recursos do Banco Central por títulos de dívida pública e usar outros recursos para injetar dólares na economia, fechando a agência responsável pela impressão dos pesos argentinos. No fim, os argentinos escolheriam o dólar impresso nos Estados Unidos como moeda.

Nessa visão simplória, as medidas “fáceis” acabariam com as dificuldades de grande parte dos argentinos. Hoje, lidam com uma previsão de inflação em 12 meses de 138% e com uma pobreza de mais de 40% da população.

Mas o idiota conseguiria entregar o prometido? Dolarizar a economia Argentina de um dia para o outro é simplesmente impossível porque o Banco Central não tem dólares.

Para dolarizar, seria preciso tomar dólares emprestados. Mas como o país tem um alto índice de endividamento, é muito improvável conseguir esses empréstimos, além de ter um novo presidente a ser tratado internacionalmente como um pária.

Caso fosse possível, não seria garantido a dolarização ser um sucesso. A Argentina estaria se submetendo à política monetária dos Estados Unidos com uma taxa de juro atraente para aplicar em títulos de dívida pública norte-americanos.

Além disso, Milei propôs um conjunto de reformas pré-dolarização difíceis de se implementar. Caso essas reformas estruturais fossem alcançadas, não faria mais sentido dolarizar...

Do ponto de vista político, Milei precisaria de uma maioria no Congresso para implementar seu plano, algo com a qual não contará com seu extremismo. Para chegar à dolarização, o país passaria por uma mega desvalorização, a inflação subiria muito no começo e haveria uma perda imensa nos salários reais dos trabalhadores.

Fechar o Banco Central é um dos “planos extremistas” de Milei. Ele é necessário ter instrumentos para fazer política monetária e de crédito – e salvar o sistema bancário.

Uma *proxy* de dolarização foi a paridade entre o dólar e o peso – um sistema de câmbio fixo em que um peso valia sempre um dólar – implementado no começo dos anos 1990 pelo presidente neoliberal Carlos Menem. A paridade mostrou todos os defeitos e problemas de atrelar a moeda nacional ao dólar.

Ao substituir a moeda nacional, a economia fica muito mais inflexível e se reduz a competitividade. Não resolve os problemas da pobreza e desemprego.

A paridade permitiria conter um processo hiperinflacionário, em um primeiro momento, mas causaria problemas como as elevadas taxas de desemprego. Também deixaria a economia inteiramente sujeita às altas e baixas do comércio internacional.

Alguns dos principais riscos da dolarização sobre a economia argentina incluem:

1. perder a capacidade de ajustar as taxas de juros e a oferta de moeda diante a gestão da inflação, do ciclo econômico e de choques exógenos adversos;
2. tornar-se mais dependente das mudanças nas taxas de juros e nas condições econômicas nos Estados Unidos;
3. agudizar a vulnerabilidade a choques cambiais sobre exportações e dívida externa;
4. levar a cortes nos gastos públicos e serviços sociais porque o governo não pode imprimir sua própria moeda para financiar gastos;
5. agravar a desigualdade de renda, beneficiando quem tem acesso a dólares ou ativos em moeda estrangeira e prejudicando os mais pobres;
6. deixar de desvalorizar a moeda para melhorar a competitividade das exportações.

Na América Latina, existem três países dolarizados: Equador, El Salvador e Panamá. Milei deu como exemplo a dolarização equatoriana, descrevendo-a como um “sucesso” e afirmando os equatorianos estarem “muito melhor” diante dos argentinos.

Detalhe: o Equador tem a segunda maior reserva de petróleo da América do Sul, só perdendo para a Venezuela. O hidrocarboneto representa 40% de sua exportação.

Há vinte e dois anos, o dólar é a moeda oficial do país. Quando a inflação sobe nos Estados Unidos e, em consequência, a taxa de juros, o Equador sente essas mudanças.

Quando o país iniciou sua dolarização, a economia atravessava uma crise tão profunda a ponto de a medida ser concebida como a última cartada para o salvar de uma hiperinflação de 96% ao ano com a moeda nacional, *o sucre*, completamente depreciada. No entanto, a consequente polarização política levou à saída do governo do presidente, depois de ter tomado a iniciativa de dolarizar a economia.

Ao contrário do Equador, tendo trocado de moeda por estar em meio a um choque econômico, a *dolarização salvadorenha* respondeu mais a uma questão de interesse econômico. Era a condição essencial para a aprovação do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, eliminando as tarifas alfandegárias para ambas as partes.

Para aplicar uma política semelhante, o candidato argentino populista de direita declarou pretender uma mistura entre a dolarização equatoriana e salvadorenha.

Os contextos dos três países dolarizados da América Latina eram muito diferentes do contexto atual da Argentina. Eles têm economias muito menores e diretamente integradas ao comércio com os Estados Unidos.

Apesar disso, o Equador não resolveu seus problemas de crescimento de emprego e renda. O país tem apresentado muitos problemas políticos e sociais pelos efeitos perversos da dolarização.

Com imensa dívida externa, o país continua muito dependente das importações porque não consegue atrair investimentos estrangeiros e sequer expandir o setor agrícola. Precisa comprar fora de papel até automóveis, inclusive gasolina. Essa dependência reflete no bolso da classe média do país – e ela protesta.

A Argentina viraria um Estado subordinado aos Estados Unidos?! Como reagiria o histórico nacionalismo portenho?

Na Argentina, os analistas céticos veem a proposta de Milei como apenas *uma mensagem populista de direita*, para obter votos, e não como uma proposta realista. Ele não a colocará, de fato, em prática caso se torne presidente.

O melhor é a maioria do eleitorado se lembrar do colapso da Lei da Conversibilidade. A crise resultante, em 2001-2002, envolveu grande depreciação do peso, altas taxas de desemprego, desvalorização dos ativos e perda de confiança no sistema bancário.

Capítulo 4. Peronismo

Introdução

O livro *¿Qué Es El Peronismo? De Perón a los Kirchner, el movimiento que no deja de conmover la política argentina* (1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2019) de autoria de Alexandre Grimson permite ao leitor entender história política da Argentina. É importante todo brasileiro a acompanhar, pois afeta a parceria entre os países vizinhos.

O peronismo nunca será capturado em uma única frase como “o peronismo não é um partido, é um movimento nacional e popular.” O Partido Justicialista (PJ), representa o peronismo nas eleições. Mas “houve e haverá peronismo fora do PJ.”

Os peronistas dizem “o peronismo não é trabalhismo e muito menos fascismo, não se define pela ideologia de esquerda ou de direita, mas sim por *um sentimiento do povo*. É sentir-se parte do povo e das políticas garantidoras de seus direitos, uma vida digna e justiça social”.

Perón e o peronismo estão sujeitos ao tempo. O que foi dito sobre ele faz sentido em momentos específicos.

O peronismo é ao mesmo tempo consequência de processos muito sedimentados na cultura política argentina e fator decisivo na sua formação em diferentes momentos desde 1945. Portanto, renunciar a compreendê-lo seria desistir de entender a Argentina.

Tem sido a identidade política popular mais persistente no país. Nasceu em 1945 e não é o partido mais antigo, entre os quais se destacam a União Cívica Radical (com o seu primeiro presidente em 1916 e o último entre 1999 e 2001) e o Partido Socialista (em 2015 alcançou pela terceira vez o triunfo no governo de Santa Fé).

Desde quando venceu as urnas em 1946, o peronismo perdeu apenas três eleições presidenciais (em 1983, 1999 e 2015), embora tenha sido proibido durante muitos anos pelas ditaduras militares.

“O peronismo não é algo de uma vez por todas”, afirma Alexandre Grimson. Ele analisa do ponto de vista histórico quais significados a palavra “Peronismo” teve para vários grupos em diferentes épocas, como ela foi usada e transformada ao longo dos anos.

Se os peronistas dizem “o peronismo é um sentimento”, o antiperonismo também expressa inúmeros ódios e amores, ressentimentos e paixões, ilusões e desilusões, fraturas e uniões, biografias e mortes, exílios e retornos, palavras e insultos, defesas e mitos dos argentinos. Todos esses sentimentos estão de uma forma ou de outra relacionados ao peronismo desde 1945.

O livro de Alexandre Grimson oferece perspectivas flexíveis e deixar os fatos as dominarem para o leitor possa formar suas próprias opiniões. Vou resumir quais fatos mais me impressionaram.

Três Princípios

Existem três princípios básicos das Ciências Sociais para a análise dos processos políticos possíveis de serem projetados no peronismo.

Primeiro, *não existe fato social sem ser relacional*. É necessário compreender o *peronismo* em relação a outra coisa, ou seja, de 1945 até hoje, o peronismo nunca existiu sem o seu oposto: o *antiperonismo*.

Em segundo lugar, *os processos sociais e culturais são constitutivamente heterogêneos*. Quanto mais não os conhecemos, mais homogêneos eles parecem, mas *o peronismo não é uniforme*. Estaremos mais perto de compreendê-lo se pensarmos no plural e captarmos as suas heterogeneidades: *os peronismos*.

Terceiro, *não há fato político sem ser histórico*. Nem peronismo, nem neoliberalismo, nem neofascismo, são “uma coisa”, mas sim têm sido coisas diferentes, associadas a diferentes atores e com consequências específicas em situações históricas muito diferentes.

O peronismo parece impossível compreender por ser muito complexo pensar em termos históricos, relacionais e reconhecer heterogeneidades. Este ponto de partida permite-nos compreender o

objetivo e a estrutura do citado livro. Mostra o significado do peronismo em configurações culturais tão diferentes como as de 1945, 1955, 1973, 1990 e do século XXI.

Em vez de Alexandre Crimson se propor a analisar mais de setenta anos de vida do peronismo, percorre esse período, mas se concentra em determinados momentos da história. São os decisivos para desvendar cenas, personagens e argumentos sedimentados na cultura política argentina.

Acredita as origens do peronismo, sua derrubada, o retorno de Perón, o menemismo e o kirchnerismo serem as conjunturas fundamentais. Juntas, mostram algumas de suas principais faces, significados e polêmicas.

Diferentemente de qualquer narrativa tradicional, a análise deste livro opta por aprofundar os acontecimentos críticos e ler em suas densidades históricas a complexidade das respostas necessária. Apela à história, mas não é um livro de história.

Extraí algumas conclusões de momentos históricos, quando possível. E levanta algumas hipóteses para teste...

Política em Quatro Dimensões

Explicar o peronismo obriga a escapar da análise unidimensional – direita ou esquerda – para passar para uma abordagem multidimensional. A distribuição das posições dos diversos peronismos poderia abranger todo o arco ideológico, da esquerda para a direita.

O peronismo, no passado, estava firmemente ancorado no terço socialmente mais baixo da sociedade. Também adquiriu significado como o popular em oposição ao refinado, o nacional em oposição ao cosmopolita, e o terceiro mundo em oposição ao primeiro.

Para compreender os peronismos é fundamental considerar outras dimensões além das ideológicas e do contraste “alto-baixo” como as questões democráticas, a divisão de poderes e a liberdade de imprensa estivessem concentradas no “mais alto”, enquanto as preocupações sociais estão localizadas no “mais baixo”. Um terceiro

contraste fundamental refere-se à tensão entre *dogmatismo* e *pragmatismo*, decisiva para toda análise política.

Quanto pesam seus princípios e quanto pesam a política real [*real politik*]? Até qual ponto um candidato ou um governo prefere escolher ou arriscar a sua própria derrota em vez de ceder a pressões reais?

Até qual ponto estão dispostos a renunciar aos seus ideais para manter ou aumentar o seu poder? Afinal, o que significa “poder”? Significa *realizar seus ideais* ou *acessar ao governo*?

Esta tensão entre *principismo* e *realismo* não é – como não é esquerda-direita ou de cima para baixo vistos antes – um contraste entre dois extremos, mas sim mais uma linha contínua. Tem elevada complexidade ao se combinar com as outras duas divisões.

Esta tensão *principismo-pragmatismo* também opõe a ação realizada pela sua repercussão histórica àquela realizada para produzir uma mudança concreta em uma circunstância conjuntural.

1. há políticos mais preocupados em preservar uma certa *pureza ideológica*, aguardando a hora, correndo o risco desse momento nunca chegar;
2. há políticos capazes de *mudar o possível no sentido das suas convicções*, fazendo acordos com quem for necessário, para serem eficazes e eficientes;
3. haverá outros capazes de *renunciarem logo às suas convicções* para se manterem no poder.

Existe uma quarta dimensão em todo processo político: o *tempo*. As identificações políticas nunca são algo fixo. Só existem em certos contextos e situações históricas.

Em cada uma das dimensões mencionadas se muda com o tempo. Os lugares ocupados pela esquerda, pelo centro ou pela direita no peronismo, a relação com as concepções de economia e de democracia, as noções de resistência, de governo, de unidade nacional e muitas outras mudaram, assim como em todas as forças políticas.

Capacidade Hegemônica

Alexandre Crimson se refere à *hegemonia* no sentido dado por Antônio Gramsci de articulação de alianças capazes de permitirem o direcionamento intelectual e moral da sociedade, a construção de um consenso, renunciando àquilo considerado não essencial, para preservar o essencial. É uma contribuição crucial para pensar a política como construção de consenso e consentimento, como lutas desenroladas no senso comum, ao nível das crenças e dos hábitos dos cidadãos e das instituições.

“A maior ou menor capacidade de liderar articulando heterogeneidades, fazendo concessões para preservar os objetivos e a direção principal da política ou do governo depende de vários fatores. Obviamente, muitos deles são ‘independentes da vontade’: contexto econômico e político internacional, recursos e qualidades dos adversários políticos, processos econômicos, sociais e culturais da própria sociedade”.

A questão da eficácia dos projetos políticos implica uma análise da sua *capacidade hegemônica*. Isto não pode ser colocado fora da situação entre esquerda-direita, alto-baixo, purismo-pragmatismo.

As realidades econômicas e os contextos internacionais mudam incessantemente. Logo, juntos com eles, mudam os estados de espírito das sociedades e mudam os pontos de articulação da capacidade hegemônica.

Quanto à tensão entre “purismo” e “pragmatismo”, vivemos em uma “Era Pragmática”. As sociedades celebram resultados em vez de dogmas.

A *capacidade hegemônica* é uma verdadeira arte. Não tem receitas nem manuais fora da situação histórica. Por exemplo, alguns políticos acreditam: onde existe polarização entre candidatos mais progressistas e mais conservadores, cada um deveria mover-se para o centro em uma tentativa de *catching all*.

Para Macri, o seu movimento eleitoral em direção ao centro em 2015 funcionou. Macri ganhou as eleições em um país sem estar nem remotamente disposto a embarcar na experiência econômica

neoliberal. O adotado "gradualismo" foi, no início, a aposta em não perder em segundos a capacidade hegemônica do novo governo.

Alexandre Crimson apresenta três problemas.

No primeiro, acredita-se os restantes fenômenos políticos serem fáceis de explicar.

No segundo, tenta-se dar uma interpretação do peronismo, no singular, quando na realidade o peronismo só pode ser entendido no plural.

No terceiro, o objetivo é esclarecer *o peronismo* sem perceber a sua contraparte, *o antiperonismo*, ser tão difícil de interpretar como ele.

O que é fascinante no peronismo é ele ostentar a sua *complexidade*. Outros analistas, porém, buscam o enquadrar na linha esquerda-direita e o consideram idêntico ao longo do tempo.

Assumem a presunção de esquerda-direita ser algo como uma organização "normal" de distribuição política, logo, *o peronismo seria uma anomalia*. No entanto, esta presunção não é verificada como uma verdade universal na América Latina. Então, ela é considerada uma exceção, sendo os "populismos latino-americanos" uma coisa muito estranha.

Talvez esquerda-direita não sejam categorias úteis caso se pretende serem absolutas – e não relativas e/ou circunstanciais. Os termos políticos mais poderosos são transformados historicamente. Apresentam heterogeneidade entre países e até dentro de um mesmo país, *o que nos remete ao peronismo*.

O peronismo, como termo local, seria incompreensível porque não "se enquadra" na definição global de ideologias.

"Nacionalismo" também não é monopólio da "esquerda" na América Latina. A oposição entre nacionalistas e liberais atravessou boa parte da história e, na verdade, está relacionada com *a tensão peronismo-antiperonismo*.

Houve fortes projetos e políticas nacionalistas de direita, por vezes ligados ao catolicismo. Houve também nacionalismos com processos redistributivos de esquerda.

Pior, as tendências autoritárias e totalitárias não são monopólios de esquerda nem de direita. Seria a esquerda democrática, nacionalista em sentido não exclusivista, cosmopolita no sentido internacionalista?

Essa ou outras definições “perfeitas” podem ser uma escolha de todos. Mas essa idealização não existe quando se discute com a experiência histórica, com os políticos realmente existentes e com a forma como são percebidos pela sociedade.

Tal como o liberalismo, o comunismo ou o socialismo, o peronismo nunca teve um único significado na vida política real. Só pode ser compreendido a partir de uma definição se a sua heterogeneidade constitutiva for destruída.

Isto leva Alexandre Crimson à sua *tese relacional*: “não existe *peronismo* tal como o conhecemos sem *antiperonismo*. O peronismo-antiperonismo é uma configuração relacional, um modo de divisão, uma linguagem e uma forma de conflito. O antiperonismo esteve presente no nascimento do peronismo e vice-versa. Nem um nem outro devem ser lidos em termos esquerda-direita”.

Em uma visão eurocêntrica, *o peronismo era visto como uma anomalia argentina*, um defeito irracional, ao qual se poderia atribuir uma série de conceitos como totalitarismo, fascismo, ditadura. Em compensação, no sentido inverso, partiu-se de uma visão idealizada do peronismo, como fosse a encarnação de uma Argentina autêntica.

Outra possibilidade se abre pela leitura de Crimson: analisar *as mil faces do peronismo*, ver suas heterogeneidades, promover outras formas de comparação política. Ao revisar a bibliografia com o objetivo de exaustividade, detectou algumas curiosidades.

A primeira foi ser a Sociologia, de longe, a disciplina mais preocupada em compreender as origens do peronismo. A partir daí, a historiografia passou a dar contribuições cruciais. Mas só com a renovação geracional, nomeadamente no século XXI, o trabalho

historiográfico teve um grande impacto e, em menor medida, uma influência antropológica de forma alguma exclusiva dos antropólogos.

A maior parte das análises do peronismo realizadas pelos argentinos são basicamente *pró ou anti-peronistas*. Alexandre Crimson propõe *um certo distanciamento para pensar*. Permite a quem deseja abordar este fenômeno argentino de forma mais reflexiva e complexa.

Pensa, caso se apoie uma política, também se pode contribuir com análise crítica, apontando erros capazes de corroerem o apoio a um projeto. Também pensa quando um fenômeno político gera repulsa em si mesmo, é fundamental compreender por qual razão desperta o entusiasmo dos outros.

A política não pode ser feita sem pleno conhecimento. Isto inclui também o que é indesejado ou indesejável.

As questões de seu maior interesse são: por qual razão um projeto político é eficaz, obtém apoio e suscita diferentes tipos de apoio? Por qual razão tem legitimidade política, capital eleitoral e capital político? Quem o acompanha, como, porquê, em qual contexto?

Utopia e Julgamento

Houve três matrizes intelectuais a partir das quais foram feitos julgamentos negativos sobre o peronismo. A perspectiva classista ou racista, desdenhosa dos setores populares, nem sequer merece ser refutada. Para simplificar, Alexandre Crimson chama as outras duas tradições, respectivamente, de "liberais" e "de esquerda".

Dentro da matriz liberal, existem todas as críticas ao peronismo baseadas em déficits democráticos e republicanos, incluindo liberdade de expressão, transparência, divisão de poderes etc. A priori, em termos ideais e a partir dos valores democráticos hoje presentes na maior parte da sociedade argentina, *o peronismo clássico apresentava, sem dúvida, déficits relevantes*. A questão sobre o contexto, no entanto, complica a questão.

Em meados do século XX, a noção e as reivindicações democráticas, comuns décadas depois, não estavam de forma

alguma difundidas no mundo. O hoje considerado “déficits democráticos” do primeiro peronismo revela-se antes um déficit da sociedade argentina e da maioria das sociedades da mesma época.

A crítica da “esquerda” está relacionada:

1. à ausência de transformações estruturais, promovidas pelo primeiro peronismo,
2. à falta de autonomia da classe trabalhadora e
3. à recusa em promover a mobilização popular para deter o golpe de estado de 1955.

A crítica esquerdista também opera através de uma comparação entre a *sociedade realmente existente* e uma *sociedade ideal*. Comparar a realidade com a utopia pode sempre ser uma ferramenta útil para promover maiores transformações.

Pior é quando essa comparação é feita a partir da arrogância. Há soberba na certeza de quem exerce a crítica se apresentar como o único a saber construir essa sociedade utópica...

Depois de Perón ser derrubado, a situação dos trabalhadores piorou. A saída diante o peronismo foi muito à direita e não à esquerda.

O problema da matriz liberal e da matriz esquerdista não é apenas as suas críticas serem desinteressantes no abstrato. A dificuldade é serem críticas abstraídas da realidade histórica.

A análise da capacidade hegemônica permite uma crítica do existente com base naquilo possível de ser os fatos históricos. Não é baseado em expressões de “fantasias morais”.

Supostamente, o liberalismo ou o socialismo seriam identidades com respostas a ideologias racionais, com as quais se pode concordar ou discordar, mas elas têm os seus fundamentos lógicos. Por sua vez, *o peronismo escaparia à razão* e seria regido por uma identificação irracional, emocional e afetiva entre povo e líder.

O peronismo, e mais tarde o kirchnerismo, são categorias de identidade política. Envolvem emoções de alta intensidade,

relacionadas ao amor, ao carisma, à ilusão, à melancolia, ao sofrimento.

A identificação dos seguidores com o líder implica os seus infortúnios serem vividos como se fossem seus e despertarem tristeza, ódio ou depressão, assim como os seus triunfos podem causar o contrário: alegria e euforia. Somente essas emoções não se opõem à racionalidade.

Segundo Crimson, “não existem identidades políticas de massas vazias de afetividade. Não há processos sociais fora do afeto. Não existem sequer racionalidades políticas nas quais as emoções não estejam em jogo”.

Esses rituais e pertencimentos têm relações complexas com as racionalidades dos meios para os fins e com as ideologias. Não é fácil para ninguém se distanciar ou romper com um grupo de amigos como o qual sempre se fez *política*, isto é, ações coletivas.

Não há nenhum processo relevante na história do peronismo possível de ser compreendido a partir de um único ponto de vista. É necessário olhar para ele de vários ângulos.

Na verdade, a *multidimensionalidade da política* é geral. Não é algo peculiar ao caso peronista.

Identidade, Bom Senso e Relações de Poder

No seu livro, Alexandre Crimson distingue três níveis de análise para compreender situações políticas. Essas três dimensões constitutivas às vezes se confundem.

Em primeiro lugar, existem *os atores políticos*. A rigor, são os líderes ou forças capazes de liderar uma situação, com os seus capitais eleitorais e políticos, as suas capacidades de influenciar os acontecimentos no curto e médio prazo.

Em um extremo, poderá haver governos poderosos com oposições dispersas. Em outro cenário extremo, há governos com pouco capital político e com uma oposição se preparando para governar.

Em segundo lugar, de forma relativamente autônoma, existe a *relação de forças entre componentes sociais*. Na linha tradicional, seria a “relação de forças entre as classes”. Continua válida, mas não é exaustiva, porque hoje há vários movimentos sociais identitários como o feminismo, os povos originários, os movimentos pelos direitos humanos, ambientais, estudantis, LGBTQI, entre outros.

A capacidade de um governo impor um plano, bem como a capacidade de mobilização social para ampliar direitos ou enfrentar determinada medida, não derivam de identidades políticas, mas sim dessa *relação de forças*.

Em terceiro lugar, há disputas sobre o *senso comum da população*. Ao mesmo tempo, elas são cruciais na definição das relações de força para alcançar e manter o poder.

A dinâmica política de qualquer situação histórica é o resultado do entrelaçamento destas três dimensões, além dos processos econômicos e das tendências internacionais. Assim, a *emergência do peronismo* implica uma mudança simultânea nos três:

1. nas relações de força,
2. nos sentidos comuns e
3. nas identidades políticas.

Por fim, cabe alertar a *relação dos intelectuais com o peronismo* foi mudando ao longo do tempo. Em mais de setenta anos, o peronismo ou os peronistas adquiriram mil faces. Múltiplos significados, apesar dos quais emergiu em diferentes situações como linguagem e identificação de reagrupamento de oposição ou organização governamental.

A dificuldade de qualquer um dos componentes sociais e políticos em construir uma hegemonia duradoura, bem como a capacidade de cada um em bloquear as pretensões hegemônicas de seus adversários, está localizada no coração da realidade argentina contemporânea. Não se trata de um fenômeno econômico, mas de uma relação de forças na qual a *dicotomia peronismo-anti-peronismo desempenha um papel central*.

Menemismo: Neoliberalismo e Peronismo

Depois de resumir sua Introdução, salto para destacar os pontos mais interessantes para o conhecimento do peronismo contemporâneo no sexto capítulo do livro de Alexandre Grimson, *O que é peronismo?*

Carlos Saúl Menem Akil (1930-2021) foi presidente da Argentina entre 8 de julho de 1989 a 10 de dezembro de 1999. *Antes dele já era difícil compreender o peronismo. Depois ficou ainda mais difícil.*

Os fatos de seu governo parecem ser indescritíveis como parte da história do peronismo para qualquer visão clássica das suas três bandeiras históricas: *independência econômica, soberania política e justiça social.*

Menem governou durante dez anos com o apoio da maioria dos dirigentes sindicais, dos governadores e da PJ, uma década na qual conseguiu uma destruição sem precedentes da indústria argentina, dos direitos dos trabalhadores e da proteção social feita pelo Estado. O *menemismo*, como uma das formas históricas adquiridas pelo peronismo, só pode ser compreendido a partir da especificidade de uma época global e nacional.

Pode ser difícil compreender como um governo peronista governe contra a sua orientação original. O menemismo venceu em 1989 com a promessa de um “salário elevado” (em oposição às “taxas” habituais) e de uma “revolução produtiva”. Nos seus dez anos, chegou a privatizar a petrolífera YPF, triplicou o desemprego e aumentou a desigualdade.

Na época, houve outras “deserções ideológicas”, anos antes ou depois, com partidos da (ou inspirados na) social-democracia europeia convertidos em um neoliberalismo anunciado falsamente como “culturalmente progressista”. O caso argentino foi extremo porque à direita do menemismo não havia outro projeto, nem em termos econômicos, nem em termos de direitos humanos, nem em qualquer outro aspecto.

A questão mais difícil de resolver, é entender por qual razão as bases históricas e populares do peronismo apoiaram o menemismo e

foram leais no seu voto. Menem não foi eleito apenas em 1989, ele também venceu as eleições legislativas de 1991 e 1993, e foi reeleito em 1995.

Não é verdade a vitória eleitoral de Mauricio Macri ter sido o primeiro sucesso nas urnas de uma força de direita na Argentina. O que representou a candidatura de Menem em 1995, aliada à direita argentina, alinhada às políticas dos Estados Unidos e do FMI?

A novidade de Macri é outra: pela primeira vez um icônico empresário argentino chegou ao poder apoiado por uma força não peronista. A primeira vez, quando a direita foi eleita para governar na Argentina através do voto, aconteceu em 1995. A primeira eleição presidencial de Menem não conta assim porque naquela ocasião ele concorreu e venceu com as clássicas bandeiras-de-luta peronistas.

Por qual razão camadas populares votaram contra os seus interesses? Nesta perspectiva, em todos os tempos e regiões, os eleitores populares teriam interesses "objetivos": mais emprego, mais salários, maior igualdade, menos concentração de riqueza.

Nessa definição "objetivista", os interesses seriam sempre predefinidos. Deste ponto de vista, evidentemente, as políticas do menemismo atacaram os interesses populares.

O problema é: entre a forma objetivista de definir interesses e as formas subjetivas de concebê-los existe um abismo epistemológico intransponível. O voto popular não pode ser explicado através de visões objetivistas.

Fora dessa perspectiva, entre as explicações habituais para o voto no menemismo, Grimson cita quatro. A primeira explicação é existir uma lealdade histórica do voto popular ao peronismo.

A segunda e a terceira explicações são, pelo contrário, instrumentalistas. Um deles é o "voto dolarizado", segundo o qual os eleitores estavam cativos, especialmente em 1995, da *convertibilidad*, embora não necessariamente apoiassem essa política: haviam feito compras parceladas, em dólares, e estavam aterrorizados de haver o colapso do sistema "um peso, um dólar" – e terem de pagar mais pesos nas futuras prestações.

A terceira é a chamada “crise da tequila”, iniciada no México em 1994 e com repercussão mundial, gerou temores de instabilidade na população argentina. Diante desse panorama, Menem apareceu para muitos como “um bom piloto de tempestades” ou pelo menos preferível às alternativas realmente existentes.

A quarta explicação é mais complexa e traz uma contribuição relevante. Refuta o conceito comum de *clientelismo*.

O chamado de “clientelismo político” é, na verdade, constituído por *redes locais de afinidade, afeto, lealdade pessoal e parentesco*, todas implicam mecanismos de reciprocidade. Na abordagem mais tradicional, o clientelismo costuma ser entendido como a troca de favores por votos, onde os favores circulariam em uma direção e os votos em outra.

A desvantagem é esta leitura equiparar a entrega do voto a uma “venda”, a um ato comercial. A Antropologia, ao contrário, aponta a diferença entre relações de reciprocidade e comércio: na primeira não há *simultaneidade*, como em qualquer transação, mas sim um certo tempo decorrido entre uma ação e outra.

Nas relações recíprocas, um dia o líder clientelista resolve questões relacionadas a medicamentos, outro dia vagas na escola, depois consegue algo relacionado a água ou moradia. Entretanto, ele precisa de apoio, participando em uma eleição. Assim, os líderes garantem o voto não através de fraude, mas sim através de uma relação social de interesse.

Existem laços emocionais e lealdades pessoais nesta circulação. Não se trata de um contrato de favores em troca de votos possível de ser facilmente quebrado, mas sim de um vínculo mais forte, justamente por ser uma relação pessoal.

Na verdade, as grandes revoluções do século XX, como a russa, a chinesa ou a cubana, nunca tiveram motivações abstratas como as ideológicas para as massas populares. Foram sim ligadas às urgências quotidianas.

Estas tensões entre o curto e o longo prazo em relação aos interesses não têm ligação com as teorias contrastantes entre o “populismo” – “pão para hoje, fome para amanhã” – e o

“desenvolvimentismo” – um “plano racional” com “fome para hoje, pão para amanhã”. Na verdade, o *imediatismo* não é uma característica particular de uma classe social, mas é transversal a todas as classes.

Se sair da desintegração hiperinflacionária de 1989-1990 e reduzir a pobreza era algo entendido pelos populares como parte dos seus interesses, afirmar o seu voto no peronismo expressava basicamente comportamentos eleitorais de lealdade cega implica não compreender como eles viveram aquele contexto histórico específico. Lá, como talvez agora, podem pressupor a dolarização ser uma solução imediata para “sair do sufoco”!

Embora o nível da dívida interna e externa seja uma questão crucial para as políticas públicas, é uma questão muito abstrata para as pessoas comuns. As enormes variações nos valores da dívida – atingiram um máximo em 2001, atingiram um mínimo nos últimos anos do Kirchnerismo e aumentaram com novas dívidas durante o governo de Macri a uma velocidade surpreendente – não são aquilo capaz de impulsionar a mobilização social.

A sociedade fica mobilizada, feliz ou indignada com a forma como os níveis de emprego, os salários reais, a percentagem de pobreza, a taxa de criminalidade, a qualidade da educação, da saúde e dos transportes impactam a sua vida. Isto é importante entender porque Menem reduziu a taxa de pobreza durante parte do seu governo.

Saber como terminou a convertibilidade peso=dólar com a crise de 2001 não é suficiente para compreender a persistência do apoio ao “um para um”. Ao lembrar esse contexto, é muito fácil decifrar porque em 2015, com a eleição de Macri como presidente, a Argentina não regressou aos anos 1990 depois com o apoio à *reeleição do neoliberalismo*.

Era outro mundo, embora houvesse semelhanças notáveis em certas políticas e na orientação ideológica do governo. Será agora, em novo sufoco popular, ser possível voltar o apoio popular à dolarização da economia argentina, mesmo sem fundamentos econômicos para a sustentar em longo prazo?

Convertibilidade e Dolarização

Os dez anos do governo Menem devem ser separados em duas etapas. Desde a sua instalação em 1989 existe uma fase crítica e conflituosa até ao estabelecimento da convertibilidade em 1991. Depois, esta medida alcançou estabilidade econômica e política durante uma década.

Naqueles anos, “estabilidade” era uma palavra-chave na política, no jornalismo e nas ruas. Abrangeu momentos de crescimento do PIB, crises e, no fim, uma recessão extensa.

A partir de então, com a fuga para o dólar como reserva de valor, a oposição emergente do desgaste do menemismo e das divisões do peronismo prometeu manter a convertibilidade. Hoje, o anti peronismo retoma essa promessa de “solução fácil”!

A inflação constante da história argentina não tem comparação com os episódios hiperinflacionários. Estas últimas implicam a destruição da crença social na moeda nacional.

Desde a década de 1930, a história econômica argentina foi marcada pela abundância ou escassez total de divisas, dependendo dos processos internacionais e nacionais. Na Argentina, instalaram-se as memórias de crises quando a classe média ou média alta perderam todas as suas poupanças e daí passaram a ter a ansiedade em preservar acima de tudo *o valor da moeda como reserva de valor*, mesmo sendo em moeda estrangeira.

O *Rodrigazo* em 1975, a crise de 1982, a crise hiperinflacionária de 1989-1990, a crise social e política de 2001-2002 são memórias sem reparação possível como um trauma cultural. A compra de dólares é um recurso há décadas para garantir de alguma forma a reserva de valor.

Como os pequenos poupadores não confiam no sistema bancário, armazenam dinheiro fora dele. Tradicionalmente, existia a expressão “guardar o dinheiro debaixo do colchão”, mas com o tempo as táticas tornaram-se mais sofisticadas. Uma fração minoritária, mas com enorme capacidade de aquisição de divisas, envia o dinheiro para contas no exterior, estimado entre 200 ou 400 bilhões de dólares fora do país.

Outro mecanismo clássico são os cofres bancários, ou seja, locais seguros, onde nem o banco nem o tesouro podem saber se ali há dinheiro ou em quais montantes.

Apesar das desigualdades nos valores de aquisição e nas formas de salvaguarda, as crises recorrentes fizeram os argentinos ter conhecimento da cotação paralela do dólar diariamente.

Na hiperinflação de 1989, os trabalhadores tentaram comprar alguns dólares com o salário, para vender semana a semana e ter algum dinheiro no final do mês. Apenas os grandes investidores compram aos milhões, mas o dólar interessa a todos, quer comprem ou não.

Portanto, diferentemente da maioria dos países, o preço é anunciado em noticiários de rádio e televisão. É importante porque é lido, certa ou erradamente, como um indicador sobre o presente e o futuro. "Ele é o oráculo dos argentinos", segundo Crimson.

Se ganha quem aposta no dólar é porque o país vai mal. Se os governantes garantem "quem aposta no dólar perde", cresce a sensação de algo estar errado – e quem pode corre para comprar a moeda estrangeira.

Os argentinos pensavam em dólares muito antes de Cavallo projetar a conversibilidade. Neste quadro cultural, o "um por um" tentou tornar a situação previsível ao proibir por lei a desvalorização do peso.

Ficou estabelecido cada peso ser "conversível" no mesmo valor em moeda estrangeira. A princípio, a medida pareceu bem-sucedida.

Foi uma solução *sui generis*, sem a dolarização ter abolido a moeda nacional, mas com a renúncia de intervir no câmbio. O Estado argentino gerou confiança porque prometeu não estabelecer variações no valor da moeda no futuro. A inflação caiu e O Mercado comemorou.

Como o movimento operário estava derrotado e o desemprego elevado, a pressão salarial foi baixa. Gerou-se uma certa previsibilidade e acreditou-se a situação durar para sempre.

Mas o dólar, fixo e imóvel, deixou de responder como um oráculo às questões sobre o futuro. Mesmo quase sem inflação a imprevisibilidade reapareceu do lado do desemprego, depois por uma recessão extensa e, por fim, se refletiu no *novo oráculo chamado "risco país"*, determinante do custo do endividamento ou refinanciamento externo.

No fim de 2001, após mais de três anos de recessão, com grande perda de reservas do Banco Central e sem o apoio internacional trazido pelos dólares, Cavallo impôs o "corralito". Proibia sacar mais de 250 pesos ou dólares em dinheiro dos bancos por semana.

Quando essa estratégia não funcionou, o mercado de câmbio impôs uma desvalorização. Milhares de pessoas ficaram aterrorizadas porque tinham depósitos bancários antes cotados em dólares e depois sacados na moeda nacional desvalorizada. Outros tinham contraído empréstimos bancários na moeda estrangeira e pagariam com os pesos recebidos como salários.

Após a renúncia de De la Rúa e a sucessão de outros três presidentes em poucos dias, o governo interino de Duhalde estabeleceu em 2002 a "pessificação assimétrica". Procurou evitar ou amenizar o impacto desse conflito e, supostamente, beneficiaria devedores e credores.

Os devedores pagariam com o peso da paridade um a um, como se não tivesse havido desvalorização, e os credores cobriam com peso de 1,40 ou diretamente em dólares. A diferença abismal seria suportada pelo Estado.

O detalhe relevante foi: não havia dólares no país e por isso o governo, como tantas outras vezes, impediu os poupadores os sacassem dos bancos. Isso foi chamado de "*corralón*", em homenagem ao *corralito*.

Perante cada um dos desastres sociais causados por estas políticas neoliberais, os economistas encontraram uma solução: *aprofundar estas políticas!* Pior, grande parte da sociedade, em um quadro de exclusão social sem precedentes, manteve a ilusão de encontrar uma saída sem destruir o contrato convertível. A questão é *como isso foi possível*.

Existiram *cinco condições históricas*, de natureza político-cultural, necessárias para o surgimento do Menemismo com as suas características específicas.

A primeira trata-se da *proximidade temporal com a ditadura militar*, encerrada apenas seis anos antes do início do governo Menem. Com o desaparecimento físico de uma geração de quadros, militantes e ativistas, grande parte deles delegados sindicais, havia ainda limitada capacidade militante, pensamento e ação estratégica para gerar alternativas naquele momento histórico específico.

A segunda refere-se às *consequências culturais da Guerra das Malvinas*. Aceitou-se o nacional ser militar e o militar ser ditatorial, separou-se "democracia" da "nação". A grande maioria das pessoas passou a considerar relacionado com a nação e o nacionalismo ser militar, ditatorial, repressivo, autoritário, belicoso, irresponsável, enfim, uma tentativa de manipular os sentimentos da população.

Melhor seria fugir da moeda nacional! A narrativa da convertibilidade era outra forma de nacionalismo presunçoso. Propagou a ideia de entrar no Primeiro Mundo, mobilizou sentimentos antigos e fundadores de uma Argentina pró-europeia, de orgulho por um país cujo destino estava na adoção do dólar, uma moeda universal!

A terceira foi *os efeitos culturais da hiperinflação*. O símbolo da economia, da nação e do câmbio evaporava-se das mãos de forma constante e vertiginosa.

Foi uma experiência de desintegração da sociedade, destruição dos laços sociais básicos e da confiança mais básica, cujos efeitos culturais acompanhou o surgimento do Menemismo. O espectro hiperinflacionário gerou as condições para a maioria dos argentinos apoiar, através do seu voto ou da sua passividade, *o sistema de convertibilidade*, ao custo de aumentar a dívida externa do país para níveis astronômicos. A convertibilidade estava inextricavelmente associada à "estabilidade".

A quarta condição, à qual deve ser dada suficiente relevância, é *a queda da União Soviética e do Muro de Berlim em 1989*, ano da tomada de posse presidencial de Menem. Aquele avanço ideológico e

cultural teve efeitos no país, reforçando a concepção de o capitalismo era a forma de organização "natural".

O discurso único era esmagador: a economia tinha de ser gerida "tecnicamente", as ideologias estavam mortas, a globalização neoliberal era inevitável. Teria ocorrido o fim da história, das nações, das classes sociais, das utopias.

Na Argentina, em 1989, o novo governo peronista parecia encarnar esse fim como ninguém, porque foi seu partido de raízes populares e sindicais dizendo a fase dos conflitos ter ficado para trás. Só os "loucos" ou os "anacrônicos" poderiam afirmar, no início da década de 1990, o Consenso de Washington ser contingente e a sua capacidade hegemônica um dia se extinguiria.

Durante esses anos, qualquer defesa do papel do Estado, da sua regulação econômica, do seu papel distributivo, parecia um anacronismo ridículo, como velhas frases. Muitos dos mais importantes intelectuais acreditavam a globalização, o fim do Estado, das Nações, das fronteiras, tudo isso era inevitável.

Resta analisar uma quinta condição cultural e política para o surgimento do Menemismo. Mesmo neste cenário ideológico, durante o ano de 1990, ocorreu na Argentina uma forte resistência social ao programa neoliberal.

Como parte do "encolhimento do Estado", o governo Menem atacou as ferrovias, fechando filiais e demitindo trabalhadores. Houve *uma grande derrota sofrida pela mobilização social* na Argentina em 1990.

A derrota dos ferroviários e telefônicos foi análoga a outros grandes fracassos das lutas sociais as quais mudaram a situação política. Entre outras, houve a emblemática greve fracassada dos mineiros britânicos contra Thatcher.

O thatcherismo não teria existido como se propagou sem esse retrocesso nas lutas sociais e sem o seu triunfo nas Malvinas. Estranhamente, as Malvinas foram o oposto na Argentina e na Grã-Bretanha, mas em ambos os casos tiveram a consequência imediata da *consolidação do neoliberalismo*.

Ao referir-se a estas cinco condições, a intenção de Alexandre Grimson não é apenas perguntar por qual razão o neoliberalismo triunfou na Argentina. Na realidade, o neoliberalismo, com uma revolução conservadora ou com a “terceira via”, triunfou em toda a América e na Europa, mas na Argentina ele atingiu certos extremos não alcançados em outros lugares. Pior, o governo executor do projeto manteve o apoio dos setores e trabalhadores mais humildes!

Peronismo na Oposição

A política é uma arte estranha na qual nem sempre é preciso responder com as armas propostas pelo adversário. Os governos são precisamente eficazes não quando impedem a oposição, mas quando conseguem garantir o debate se desenrolar nos termos propostos pelo próprio governo.

Os peronistas, como oposição ao governo Macri, relacionavam os seus diferentes equilíbrios da experiência Kirchnerista com as suas posições políticas. As três dimensões da política apontadas por Alexandre Crimson na Introdução de seu livro apareceram fortemente em diferentes setores: *esquerda-direita*, *alto-baixo*, *dogmatismo-pragmatismo*.

Por um lado, o importante protesto social contra as medidas governamentais gerou múltiplas figuras de representação sindical ou setorial. Contudo, nesse contraste entre “o baixo” e o “alto”, nenhuma voz poderia tornar-se estritamente política, com *capacidade hegemônica*, se permanecesse no espaço de protesto.

No plano político, os diferentes equilíbrios estavam ligados a projetos opostos. Boa parte dos governadores e dirigentes a eles ligados consideraram a maioria eleitoral ter sido perdida porque Cristina se desviou demasiado para a esquerda nas suas medidas, visto como sinônimo de *falta de pragmatismo*. O seu poder pessoal, considerado excessivo, também não lhes dava margem de ação.

Tinham a necessidade de negociar e acordar com o governo nacional para garantir os fundos essenciais para evitar problemas graves nos seus territórios. Para eles, no entanto, distanciar-se do kirchnerismo traduziu-se na adoção de uma posição mais adequada com o novo governo neoliberal de Macri. Do seu ponto de vista, a

oposição frontal, o *sectarismo de esquerda* e o *sectarismo identitário* eram idênticos.

Como ficou evidente nas mobilizações sociais, sindicais, de protesto pelos direitos humanos e na imensa mobilização feminista não havia uma identidade política definida no peronismo. A estratégia regida pelo “vamos voltar” gerou mais uma vez dificuldades na articulação das heterogeneidades para um projeto alternativo ao do governo neoliberal.

Mais uma vez, segundo Crimson, surgiu o problema da *capacidade hegemônica*. Ou se enfatiza uma dicotomização das identidades políticas, contrastando os aspectos positivos dos governos peronistas anteriores com os ajustes neoliberais, ou se enfatiza uma coalizão plural ampla e diversificada para defender e expandir direitos.

Daí a *questão da subjetividade* no seu duplo sentido ser tão crucial: a das forças políticas e a dos diferentes setores sociais. Quando derrotadas, as forças políticas enfrentam o desafio de impedir a nostalgia, a melancolia ou a raiva dominarem as suas estratégias.

Devem evitar a catarse e o desprezo pelos eleitores ou cidadãos opositores aos seus governos, na fase final, orientarem as suas intervenções e orientações. Trata-se de recuperar a política em todas as suas dimensões, com toda a sua complexidade, para enfrentar a batalha contra os projetos neoliberais com a maior eficácia possível.

Trata-se também de compreender: lideraram governos com coligações variadas e heterogêneas, porque nem então nem agora existem condições para construir o poder e governar sem um trabalho hegemônico incessante. A *heterogeneidade constitutiva da sociedade* coloca continuamente na agenda a *capacidade de gerar hegemonia*, também para dar um poderoso impulso a uma nova relação com diferentes movimentos sociais e organizações populares.

Tudo isto é essencial para revitalizar as forças políticas fortemente afetadas pelos processos de gestão e pela lógica de cima para baixo. Alexandre Crimson é um ótimo cientista político com lições a serem aprendidas também pelos brasileiros.

Capítulo 5. Anti Populismo

Neoliberalismo contra Populismo

“A crise vigente na Argentina seria o resultado de *decisões mal planejadas e apostas equivocadas* há um século. Elas remontam, pelo menos, a partir dos anos 30 do século XX, quando o país florescia como uma ‘nação europeia’ em plena América do Sul e era tido como a grande potência emergente da região”. Essa é a opinião aparentemente óbvia, propagada por uma jornalista de “O Globo” para o público leitor brasileiro.

Para tentar explicar as razões desse futuro promissor argentino ter naufragado, a jornalista Janaína Figueiredo lançou o livro “*¿Qué pasa, Argentina?*” (Globo Livros, setembro de 2023). Figueiredo, correspondente de “O Globo” em Buenos Aires desde 1999 e moradora no país vizinho desde 1985, retrata no livro aspectos sociais, humanos, econômicos e culturais da Argentina com base na própria experiência dos mais de 30 anos como moradora de Buenos Aires.

“A ideia de escrever o livro é a de ajudar o leitor brasileiro a entender um pouco como a Argentina chegou à situação vivenciada hoje e estabelecida após *a sucessão de erros reiterados de descontrole fiscal, protecionismo e populismo político*”, disse Figueiredo ao Valor (29/09/23). “Esses erros se enraizaram há sete ou oito décadas e explicam como chegou ao quadro crítico atual de *aumento da pobreza, com redução de competitividade, de empregos e escassez crônica de dólares*”.

Em um mergulho na história argentina, desde a fundação do Estado, passando pela ascensão de Juan Domingo Perón, em 1946, o livro detalha a construção do DNA político argentino, marcado pelo chamado pela autora de “pecado original” do país. “A Argentina sempre teve a compulsão de gastar mais além do possuído”, afirma com a ótica da dona-de-casa.

“Um dos aspectos comuns de sucessivos governos argentinos tem sido o do *autoboicote*. É um tipo de comportamento necessitado de ser estudado não por sociólogos, mas por psiquiatras.”

Se fosse simples assim o ajuste fiscal, a pergunta óbvia é: por qual razão nenhum governo de diferentes características políticas o fizeram antes? Carlos Menem, por exemplo, não cortou todos os gastos sociais e travou o governo com a Lei da Conversibilidade?

A decadência da economia argentina, registrando em setembro de 2023 uma inflação anual de 138%, sofre com a cada vez mais profunda baixa em suas reservas internacionais e vê sua economia se reduzir ano após ano. Socialmente, tem resultado em um empobrecimento crônico da população.

Figueiredo afirma: se os programas sociais fossem descontados dos cálculos oficiais, o índice da população abaixo da linha de pobreza estaria muito acima dos 40,1% anunciados pelo órgão de estatística do governo.

“Os argentinos reclamam o tempo todo do lugar onde nasceram (...). ‘Este país não tem solução’, ‘A inflação é insuportável’ etc. Contudo, eles amam incondicionalmente a Argentina”, relata Figueiredo em uma parte do livro. “Muitos vão embora porque não encontram outro modo de ganhar a vida. Mas sofrem – e como sofrem! Sentem falta de tudo: da comida, dos amigos, da família. Os afetos são para os argentinos um pilar essencial em suas vidas.”

Vou fazer aqui um breve resumo de outra ótica. É justamente crítico ao *atávico antipopulismo das elites*.

Breve História do Antipopulismo

O livro *Breve Historia del Antipopulismo: Los intentos por domesticar a la Argentina plebeya de 1810 a Macri* (1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2021) de autoria de Ernesto Semán contrasta com a visão neoliberal dos críticos sistemáticos do populismo. Ele mostra como “o passado perpétuo” marca ainda o presente dessa postura crítica.

Desde o século XVI, o Tribunal da Inquisição com sede em Lima (Peru) estava comprometido com a imposição da fé católica na América. Não se tratava apenas de converter indígenas em cristãos.

Mostrava-se preocupado com a contaminação religiosa, trazida da própria Europa para o outro lado do Atlântico, penetrar nas suas margens menos vigiadas. Desde 1601, insistia na necessidade de controlar as frotas portuguesas, pois, com a sua influência “judaizante”, saíam de Lisboa e chegavam a Buenos Aires tripuladas por flamengos, fossem judeus, protestantes ou mouros, alheios ao catolicismo, refugiados da Inquisição espanhola e da portuguesa, para obterem liberdade religiosa nos Países Baixos.

A partir de limites geográficos ou sociais, o perigo de ideias encorajadoras da sedição continuou a assombrar o equilíbrio básico da ordem nos séculos seguintes. *A obsessão das autoridades e das elites políticas ou religiosas com este perigo* acentuou-se quando esta vaga área no sul do continente deixou de ser a parte remota de um vice-reinado e se tornou a capital de um novo.

Por vezes, como durante grande parte do século XIX, os alicerces daquela Nação eram tão precários a ponto de *a ameaça à ordem tornar-se a própria ordem*. Outras vezes, como por volta de 1920, 1945 ou 1970, as “forças obscuras” colocavam em risco a harmonia da nação ao sair do controle e romper o equilíbrio interno em busca de maior participação das massas nas decisões políticas, na ampliação de direitos ou na distribuição da riqueza.

A ideia de barbárie sempre apareceu na linguagem de quem se sente intimidado e promete corrigir esses desvios “populistas”. Mas na advertência fundadora da Argentina moderna – de a Nação estar ameaçada por um *mundo plebeu espectral* e de as elites terem de conter, suprimir ou corrigir essa ameaça – sempre houve uma aposta em um futuro redentor.

Esse futuro redentor teria se tornado realidade, em 2015, quando Juntos pela Mudança se tornou a primeira coligação de direita fora do peronismo a chegar ao poder, eleitoralmente, com base em *uma agenda antipopulista e neoliberal*. Mauricio Macri, o primeiro representante das elites argentinas a vencer eleições democráticas, desde sempre, governou durante quatro anos com lealdade suicida ao mandato de *corrigir o pecado original da política de massas*.

Os obstáculos ao progresso, é claro, teriam sido o resultado da existência do *populismo*. O colapso daqueles quatro anos neoliberais mostrou a realidade do progresso ser bem mais complexa. Na *visão antipopulista*, concluiu-se: “aquele país plebeu não conseguia tão facilmente ser banido”.

Segundo Ernesto Semán, “não existe antipopulismo, existe antipopulismos”. Aqueles só capazes de ver um problema na relação entre as massas e a política tinham apenas esse ponto em comum:

- os *conservadores* procuram regressar a um passado de glória perdida,
- os *liberais* são persuadidos da necessidade de avançar para uma economia moderna para o progresso do país,
- os *democratas* apontam o respeito pelas instituições democráticas como um requisito para acordos sociais sustentáveis,
- os *marxistas* estão sempre convencidos de os trabalhadores terem capacidade hegemônica de sustentar o seu projeto de emancipação sem alianças sociais capazes de distorcerem os seus interesses,
- os *nacionalistas* reafirmam uma união indestrutível entre a Igreja e a Nação.

A lista parece inesgotável porque a lista de preocupações é igualmente extensa.

A questão central deste ensaio de Ernesto Semán é *como, no último meio século, uma forma específica de antipopulismo, com uma carga neoliberal e conservadora, prevaleceu sobre as restantes*.

Há uma história curta e uma longa história ali.

A *longa história* é a forma como as elites imaginaram o lugar das massas na política ao longo da história nacional desde 1810. O desejo de inclusão social forçou-os a seguir caminhos tortuosos para imaginar como poderiam ser incorporados sem prejudicar o *status quo* capaz de manter essas elites no topo.

O antipopulismo baseou-se (e deformou) uma extensa tradição de concepção de formas políticas nas quais os gaúchos, os trabalhadores ou os pobres tivessem uma inserção no sistema, caso essa inclusão não colocasse a liderança das elites em risco. Esse equilíbrio precário precisava ser reconstruído periodicamente e teve duas rupturas na história moderna: uma na segunda década do século XX com o triunfo do *radicalismo*, o outro em 1945 com a *ascensão ainda mais perturbadora de Perón*.

A *história curta* remonta à crise do modelo de crescimento industrial. Começou com o nascimento do próprio modelo, mas se radicalizou a partir do início da ditadura militar de 1976.

Nesse período, outras críticas valiosas ao *populismo* – e ao *peronismo* em particular – perdem destaque ou relevância na discussão nacional. Afinal, o *antipopulismo* se torna quase sinônimo de parte do *liberismo econômico* (neoliberalismo) argentino.

Quem nomeia conquista

Nomear, em português, tem um duplo significado: fazer a nomeação de alguém para algum posto, cargo etc. ou citar o nome de alguém ou mencionar alguma coisa pelo nome. Ernesto Semán se utiliza desse segundo para designar quem nomeia “o populismo”.

Afirma: “o ‘populismo’ quase nunca foi uma identidade adotada por algum projeto político, mas sim a combinação de uma descrição, uma categoria e uma acusação contra formas específicas de imaginar a relação entre política e sociedade. Hoje é, acima de tudo, *um conceito utilizado mais como arma* em vez de ser como categoria de análise”.

Com exceções isoladas, entre as quais se destaca a obra de Ernesto Laclau – onde é apresentado com o significado de *legítima demanda social* –, “populismo” significa acima de tudo “um problema a ser resolvido”.

Mas essa coisa problemática existe fora da mente de quem a nomeia?

O populismo latino-americano, como experiência histórica, é a forma dominante de inclusão das classes populares (trabalhadores

urbanos e rurais) na política de massas entre as décadas de 1930 e 1960. Seus exemplos paradigmáticos são o Peronismo na Argentina, o Vargasismo no Brasil e o Cardenismo no México.

Além da *forte representação personalista* – “falar em nome do povo” – todos procuravam uma melhor participação das camadas sociais mais negligenciadas nos resultados da modernização industrial e comercial da economia dentro dos limites do capitalismo do pós-guerra. Todos atenderam à essa demanda social com instrumentos semelhantes:

1. forte intervenção do Estado na economia,
2. nacionalizações,
3. mais e melhores regulamentações trabalhistas,
4. expansão dos benefícios sociais e econômicos,
5. ampla presença dos sindicatos e
6. um controle do líder populista sobre as organizações políticas e sindicais em seu apoio.

Esses “governos populistas” formaram-se em torno de *coligações multiclassistas*: combinavam pragmaticamente doses de confronto e negociação. No centro ideológico do populismo latino-americano está a *noção de direitos sociais*:

1. a crença de certos grupos terem sido sistematicamente privados dos benefícios econômicos da Nação,
2. o governo, compensatoriamente, deve fornecer benefícios, garantias e direitos adicionais a esses grupos,
3. o reconhecimento dos direitos e das qualidades individuais dos seus membros e do desempenho econômico de seus trabalhos.

No caso do populismo latino-americano, estes direitos sociais foram pensados como uma forma de recompor o lugar dos trabalhadores na sociedade e o poder da sua representação – os sindicatos – na política. Alia-se ao ideário da socialdemocracia europeia.

Ernesto Semán indica quase não existirem bons trabalhos sobre o antipopulismo. Com base na amostra de *“Una historia argentina en tiempo real: Apuntes sobre la colonización populista y la resistencia republicana”* de autoria de Jorge Fernández Díaz (1ª. ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Planeta, 2021) concordo com ele: achei-o péssimo tanto em forma quanto em conteúdo!

O tema acaba sendo abordado na boa historiografia sobre o antiperonismo (quantitativamente menos disponível diante do peronismo), sobre a direita e sobre o neoliberalismo.

Argumentos sobre o Antipopulismo

Cinco ideias percorrem este ensaio de Ernesto Semán para questionar essa normalidade “antipopulista”. O argumento central é *a Argentina se basear na invenção de um mundo plebeu ameaçador e na promessa da elite se defender dessa ameaça.*

Daí o próprio nome “antipopulismo” ser enganoso. Sugere uma reação, uma rejeição de algo. Mas esta rejeição é, na verdade, o dispositivo interno de uma visão política totalmente autônoma em relação a essa pressuposta ameaça populista.

Em segundo lugar, *a pré-história do antipopulismo é tão importante quanto a sua própria história.* É organizado em torno de uma ideia de passado com recusa a desaparecer e em busca de reviver teimosamente no presente, deformando-o. É como uma Era de Ouro tivesse sido perdida na Argentina devido à irrupção das massas em algum momento da história.

Outra ideia-comum antipopulista se situa no presente para alertar para os riscos de um regresso ao passado, marcado pela política plebeia e pelas três formas sinistras, deslocadas da zona rural para a cidade:

1. a violência acima do consenso,
2. a centralidade das emoções acima da razão e
3. a lealdade obstinada das massas aos líderes populistas.

O terceiro elemento é o caráter transnacional do *antipopulismo como identidade política*. A Argentina absorveu criativamente ideias do resto do mundo sobre as massas, as suas práticas políticas e o Estado.

O estudo do peronismo e do populismo latino-americano em geral se alimentou pela redefinição dada pelo liberalismo nos Estados Unidos e na Europa. Da visão de fora sobre *o que Perón representava*, tiraram-se conclusões sobre o que na Argentina não deveria acontecer.

O quarto tema, a articulação capaz de unir o populismo argentino ao mundo, é *o conceito de transição*. Trata-se da ideia de, em diferentes momentos, as massas precisam de alguma forma de orientação para evoluir de forças sociais para sujeitos políticos. Nesse imaginário, o presente deixa de existir a não ser como um momento de confusão para as massas, manipuladas por algo ao qual elas não conseguem compreender.

Na Argentina em particular, a interpretação da adesão dos trabalhadores ao peronismo em 1945 como produto da insegurança e inexperiência política dos trabalhadores recém-chegados à cidade dominou as Ciências Sociais durante décadas. Ainda hoje é uma forma simplória de contar a história nacional.

Finalmente, o antipopulismo tem sido sobretudo a tentativa de produzir um ajuste cronológico da Argentina e uma adaptação do seu consenso fundamental às mudanças ocorridas no mundo desde a década de oitenta do século XX.

Esta formulação apresenta dois paradoxos.

Um é o antipopulismo ter se tornado mais forte quando o populismo, como experiência histórica, desapareceu juntamente com a sociedade industrial na qual germinou.

Outro, na direção oposta, a partir da década de 1980, alguns legados do populismo do pós-guerra teriam sido combinados com a luta social da geração 68 para produzir o "*complexo direitos humanos-direitos sociais*" – e este se tornou *o verdadeiro inimigo contemporâneo do antipopulismo*.

Na Argentina, o consenso social progressista foi organizado em torno da ideia de a democracia só poderia ser validada caso satisfizesse *uma aspiração igualitária da sociedade*. Nesse sentido, o legado populista foi tão ou mais poderoso diante da experiência populista prévia na qual se inspirou.

No entanto, desde 1983, quando ditadura argentina terminou com a eleição de Raúl Alfonsín, o antipopulismo passou a proclamar a Argentina estar contra o tempo e o mundo. O triunfo de um consenso profundamente neoliberal seria a única atualização possível. Esse dia chegou em 2015 com a eleição de Macri – e fracassou.

Esse último período começa então com a restauração democrática em 1983 e termina em 2019. É o período no qual o antipopulismo adquire os seus perfis mais definidos.

Nas últimas décadas desta longa história impopular, a ambição de um país livre dos choques da ação coletiva e das exigências e formas plebeias tornou-se mais transparente. A reivindicação do indivíduo como sujeito político por excelência e como agente econômico racional capaz de progredir através do mérito e da razão deixou de ser uma alquimia e tornou-se uma agenda precisa com medidas concretas para destravar a Argentina.

Consequentemente, a retórica sobre o populismo como obstáculo ingovernável teve sua oportunidade de, desde 2015, oferecer o caminho para a cura através da melhoria pessoal e do esforço individual. Mas tornou-se violenta e tóxica contra aqueles incapazes de reconverter-se. Esta combinação refletiu a ascensão e queda da primeira experiência antipopulista em democracia entre 2015 e 2019.

Depois dos primeiros espasmos e tropeços, Macri e Cambiemos já haviam encontrado um universo de empatia com Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil.

“O antipopulismo continuou a falar em nome do futuro. Mas esse futuro já havia chegado e na vida de milhões não teve a franqueza de um sonho, mas sim as marcas de um pesadelo”, conclui Ernesto Semán.

Coda

Um ano depois de terem falado sobre como impedir o regresso do populismo na Argentina, Donald Trump e Jair Bolsonaro lideraram um culto à ausência de vida na qual se fundiram seguidores e mortos. A sociedade elitista, e não apenas a extrema direita, destacou os valores com os quais hoje constrói o seu próprio precipício, reafirmando:

- foram *empreendedores* porque trabalharam como trabalhadores independentes para obter menos estabilidade e rendimento com mais esforço diante de antes como força de trabalho sindicalizada;
- foram *emancipados* porque puderam trabalhar até morrer para serem proprietários;
- eram *livres* porque podiam atirar em outras pessoas.

Na Argentina, no fim de todo um ciclo de duzentos anos, o antipopulismo tornou realidade a atualização cronológica do país e a sua ligação com o resto do mundo, embora de formas inesperadas. Os 40% dos votos obtidos por Macri em 2019, atolado no desastre econômico do seu governo, energizaram o movimento político *Cambiemos* com as características capazes de o unir à extrema direita dos Estados Unidos ou do Brasil.

Libertária, antiintelectual e radicalizada, a sociedade antipopulista, ainda capaz de permanecer de pé na Argentina depois de 2019, pressionou para o país enfrentar a pandemia com as estratégias de Trump e Bolsonaro. Abraçou, ao mesmo tempo, a morte e a liberdade econômica, finalmente unidas na vida cotidiana...

O espaço obtido para os movimentos antipopulistas se expandirem na cena pública foi o desastre do país. Alberto Fernández governou um país neoliberal forjado ao longo de décadas.

A abordagem à pandemia foi oposta à dos Estados Unidos: relativamente estável, construída em torno do consenso mutável da comunidade científica e com foco em salvar vidas e conter os custos sociais da paralisia econômica. Na Argentina, o antídoto para a transformação do sujeito em *consumidor* e do cidadão em *cliente* sempre teve uma matriz populista arraigada.

O desamparo neoliberal foram os sucessores do paternalismo herdado da sociedade de massa. Alberto Fernández compreendeu: *governar é governar contra ele*.

Se os Estados Unidos e o Brasil mostraram as formas psicopáticas desse triunfo da aliança entre o neoliberalismo e a extrema-direita neofascista, infelizmente, também deixaram claro: *afinal, era possível...* Daí surge um candidato, na Argentina, com essa noção de "imolar-se pela liberdade" como um significado literal de propor a morte como salvação.

Fontes

<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/>

[https://www.oecd.org/economy/retrato-economico-do-brasil/#:~:text=Evolu%C3%A7%C3%A3o%20econ%C3%B3mica%20\(Junho%202022\),1%2C2%25%20em%202023.](https://www.oecd.org/economy/retrato-economico-do-brasil/#:~:text=Evolu%C3%A7%C3%A3o%20econ%C3%B3mica%20(Junho%202022),1%2C2%25%20em%202023.)

<https://www.oecd.org/economy/argentina-economic-snapshot/>

<https://www.argentina.gob.ar/economia/finanzas/graficos-deuda>

IMF DATA - *Currency Composition of Official Foreign Reserves (COFER)*:

<https://data.imf.org/?sk=E6A5F467-C14B-4AA8-9F6D-5A09EC4E62A4>

<https://pt.tradingeconomics.com/country-list/foreign-exchange-reserves?continent=g20>

<https://www.infomoney.com.br/colunistas/felippe-hermes/de-sexta-maior-economia-do-planeta-ao-decimo-calote-as-licoas-da-argentina/>

<https://www.joefrancis.info/argentina-in-1800/#more-684>

Marli Olmos. *Nem tudo vai mal na Argentina*. valor.globo.com/brasil/coluna/nem-tudo-vai-mal-na-argentina.ghtml

Cecilia Barría. *É possível dolarizar a economia argentina como propõe Javier Milei?* BBC News Mundo, 15 de agosto de 2023. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd1e9z7n3llo>

Matías Zibell. *Qual é a origem da obsessão dos argentinos pelo dólar?* BBC News Mundo, 2 novembro 2023. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgelrdknqwlo>

Referências Bibliográficas

_____, 'Salários, preços e custo de vida no tardio colonial de Buenos Aires', *Boletín do Instituto de História Argentina e Americana 'Dr. E. Ravignani'* , 2:7, pp.

COATSWORTH, JH (1998) 'Trajetórias Econômicas e Institucionais na América Latina do Século XIX', in idem e AM Taylor, eds. (1998) *América Latina e a Economia Mundial desde 1800*, Cambridge , MA.

FERNÁNDEZ DÍAZ, Jorge. *Una historia argentina en tiempo real: Apuntes sobre la colonización populista y la resistencia republicana*. 1ª. ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Planeta, 2021.

FIGUEIREDO, Janaína *¿Qué pasa, Argentina?* Rio de Janeiro: Globo Livros, setembro de 2023.

GERCHUNOFF, Pablo e Fajgelbaum, Pablo. *¿Por qué Argentina no fue Australia?* novembro de 2019.

GRIMSON, Alexandre. *¿Qué Es El Peronismo? De Perón a los Kirchner, el movimiento que no deja de conmover la política argentina*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2019

IRIGOIN, A. (2015) 'Representação sem Tributação, Tributação sem Consentimento: O Legado do Colonialismo Espanhol na América', Documentos de Trabalho de História Econômica No 227, LSE.

JOHNSON, LM (1990b) 'A história dos preços de Buenos Aires durante o período do vice-reinado', em LL Johnson e E. Tandeter, eds., *Essays on the Price History of Latin America* , Albuquerque, 1990, pp.

MAEDER, E. (1969). *Evolução demográfica argentina de 1810 a 1869*. Buenos Aires.

SEMÁN, Ernesto. *Breve Historia del Antipopulismo: Los intentos por domesticar a la Argentina plebeya de 1810 a Macri*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2021.

Obras do Autor com *links* para *download*

Fernando Nogueira da Costa - *Análise de Complexidade via Consistência entre Fluxos e Estoques* - out 2023

Fernando Nogueira da Costa - *Macroeconomistas Comparados: Keynes X Kalecki* out 2023

Fernando Nogueira da Costa - *Keynes, Filósofo Social* set 2023

Fernando Nogueira da Costa - *Financistas Comparados: Hyman Minsky e Ray Dalio*. setembro 2023.

Fernando Nogueira da Costa - *Aprendizagem Humana com Aprendizagem de Máquina para Abordagem Sistêmica Financeira*. julho 2023

Fernando Nogueira da Costa - *Finanças*. maio 2023

Fernando Nogueira da Costa - *Capitalismo Financeiro Tardio*. maio 2023

Fernando Nogueira da Costa - *Ciclos Históricos Longas Ondas e Tendências Demográficas*. mar 2023

Fernando Nogueira da Costa - *Cartilha de Finanças Pessoais*. 2023

Fernando Nogueira da Costa - Tradução de Clara E. Mattei. *A Ordem do Capital*. nov 2022

Fernando Nogueira da Costa - *Escrituração do Patrimônio Financeiro*. nov 2022

Fernando Nogueira da Costa - *Fatos e Dados contra Mentiras Eleitoreiras*. out 2022

Fernando Nogueira da Costa - *Livro Negro do Desumano*. out 2022

Fernando Nogueira da Costa - *Rede de Apoio e Enriquecimento* set 2022

Fernando Nogueira da Costa - *Von Mises e Ciclo de Crédito*. agosto 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Efeito Rede em Sistema de Contabilidade de Riqueza*. agosto 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Cartalismo e Finanças Funcionais*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – Tradução de *Complexidade e a Arte da Política Pública*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – Tradução de *Grande Reversão Demográfica*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Tempo e Dinheiro em Compras e Vendas a Prazo*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Bancos: Financiamento e Missão Social*. junho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Inflação e Transmissão da Política de Juros*. junho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *La Banca Brasileira – Sistema Bancário Complexo*. maio 2022.

Fernando Nogueira da Costa - *Liberalismo X Esquerdismo*. abril 2022

Fernando Costa. *O Banqueiro Comunista*. Versão Livro. março 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Diagnóstico do Estado Atual da Economia Brasileira*. fev 2020.

Fernando Nogueira da Costa – *Regras ou Arbítrio na Fixação da Taxa de Juros – Padrões e Ruídos*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Fontes e Usos de Dados – Renda – Despesas – Dívida – Aplicações*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Economia como Componente de Sistema Complexo Adaptativo*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Dívida Pública e Dívida Social*. jan 2022

Fernando Nogueira da Costa – *The Economist – Seis Grandes Ideias*. dez 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Economia da Complexidade Comportamental Institucional e da Felicidade* – dez 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Segredo do Negócio Capitalista* - nov 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Transdisciplinaridade* - out 2021

Fernando Nogueira da Costa - Tradução de Extratos do Livro de Karen Petrou - *Motor da Desigualdade*. 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Post-Keynesianism and Horizontalism*. Reedição bilíngue do original publicado em 2001.

Fernando Nogueira da Costa. *Socialismo e Democracia* segundo Schumpeter. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Evolução Sistêmica Financeira*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. Tradução de *Futuro do Emprego*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Ortodoxia X Heterodoxia na Economia*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Formação e Mercado de Trabalho de Economistas*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Economia de Mercado de Capitais à Brasileira*. agosto 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política e Planejamento Econômico*. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política Econômica e Planejamento* Volume I. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política Econômica e Planejamento* Volume II. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Socialismo*. junho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Conduzir para não ser Conduzido – Crítica à Ideia de Financeirização*. maio 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Estudo do Plano Biden*. Blog Cidadania & Cultura. abril 2021

Thomas Piketty e outros. Tradução de extratos de: *Clivagens Políticas e Desigualdades Sociais*. abril 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Castas e Párias*. Blog Cidadania & Cultura. março de 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Finanças Comportamentais para Trabalhadores*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Cartilha de Finanças Pessoais*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Por Uma Teoria Alternativa da Moeda*. Tese de Livre Docência, defendida 1994 e reeditada em março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução Comentada do livro de Richard Hildreth. *História dos Bancos*. março 2021.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução de Resumo do livro de John Zysman. *Governos Mercados e Crescimento – Sistemas Financeiros e Política Industrial*. fevereiro 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos e Banquetas: Evolução do Sistema Bancário com Inovações Tecnológicas e Financeiras*. janeiro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Aprendizagem e Ensino de Economia*. dezembro 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Tradução e Resumo da História de Wall Street*. novembro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Breve História Comparativa de Bancos de Negócios*. Blog Cidadania e Cultura, novembro 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Metodologias em Economia: Apostila com Extratos de Traduções*. outubro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *O Trabalho: Capital Acumulado*. julho de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Grande Depressão Deflacionária*. junho 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Vamos Salvar o Brasil*. junho de 2020

RAY DALIO e outros. Tradução: *Populismo – Falar em Nome do Povo*. Junho 2020.

- RAY DALIO. Tradução: *Crise da Grande Dívida*. 2019.
- Fernando Nogueira da Costa. *Mercados e Planejadores Imperfeitos*. Blog Cidadania e Cultura; maio de 2020.
- Fernando Nogueira da Costa. *Bancos Estatais sob Estado Mínimo*. Blog Cidadania e Cultura; abril de 2020.
- Fernando Nogueira da Costa. *Pensamento Sistêmico sobre Complexidade*. Campinas Blog Cultura e Cidadania; abril de 2020
- Fernando Nogueira da Costa. *Capital e Dívida: Dinâmica do Sistema Capitalista*. março de 2020
- Fernando Nogueira da Costa (org.). *Economia em Documentários: Coletânea de Textos para Discussão em Seminários*; março de 2020.
- Fernando Nogueira da Costa. *Economia em 10 Lições – 2a. Edição* fevereiro de 2020.
- Fernando Nogueira da Costa. *Economia Monetária e Financeira 2a. Edição* Revista janeiro de 2020.
- Fernando Nogueira da Costa. *Ciclo: Intervalo entre Crises*. 2019
- A Professora (Maria da Conceição Tavares) e seu Livro*. 2019
- Fernando Nogueira da Costa. *Estado da Arte da Economia*. 2019
- Fernando Nogueira da Costa. *A Vida está Difícil. Lide com Isso*. 2019
- Fernando Nogueira da Costa. *Cartilha de Finanças Pessoais*. 2019.
- Fernando Nogueira da Costa. *Crônicas Econômicas: debater, bater rebater e combater*. 2018
- Fernando Nogueira da Costa. *Pensar o Brasil no século XXI*. 2018
- Fernando Nogueira da Costa. *Intérpretes do Brasil*. 2018
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Sociologia e Comportamentos*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Política*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História Geral*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História dos Povos*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História do Brasil*

- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Finanças*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia Mundial*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Ciência e Filosofia da Mente*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Biografia e Futebol*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte de Comunicar*
- Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte do Roteiro*
- Fernando Nogueira da Costa – *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar*
- Fernando Nogueira da Costa – *Métodos de Análise Econômica*
- Fernando Nogueira da Costa – *Ensino de Economia na Escola de Campinas – Memórias*
- Fernando Nogueira da Costa. *Bancos Públicos no Brasil. São Paulo: Editora FPA - Coleção FENAE; 2016.*
- Fernando Nogueira da Costa – *Ensino e Pesquisa em Economia*
- Costa, F.N. (coord.), Costa, C.A.N., Oliveira, G.C. – *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil – 10.09.2010*
- Fernando Nogueira da Costa – *Banco do Brasil 200 Anos 1964-2008*

Sobre o Autor

Fernando Nogueira da Costa é Professor Titular do IE-UNICAMP, onde é professor desde 1985.

Participou da direção estratégica de empresa pública como Vice-presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal, entre fevereiro de 2003 e junho de 2007. No mesmo período, representou a Caixa como Diretor-executivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.

Publicou os livros *Ensaio de Economia Monetária*, em 1992, *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*, em 1999, finalista do Prêmio Jabuti, *Economia em 10 Lições*, em 2000 – esses dois com segunda edição digital –, *Brasil dos Bancos*, em 2012 pela EDUSP (Primeiro Lugar no XVIII Prêmio Brasil de Economia do COFECON - Conselho Federal de Economia em 2012 e finalista do Prêmio Jabuti 2013 na área de Economia, Administração e Negócios), *Bancos Públicos do Brasil* (FPA-FENAE, 2016), *200 Anos do Banco do Brasil: 1964-2008* (2008, edição eletrônica), *Métodos de Análise Econômica* (Editora Contexto: 2018); *Ensino de Economia na Escola de Campinas: Memórias* (IE-UNICAMP: 2018); *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar* (IE-UNICAMP; 2018). Disponibiliza em seu blog cerca de cem livros digitais de sua autoria ou de traduções. Escreveu muitos capítulos de livros e artigos em revistas especializadas. Coordenou e escreveu capítulos do livro sobre *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil* (ABECS).

Palestrante com inúmeras palestras em Universidades, Sindicatos, Associações Patronais, Bancos etc. Coordenador da área de Economia na FAPESP de 1996 a 2002.

Publicou artigos em jornais de circulação nacional. Atualmente, posta em conhecidos sites como GGN, Fórum 21 e A Terra é Redonda.

Seu blog (<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>), desde 22/01/2010, recebeu quase 10 milhões visitas.